



IMPRENSA e AGENDA de DIREITOS das MULHERES

Uma análise das tendências
da cobertura jornalística

Realização

ANDI - Comunicação e Direitos
Instituto Patrícia Galvão

Em parceria com

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero
Secretaria de Políticas para as Mulheres



IMPRENSA e AGENDA de DIREITOS das MULHERES

Uma análise das tendências
da cobertura jornalística

Brasília, agosto de 2011

Realização:



Em parceria com:



Secretaria de
Políticas para
as Mulheres



CRÉDITOS

ANDI – COMUNICAÇÃO E DIREITOS

Presidente: Cenise Monte Vicente
Vice-Presidente: Márcio Ruiz Schiavo
Secretário Executivo: Veet Vivarta
SDS - Ed. Boulevard Center – Bloco A – Sala 101
70391-900 – Brasília-DF
(61) 2102-6508
www.andi.org.br

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO – MÍDIA E DIREITOS

Presidente do Conselho Deliberativo: Albertina de Oliveira Costa
Diretora Executiva: Jacira Vieira de Melo
Vice-Diretora Executiva: Mara Vidal
Av. Brig. Luis Antonio, 2050, cj. 141B
01318-002 – São Paulo-SP
(11) 3266-5434
www.patriciagalvao.org.br

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO

Coordenadora: Nina Madsen
Secretaria Executiva: Júlia Zamboni e Jullyane Ribeiro
Via N1 Leste S/nº, Pavilhão das Metas,
Praça dos 3 Poderes – Zona Cívico-Administrativa
70150-908 – Brasília-DF
(61) 3411-4227
www.observatoriodegenero.gov.br

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Ministra: Iriny Lopes
Secretária Adjunta: Rosana Ramos
Chefe de Gabinete: Ana Maria Magalhães
Subsecretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas: Lucia Camini
Subsecretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: Aparecida Gonçalves
Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna: Tatau Godinho (Interina)
Assessoria Técnica: Lena Azevedo e Sônia Malheiros
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher: Sônia Malheiros (Interina)
Via N1 Leste S/nº, Pavilhão das Metas,
Praça dos 3 Poderes – Zona Cívico-Administrativa
70150-908 – Brasília-DF
(61) 3411-4246
www.sepm.gov.br

IMPRENSA E AGENDA DE DIREITOS DAS MULHERES

Uma análise das tendências da cobertura jornalística

REALIZAÇÃO

ANDI – Comunicação e Direitos e
Instituto Patrícia Galvão

PARCERIA

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero
Secretaria de Políticas para as Mulheres da
Presidência da República

SUPERVISÃO EDITORIAL

Veet Vivarta

FINALIZAÇÃO DE TEXTO

Marília Mundim

TEXTOS

Albertina de Oliveira Costa, Jacira Vieira de Melo,
Juliana Doretto, Marisa Sanematsu, Diana Barbosa
(com contribuição de Vera Soares)

REVISÃO

Joceline Gomes Silva, Luiz Noronha, Monalisa Silva

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Diana Teixeira Barbosa

PESQUISADORES

Ana Paula Conceição, Bruno Couto,
Diogo Torres, Hermes Pena, Juliana de Faria,
Kátia Sens, Lucas Meireles, Lucas Conceição,
Mateus Rodrigues, Osvaldo Assis Neto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Érica Santos

TIRAGEM

5 mil exemplares

IMPRESSÃO

Gráfica Ideal

Ficha Catalográfica (Catalogação a Publicação)

134 Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da
cobertura jornalística / Coordenação Veet Vivarta. –Brasília, DF:
ANDI; Instituto Patrícia Galvão, 2011.
137p. : il. : color.

Parceria: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.
ISBN: 978-85-99118-26-9

1. Desigualdade de gênero. 2. Mulher e trabalho. 3. Mulher na política. 4.
Violência contra a mulher. 5. Mídia. I. Vivarta, Veet (Coord.).

CDU: 396(81)

SUMÁRIO

07 RESUMO EXECUTIVO

15 ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

29 QUESTÕES DE GÊNERO E DIREITOS DAS MULHERES **COMPARANDO TENDÊNCIAS DA COBERTURA JORNALÍSTICA** *Juliana Doretto*

55 ANÁLISE DA COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE **VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES** *Marisa Sanematsu*

105 ANÁLISE DA COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE **MULHER E TRABALHO** *Diana Barbosa (texto final elaborado a partir de insumos apresentados por Vera Soares em documento preliminar)*

137 ANÁLISE DA COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE **MULHERES NA POLÍTICA E ESPAÇOS DE PODER** *Albertina de Oliveira Costa e Jacira Vieira de Melo*

APRESENTAÇÃO

Analisar como os meios de comunicação abordam os temas relacionados à situação das mulheres na sociedade é matéria de interesse de todas as pessoas que consideram a igualdade entre mulheres e homens condição indispensável para uma sociedade democrática. Afinal, em suas diversas plataformas, jornais, revistas, mídia eletrônica informam, e formam, nosso cotidiano.

Os dados apresentados e analisados nesta publicação trazem um retrato e um diagnóstico das tendências de cobertura jornalística dos temas Mulheres e Poder, Violência contra as Mulheres e Mulheres e Trabalho. Nossa expectativa é a de que eles promovam e estimulem um intenso debate na sociedade como um todo, e especialmente no meio jornalístico; e que abram caminhos para mudanças na abordagem e na incorporação da agenda das mulheres pelos meios de comunicação em nosso país.

A observação dos meios de comunicação no que diz respeito ao tratamento dado à agenda das mulheres integra a proposta do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

É neste contexto que o Observatório acolhe e apresenta os resultados da pesquisa *Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres – uma análise das tendências da cobertura jornalística*, estudo conduzido pela ANDI – Comunicação e Direitos, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão.

Esperamos que a divulgação e o debate em torno da pesquisa possam contribuir para o diálogo indispensável à construção de uma sociedade com igualdade de gênero.

Iriny Lopes

Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres

O presente trabalho apresenta uma ampla radiografia da cobertura dedicada pela imprensa nacional às questões de desigualdade de gênero. A proposta é identificar, por meio da análise de conteúdo – metodologia regularmente utilizada nos estudos de Comunicação –, se o jornalismo vem cumprindo sua função social de promover a discussão qualificada sobre vetores centrais para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

A iniciativa – pioneira na área – insere-se no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, órgão vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres. Em conjunto com instituições públicas, internacionais ou da sociedade civil, o Observatório busca acompanhar as ações do Estado brasileiro para a equidade entre homens e mulheres, auxiliando gestores, políticos e movimentos sociais no processo de formulação e implementação de políticas públicas voltadas à igualdade de gênero.

Entre os focos de atuação do Observatório está o de Comunicação e Mídia, reconhecido na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (agosto de 2007, Brasília), como um dos eixos centrais do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

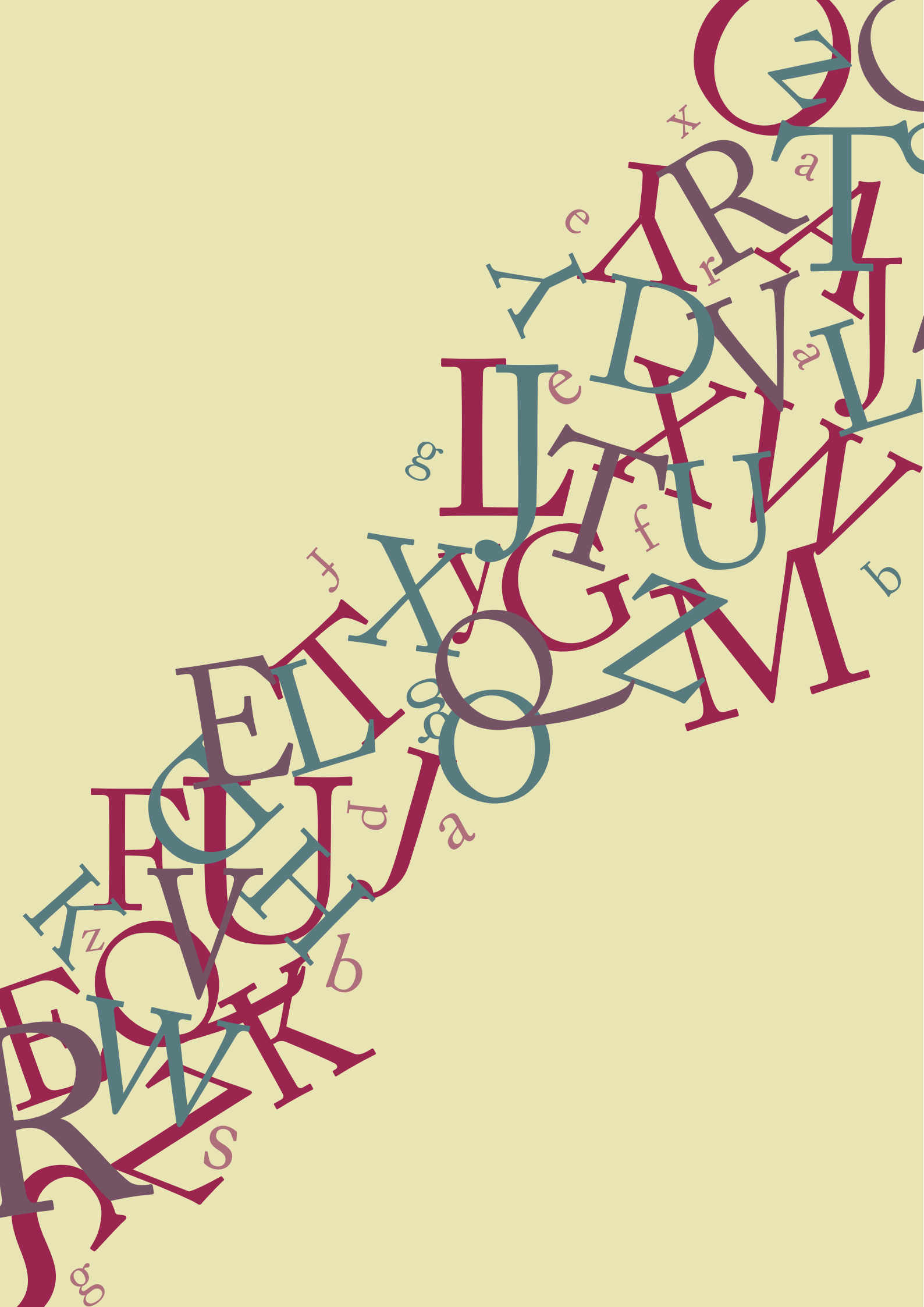
Além de subsidiar o trabalho do Observatório, os resultados disponibilizados nas próximas páginas pretendem oferecer à sociedade como um todo informações fundamentadas sobre o comportamento da imprensa em relação à mulher e suas representações sociais.

Espera-se que estes dados e as reflexões das especialistas que assinam os respectivos artigos venham apoiar o aprimoramento do trabalho jornalístico nesse campo, contribuindo para um debate social que possibilite a construção de uma nova ordem pautada na efetiva igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Boa leitura.

Veet Vivarta
ANDI

Jacira Melo
Instituto Patrícia Galvão





RESUMO EXECUTIVO

A presente pesquisa tem como objetivo identificar como questões relacionadas às mulheres e à igualdade de gênero vêm sendo tratadas pela imprensa brasileira. O foco central de atenção está dirigido aos seguintes recortes temáticos: Violência; Poder e Decisão; e Trabalho.

Utilizando a metodologia de monitoramento de mídia desenvolvida pela ANDI – Comunicação e Direitos em seus 18 anos de atuação, as investigações avaliam a produção editorial de 16 jornais do País – incluindo todos os diários de circulação nacional e também veículos de cada uma das cinco regiões brasileiras.

Questões como menção a estatísticas sociais, políticas públicas e legislação sobre o tema, assim como a ótica investigativa adotada pelo/a jornalista, as fontes de informação utilizadas e a caracterização dos atores retratados fazem parte dos elementos investigados.

A amostragem realizada registrou, entre janeiro e dezembro de 2010, um total de 2.381 notícias com foco na mulher e sua interface com os temas Poder e Decisão; Violência; e Trabalho. Confira a seguir destaques temáticos de alguns dos resultados apresentados pelo estudo, que foi desenvolvido pela ANDI – Comunicação e Direitos e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), em parceria com o Instituto Patrícia Galvão.

Mulher e violência

Embora a violência cometida contra mulheres seja pauta presente nos jornais impressos brasileiros – o tema lidera as notícias sobre mulher publicadas em 2010, contabilizando 1.506 textos –, a qualidade desse noticiário, em termos de abrangência de conteúdo e de aprofundamento investigativo, ainda encontra desafios. Os dados coletados revelam que o foco majoritário dessa cobertura está em fatos individualizados, relatados a partir de um viés policial, deixando de lado uma abordagem mais ampla do problema. Segundo o levantamento, mesmo após a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, os veículos noticiosos brasileiros ainda têm dificuldades em tratar a violência contra as mulheres como fenômeno complexo e multidimensional. Saiba mais:

1. A principal característica da cobertura sobre violência contra as mulheres é a individualização do problema: 73,78% das notícias analisadas trazem esse enfoque. No conjunto das matérias, pouco mais de 13% do enquadramento principal está relacionado ao Estado e suas ações para a prevenção e combate ao crime.

2. O assunto vira notícia especialmente quando ocorrem casos reais de violência – sobretudo se a agressão for cometida por motivação passional e com crueldade. De acordo com os números coletados, 35,10% dos textos sobre violência cometida contra mulheres são publicados nas seções de notícias locais. Os cadernos policiais são destino de outros 15,70% desse noticiário.
3. 19% das notícias sobre Mulher e Violência são apresentadas na chamadas de capa – índice bem acima do verificado para outras análises de mídia temáticas já realizadas pela ANDI. Chama atenção também a pequena quantidade do material publicado nos espaços de opinião: menos de 6% dos textos sobre violência contra mulheres provinham das chamadas seções opinativas.
4. Apenas 2,13% das notícias sobre o assunto abordam políticas públicas. Este dado permite afirmar que, ao menos na cobertura desta temática, a imprensa deixa de lado seu importante papel no monitoramento e avaliação das ações do poder público voltadas à prevenção e ao combate de problemas sociais.
5. Mais de 80% das notícias analisadas não apresentam denúncias sobre as diversas formas de violência contra as mulheres, assim como não oferecem um olhar crítico sobre as causas do fenômeno e não discutem propostas ou soluções para o problema.
6. Mais de 86,67% das notícias sobre o assunto não mencionam nenhuma das legislações existentes na área. Dentre as poucas que trazem alguma alusão a marcos regulatórios vigentes, a maior parte cita a Lei Maria da Penha.
7. Os veículos noticiosos não abordam acordos e convenções internacionais que tratam sobre a violência contra as mulheres em seus vários aspectos. Em todo o período analisado, apenas uma notícia menciona compromissos assumidos pelo Brasil perante a comunidade internacional a fim de prevenir e combater essa forma de violência.
8. Os cidadãos e cidadãs comuns são as fontes mais frequentes no noticiário sobre violência contra a mulher – o que aponta que a cobertura oferecida pelos veículos impressos ao tema está focalizada no fato em si e na individualização do problema. Também chama atenção a maciça presença de representantes da Polícia nesse noticiário, ouvidos em 25,83% dos textos.
9. Segundo os dados coletados, 96% dos textos não trazem referência a serviços de denúncia ou atendimento às vítimas de violência, tais como o Ligue 180 da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs).

10. Dentre as notícias analisadas, apenas 13,49% mencionam ou buscam discutir as causas gerais da violência contra a mulher. Embora o percentual seja baixo, vale destacar que a maior parte dessas notícias não atribui às vítimas a responsabilidade pela violência sofrida – argumento por vezes utilizado para justificar a prática do crime, segundo apontam especialistas no tema.

Mulher e trabalho

Grupo que representa quase metade da população economicamente ativa no País, as mulheres são foco de 450 notícias sobre o tema Trabalho, computadas na amostra da cobertura da imprensa brasileira realizada em 2010. Segundo o levantamento, os veículos noticiosos costumam abordar a presença da mulher no mercado laboral a partir de trajetórias profissionais individuais, deixando em segundo plano a discussão mais ampla e contextualizada das questões do mundo do trabalho. Ou seja, ainda não estão incorporados nesse noticiário o debate sobre políticas públicas e marcos legais, assim como os desafios que ainda se fazem presentes na área – tais como a dupla jornada feminina e a desigualdade de salários entre homens e mulheres. Saiba mais:

1. Segundo levantamento coordenado pela ANDI, 28,54% dos textos destacam trajetórias profissionais, tanto de trabalhadoras em geral quanto de personalidades da área cultural ou esportiva, por exemplo. Também recebem destaque questões vinculadas ao mercado de trabalho – que foram foco de atenção em 23,74% dos textos.
2. Chama atenção a presença da discussão referente à tipificação das tarefas femininas e masculinas, destacada em 10,86% do noticiário sobre o tema – o que revela uma preocupação da imprensa em discutir as atividades consideradas do universo feminino ou masculino, em contraponto à ideia, por vezes naturalizada, de que cabem às mulheres trabalhos relacionados ao papel de “cuidadoras”.
3. Ao tratarem do tema Mulher e Trabalho, os veículos noticiosos tendem a privilegiar a abordagem de profissionais em posições de chefia. Segundo o levantamento, 23,48% das notícias trazem esse enfoque, dado que pode estar ligado ao predomínio de histórias de superação profissional. Postos executivos ou de supervisão são destaque em 8,41% dos textos, enquanto atividades da trabalhadora doméstica aparecem em apenas 4,29% das notícias.
4. Embora o acúmulo de atividades seja uma realidade para grande parte das mulheres, os veículos de imprensa praticamente ignoram a questão

da dupla jornada ao tratarem do tema Mulher e Trabalho. Segundo os dados coletados, a questão não é mencionada por 85% das notícias. Dentre os poucos textos que abordam esse aspecto, é comum a presença de um viés que acentua a visão naturalizada de que a casa é responsabilidade da mulher.

5. Outro aspecto a ser destacado diz respeito à ausência do debate sobre a desigualdade salarial: cerca de 91% dos textos não trazem o assunto como pauta.
6. Mais de 15% das notícias sobre Mulher e Trabalho publicadas em 2010 mencionam legislação na área – percentual bem acima do histórico das análises temáticas conduzidas pela ANDI. A maior parte das citações (70%) diz respeito à lei sobre a ampliação do benefício da licença-maternidade.
7. O estabelecimento de políticas públicas voltadas aos direitos da mulher no campo do trabalho ainda não está integrado à pauta dos veículos impressos. De acordo com os dados coletados, apenas 7,51% do noticiário faz referência a políticas públicas na área.
8. Segundo o monitoramento, 34,23% das notícias analisadas trazem dados de pesquisas e levantamentos temáticos. Entre as fontes mais consultadas, destacam-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), presente em 19,30% dos textos.
9. Cidadãs e cidadãos comuns são os atores mais consultados na produção do noticiário sobre Mulher e Trabalho, participando como fonte ouvida em 38,41% dos textos. No que se refere à presença do poder público, o Executivo Federal e o Legislativo Federal lideram as ocorrências, com 7,95% e 3,97%, respectivamente.
10. Embora mais de 90% do noticiário sobre Mulher e Trabalho conte com fonte de informação ouvida, é diminuta a presença de outro elemento indispensável para garantir a qualidade da notícia: a presença de opiniões divergentes. Segundo os dados coletados, apenas 4,30% dos textos publicados no período abrem espaço a pontos de vista distintos entre si.

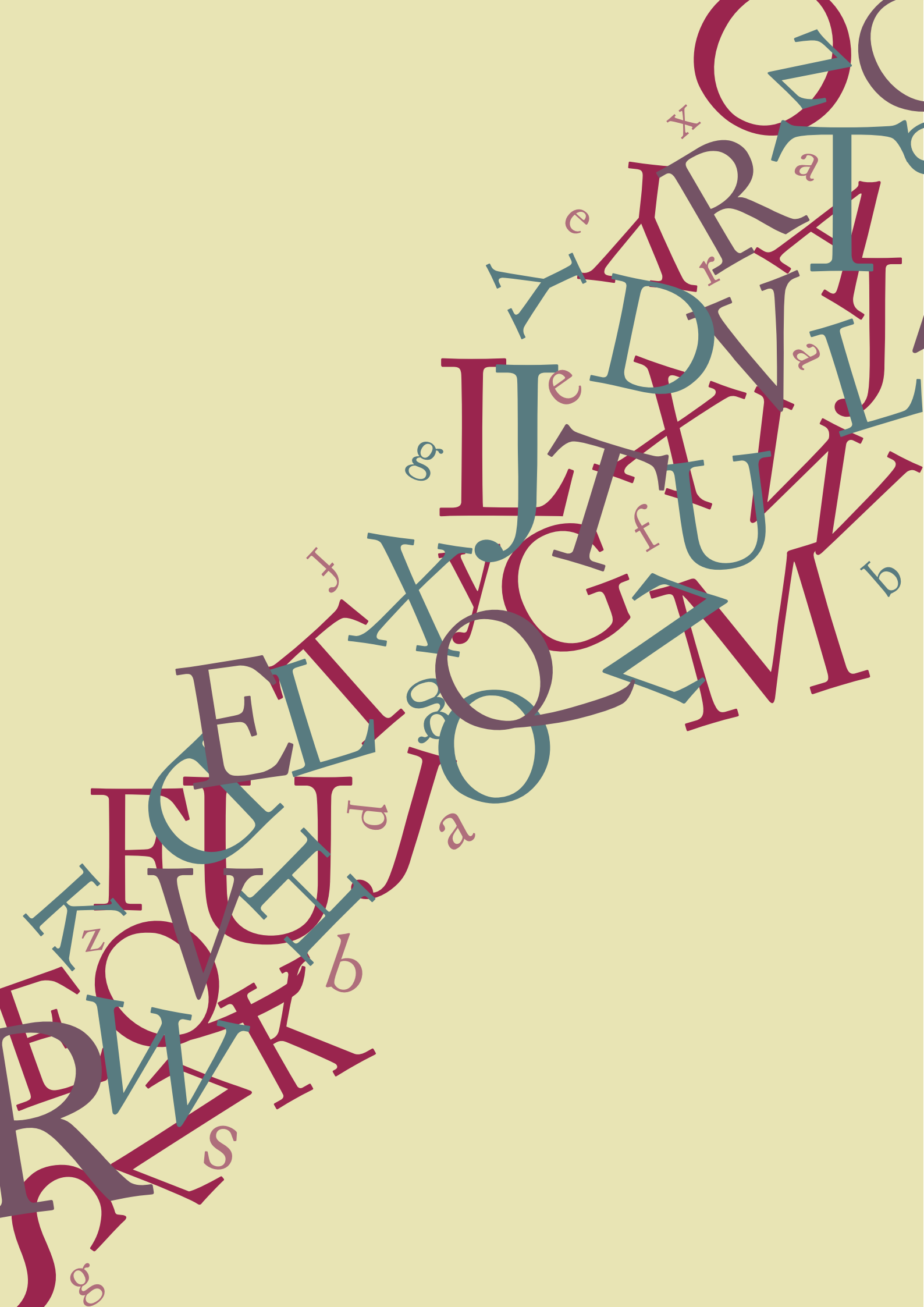
Mulher e política

A presença de duas candidatas com densidade política e forte expressão eleitoral na campanha presidencial acabou dominando o noticiário brasileiro em 2010 no que se refere à participação da mulher na política. Segundo o levantamento, a possibilidade de eleição de Dilma Rousseff ou Marina Silva à

Presidência da República impulsiona a cobertura sobre as eleições, questão amplamente priorizada pela imprensa na cobertura do tema Mulher e Política ao longo do ano – foco de 425 notícias. Os dados revelam que, ao dedicar atenção quase que exclusivamente à corrida presidencial, os veículos perdem uma valiosa oportunidade de abrir espaço à discussão de políticas públicas, programas de governo e mesmo da legislação eleitoral que trata da presença feminina nas instâncias políticas.

1. Dentre as notícias sobre o tema computadas na amostra, há apenas cinco menções a programas ou políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres – nenhuma delas relacionada a iniciativas importantes como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres ou o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
2. Ao concentrar o foco da cobertura na disputa presidencial, desvinculando-a das iniciativas do Poder Público (Legislativo, Executivo e Judiciário), a imprensa abre espaço apenas residual a pautas relevantes, como a destinação de 5% dos recursos do fundo partidário para promoção da participação das mulheres na política e a reserva de um mínimo de 10% do tempo da propaganda partidária em anos sem eleição para promoção das candidaturas femininas.
3. Os poderes públicos são as fontes de informação mais consultadas (48,57%), com destaque para o Executivo e o Legislativo – o que confirma a predominância de focalização da cobertura na eleição presidencial e nas eleições para o Senado e a Câmara Federal.
4. Também no quesito fontes, há que se destacar a baixa multiplicidade de pontos de vista na construção da notícia: apenas 15% dos textos analisados trazem opiniões discordantes.
5. Estereótipos mais caricatos e extremos estão ausentes da cobertura jornalística dedicada ao tema Mulher e Política ao longo do ano de 2010. Características vinculadas a uma personalidade emotiva, nervosa ou emocionalmente instável marcam presença em parcela residual do noticiário analisado.
6. Da mesma maneira, a referência a aspectos físicos – cabelo, roupa, peso, maquiagem, cirurgia plástica, por exemplo – é utilizada com relativa parcimônia pelos profissionais de imprensa: 14% das notícias trazem esse tipo de abordagem.

7. Contudo, convém ressaltar que a quase totalidade desses textos (78% dos 14%) descrevem aspectos físicos exclusivamente das mulheres – o que pode revelar desigualdade de gênero no tratamento jornalístico da questão.
8. O mesmo pode ser observado quando está em foco a vida privada dos candidatos e candidatas. Embora a maioria dos textos não faça uso desse tipo de abordagem, quando ela ocorre diz respeito, majoritariamente, às mulheres.
9. Entre as matérias que mencionam defeitos e/ou aspectos dificultadores das candidatas e candidatos a cargos de poder, 20% referem-se apenas às mulheres, enquanto 4% apontam defeitos de homens e mulheres na mesma nota. Para os homens, isoladamente, a cobertura simplesmente ignora esta questão. No que diz respeito a elas, os principais defeitos apontados são: características individuais (47,90%) e imagem pública (31,25%).
10. Informações relativas a estado civil, filhos/netos, prendas domésticas e outros aspectos da vida privada estão presentes em 31,50% da cobertura analisada. Aqui é interessante destacar que a referência a papéis familiares de homens aparece apenas em 13% das notícias (as quais tratam exclusivamente de homens e de ambos os sexos). Mais uma vez, os aspectos de relacionamentos familiares e da vida privada das mulheres recebem olhar e tratamento desiguais por parte da imprensa, chegando a 30,50%. ■





ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

A IMPRENSA COMO ESPAÇO DE DEBATE E FORMAÇÃO DE OPINIÃO

No Brasil, homens e mulheres ainda não têm oportunidades iguais para aquisição de autonomia e crescimento pessoal e profissional. Uma em cada cinco mulheres já sofreu algum tipo de violência cometida por homens, segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo/SESC em 2010; as trabalhadoras recebem cerca de 70% do rendimento médio dos homens, de acordo com dados de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); e estudo do CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) diz que, nas eleições de 2010, dos 22 partidos que conseguiram representação na Câmara dos Deputados, oito não elegeram nenhuma mulher. Entende-se, portanto, que há ainda muitos desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira para a promoção da equidade entre os gêneros.

A imprensa pode ajudar a transformar esse cenário, estimulando a discussão sobre o tema, com notícias, investigações e interpretações. Isso porque seu papel vai além de informar pessoas e organizações. Importante ator social, a mídia é espaço de visibilização de fatos, temas e pessoas, bem como de definição e defesa de interesses e de mediação de conflitos. Em outras palavras, o jornalismo tem o poder de selecionar e hierarquizar questões, definindo urgências e prioridades, canalizando demandas e cobrando respostas dos poderes constituídos.

Assim, uma imprensa livre e qualificada é de fundamental importância para a manutenção de um ambiente democrático e que possibilite à população o acesso equitativo a altos padrões de desenvolvimento. E a igualdade de gênero, certamente, faz parte desse cenário desejado.

Os “poderes”

A mídia não pode ditar à população como ela deve pensar, mas consegue definir muitos dos assuntos que a sociedade decide discutir. Segundo a teoria jornalística do *agenda-setting*, as temáticas que ganham espaço no noticiário têm mais chance de se tornar alvo de atenção na esfera pública¹. Se uma pauta, como a da igualdade de gênero, passa a integrar o foco de preocupação das redações, sendo abordada em seus diferentes aspectos e nos mais variados veículos, ela

¹ A esfera pública é a caixa de ressonância na qual os problemas que afetam o conjunto da sociedade são lançados, debatidos e processados. É o espaço em que os diversos atores sociais – governos, partidos políticos, lobistas, grupos de pressão e outros – interagem e ganham visibilidade. Pode-se dizer que a imprensa é, ao mesmo tempo, instrumento e instituinte do espaço público.

certamente será alçada à lista de prioridades da sociedade e, conseqüentemente, por pressão popular, do governo.

No processo de definição dessa agenda de debates, a imprensa desempenha uma função básica: a de *gatekeeper* (guardião do portão). A expressão refere-se ao poder de determinar o que é ou não notícia: por meio de critérios de noticiabilidade, os profissionais da mídia decidem quais fatos devem receber tratamento jornalístico (ou passar pelo “portão”) e ser divulgados.

Essa capacidade da imprensa funciona não apenas no sentido de levantar temas para debate, mas também no de suprimir assuntos que, por não serem considerados de interesse ou relevantes, ficam fora da cobertura dos meios e, portanto, da agenda política. A esse respeito, o professor Ciro Marcondes Filho (1993, p. 116), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), afirma que a principal arma da imprensa é o jogo com as imagens:

“... a estratégia – quase prestidigitadora – de poder fazer desaparecer ou surgir, de forma mais ou menos arbitrária e fictícia, personagens políticos, partidos, movimentos de mudança, conservação e outros componentes da cena pública”.

Nesse contexto, em contraposição à tese da fixação da agenda, há também a hipótese da “espiral do silêncio”, proposta pela pesquisadora alemã Elisabeth Noelle-Neumann. Ela defende que, diante de uma maioria barulhenta, a minoria tende ao silêncio:

“... os agentes sociais têm aguda percepção de qual é a opinião dominante, que seria, em grande parte, imposta pelos meios de comunicação. Resumindo, há uma tendência ao silêncio quando o indivíduo, por medo de isolamento, não expressa sua opinião quando ela é minoritária”. (In Barros Filho, 1995, p. 169)

Os “deveres”

Esse “silêncio” mencionado por Noelle-Neumann certamente acentua-se quando os jornalistas se contentam com sua própria voz ou buscam sempre as mesmas falas (em geral, dominantes). A solução necessariamente passa por dar espaço para que diferentes fontes – estudiosos, representantes públicos e porta-vozes de entidades – possam expor seus pontos de vista e defender suas ideias, além de convidar muitos cidadãos e cidadãs a contarem suas histórias de vida. Com profusão de olhares, uma determinada questão pode ser abordada com maior efetividade e, portanto, soluções menos simplistas passam a encontrar eco.

A escolha de fontes se insere no que os teóricos do jornalismo chamam de enquadramento (*framing*). Para Porto (In Canela, 2008, p. 24), o conceito pode ser definido como “a seleção de certos aspectos da realidade, para fazê-los mais salientes no conteúdo da comunicação e promover uma interpretação causal particular”. Ou seja, cada texto jornalístico apresenta um modo de interpretar o assunto pautado – o que decorre, entre outros fatores, da visão específica do repórter e/ou editor e da linha editorial da empresa proprietária do veículo.

Esse conceito se expressa não apenas nas vozes selecionadas (e em suas falas destacadas), mas também na abordagem do tema: os aspectos recortados, os problemas colocados em relevo, a ordem em que as informações são apresentadas. Assim, uma matéria jornalística assegura enquadramentos mais ricos – que partem da visão do veículo, mas, também, tentam abarcar um pouco mais da complexidade do cotidiano – quando ouve mais fontes de informação, expõe diferentes possibilidades de causas e soluções para as situações retratadas, procura dados de pesquisas científicas e divulga as consequências do fato anunciado.

Por outro lado, além de buscar focalizar diferentes interpretações da realidade, a mídia deve, também, investigar ações que tenham condições de corrigir distorções sociais. Entre essas medidas, estão as políticas públicas, executadas pelas entidades governamentais. À imprensa cabe informar a população sobre as ações de seus representantes, divulgando propostas, acompanhando seus resultados (incluindo o cumprimento de legislações), cobrando mudanças e, em certos casos, revelando desvios de recursos públicos e corrupção.

Por meio desse processo, a mídia assume função estratégica no jogo democrático. Pelo jornalismo, o cidadão ou cidadã consegue se informar sobre as decisões do governo e as diferentes visões em disputa. Dessa forma, garante condições de melhor escolher seus candidatos durante as eleições ou, eventualmente, exigir que um representante eleito deixe o poder, por mau cumprimento da função. Temos assim a imprensa como *watchdog* (cão de guarda), vigiando as ações das autoridades e exercendo *accountability*, ou seja, colaborando para que tanto a sociedade (incluindo as empresas e as organizações sociais) quanto o governo assumam suas responsabilidades na elaboração e na implementação de políticas públicas.

O papel pedagógico da imprensa

Desde seu surgimento, a imprensa tem sido encarada como instrumento pedagógico para a construção de uma consciência coletiva informada e crítica. Esta seria a “escola dos adultos”, segundo Antonio Gramsci (1981, p. 158-9), para quem tal construção, contudo, não se dá de imediato:

“A repetição paciente e sistemática é um princípio metodológico fundamental (...). O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado (...) as modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante ‘explosões’ rápidas, simultâneas e generalizadas”.

Por sua vez, a sociedade tem a responsabilidade de incidir sobre o espaço da mídia, incentivando o debate e buscando garantir atenção para questões urgentes da agenda social. Para isso, os movimentos sociais podem se valer de distintas ferramentas: mobilizar capacidade de análise e produzir argumentos de qualidade; serem críticos e propositivos; construir pontes entre propostas e ações políticas; identificar oportunidades de comunicação; e fortalecer parcerias para realizar ações de impacto e produzir notícias.

Cabe lembrar, nesse sentido, que um dos principais desafios no enfrentamento da inequidade de gênero é a necessidade de mudança de mentalidades. As conquistas nos campos legal e jurídico encontram forte resistência cultural, em posturas conservadoras e machistas historicamente enraizadas. Nesse cenário, a mídia pode desempenhar papel fundamental, articulando novas mentalidades e impulsionando mudanças de comportamentos.

Assim, a densidade e a frequência do material veiculado pela imprensa em torno da igualdade de gênero têm o poder não somente de estimular o debate social nessa área, mas também de qualificá-lo, combatendo preconceitos e estereótipos. Com crítica, pressão e vigilância popular, as ações do governo para promover os direitos das mulheres podem se multiplicar – e se tornar mais eficientes. A preocupação do presente estudo está em descobrir se estamos próximos desse cenário ideal, mensurando quanto o jornalismo brasileiro ainda precisa evoluir na abordagem de questões centrais para a agenda da mulher no Brasil e no mundo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa segue o modelo de monitoramento de mídia desenvolvido pela ANDI para o estudo da cobertura dos direitos da infância e da adolescência, mas com as adaptações e os incrementos necessários para a análise – pioneira no país – da abordagem oferecida pelas redações à agenda da equidade entre homens e mulheres. O desenvolvimento dessa metodologia específica envolveu contribuições da Secretaria de Políticas para as Mulheres e do Instituto Patrícia Galvão, uma das primeiras organizações sociais do País a atuar em defesa da mulher, reconhecendo na mídia um ator estratégico. O Instituto foi também capacitado para continuar a aplicar as técnicas de monitoramento usadas no projeto em seu trabalho de promoção da igualdade de direitos.

O primeiro desafio deste trabalho conjunto foi a seleção dos temas que seriam estudados. Diante da impossibilidade de monitorar todas as questões inseridas em uma agenda tão abrangente como a de gênero, foi necessário estabelecer temáticas específicas de análise. Como o trabalho foi desenvolvido como parte das ações do eixo de Comunicação e Mídia do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, vinculado à SPM, a decisão privilegiou três dos assuntos que são foco desse órgão: Poder e Decisão; Trabalho; e Violência Contra a Mulher.

CRITÉRIOS – Durante o ano de 2010, em que o estudo foi realizado, o observatório tinha como tema prioritário a esfera de Poder e Decisão. Assim, essa temática foi escolhida como uma das áreas de análise do projeto. A preferência por Trabalho veio na esteira dessa primeira opção: o debate sobre a presença das mulheres em postos de decisão está intimamente ligado ao mercado laboral. A prioridade para a temática da Violência deu-se pela hipótese de que o assunto seria o mais presente na cobertura de gênero. Isso ocorreria porque as agressões físicas e morais representam conflito e infração – ferem direitos fundamentais estabelecidos no Artigo 5º da Constituição brasileira, como a proibição a tratamentos desumanos ou degradantes –, que são valores-notícia² fundamentais: ou seja, é grande a probabilidade de fatos ligados a essas situações despertarem o interesse jornalístico.

O universo de análise compreendeu apenas a mídia noticiosa impressa, com foco em jornais. Foram escolhidos 16 veículos: cinco de circulação nacional e pelo menos dois de relevância em cada uma das cinco regiões brasileiras. Como

2 Traquina os apresenta como critérios usados pelos jornalistas para definir se um fato ou assunto merece ser noticiado. (Traquina, 2005).

o Nordeste se destaca pelo maior número de estados e de jornais de importância local, foram escolhidas três publicações dessa área do País, totalizando 11 veículos regionais. Veja abaixo os títulos investigados:

JORNAIS DE ALCANCE NACIONAL	JORNAIS REGIONAIS
Folha de S.Paulo/SP	Gazeta do Povo/PR
O Estado de S.Paulo/SP	Zero Hora/RS
O Globo/RJ	A Tarde/BA
Correio Brasiliense/DF	O Povo/CE
Valor Econômico/SP	Diário de Pernambuco/PB
	A Crítica/AM
	O Liberal/PA
	Correio do Estado/MS
	O Popular/GO
	Hoje em Dia/MG
	A Gazeta/ES

Como critério para a escolha desses veículos foi adotada a importância em termos de circulação de exemplares e de relevância/credibilidade. Pesquisa conduzida pelo Instituto FSB Comunicações ressalta a centralidade dos veículos considerados de circulação nacional entre os tomadores de decisão no país: 70% dos parlamentares ouvidos preferem a *Folha de S.Paulo*. Segue-se *O Globo*, com 33%; *O Estado de S.Paulo* (17%); o *Correio Brasileiro* (14%) e o *Valor Econômico* (12%).

Especificamente em relação a *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, o professor Bernardo Kucinski (1998, p. 116) declara:

“Esses jornais são lidos todas as manhãs extensamente pelos condutores de programas de rádio, servem de pauta para as ordens de cobertura das equipes de TV e para as grandes revistas semanais; são recortados pelas assessorias de imprensa dos políticos e das grandes empresas, para circular entre seus quadros dirigentes”.

O estudo da produção jornalística do conjunto de veículos se deu por meio da análise de conteúdo. Esse método não privilegia as intencionalidades do autor do discurso, mas quer descobrir, por meio do levantamento quantitativo de elementos do texto, ideias não explícitas numa leitura simples do material. O objetivo, ao levantar informações, agrupá-las em categorias específicas, identificar sua frequência, contabilizá-las e compará-las, é fazer inferências e interpretações sobre os significados trazidos (Hansen, 1998; Moinhos, 2006).

“Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de ‘desocultação’, responde a esta atitude de voyeur de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. Analisar mensagens por essa dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura ‘normal’ do leigo, é ser agente duplo, detetive, espião (Bardin, 2002, p. 11)”.

A partir da definição da abordagem metodológica, passou-se à escolha do período de tempo investigado. A opção foi pela estruturação de uma amostra, para que a análise pudesse atingir um maior intervalo, dentro da possibilidade operacional do trabalho. Nesse caminho, foi elaborada uma “semana composta” (Hansen, 1998): seleção, por sorteio, de sete dias ao longo de cada mês. Esse método prevê que o comportamento editorial de um veículo apresenta características parecidas de acordo com o dia da semana.

Os conteúdos das edições de segunda-feira tendem a ser mais próximos entre si, se comparados aos de uma edição de domingo, por exemplo. Assim, não seria necessário estudar todo o material veiculado por um determinado jornal para entender quais são as principais tendências da cobertura, desde que preservado o equilíbrio entre os dias pesquisados. Ao mesmo tempo, a investigação de um período mais estendido de tempo elimina possíveis distorções, trazidas por pautas formuladas a partir de eventos sazonais, como Carnaval ou Copa do Mundo, ou ligadas a determinados acontecimentos, como crises políticas e econômicas. Com a definição da semana composta, a amostra pôde avançar, no total de temas analisados, para o período de um ano (janeiro a dezembro de 2010), somando 84 dias de estudo.

Foram considerados para análise apenas textos, e não imagens. A pesquisa contabilizou mesmo as menores matérias, como notas com menos de 500 caracteres; ou textos mais longos, mas que mencionavam as questões de gênero em apenas algumas linhas (estes últimos casos foram classificados como material de *dimensão mínima sobre mulher e gênero*). No entanto, esse tipo de produção foi objeto de uma avaliação reduzida, em virtude do pouco conteúdo disponível para análise.

No tema Violência, foram selecionados textos que retratam a mulher na condição de vítima. Ou seja, matérias que relatam situações em que o fato de ser mulher é uma condicionante para que o ato violento ocorra, tanto

em espaços públicos quanto privados. Como violência, entende-se: discriminação, agressão ou coerção que causem dano, morte, constrangimento, limitação, perda patrimonial ou sofrimento (físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico).

Em Trabalho, as matérias analisadas falaram sobre as diferenças entre homens e mulheres no mercado laboral ou enfatizaram aspectos específicos da condição e da atuação feminina nessa esfera. Assim, se um texto apenas mencionou nomes femininos em postos de trabalho, ele não foi considerado. Da mesma forma, notícias sobre trajetórias de profissionais bem-sucedidas foram consideradas quando o fato de “ser mulher” foi mencionado como uma variável importante.

No estudo da temática Poder e Decisão, foi adotado o enfoque político. Foram alvo de análise textos sobre o assunto (como tema principal ou secundário) que destacaram: aspectos específicos da condição e da atuação feminina na esfera política; diferenças entre homens e mulheres nesses espaços de decisão; e a participação feminina no processo político decisório nacional e internacional.

O questionário

A partir desses critérios de seleção, a análise do conteúdo jornalístico foi conduzida tendo como base um questionário semi-estruturado, composto pelas seguintes categorias:

» TEMAS

Cada um dos três focos de análise – Poder, Trabalho ou Violência – contou com uma lista de subtemas, para que fossem identificados os aspectos mais recorrentes daquela área. O estabelecimento desses temas secundários levou em conta sugestões de especialistas no estudo de gênero. Entre eles, temos: violência física, psicológica e sexual, tráfico humano e injúria racial (para Violência); greves e reivindicações, desemprego, trajetórias profissionais, assédio moral e divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres (para Trabalho); legislação eleitoral, mulheres como eleitoras, cotas para mulheres nos partidos e mulheres ocupando cargos nos diferentes Poderes (para Poder).

» FORMATO JORNALÍSTICO

As notícias foram divididas em oito categorias: Reportagem, Artigo, Editorial, Entrevista, Coluna Social, Coluna de Consulta, Enquete e Nota. O

objetivo aqui foi o de identificar que tipo de espaço o tema tratado assume na cobertura da mídia impressa brasileira: de opinião ou de investigação; de entretenimento ou de reflexão; e de prestação de serviço ou de notícia rápida, entre outros.

» MENÇÃO A POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÕES OU ESTATÍSTICAS

Nesse item, parte-se da hipótese de que a presença de indicadores (vindos de institutos e órgãos oficiais, em estudos sistemáticos) e de leis e acordos internacionais (não apenas sua citação, mas também a discussão sobre seu cumprimento ou a falta dele) pode levar a uma cobertura mais qualificada. O mesmo ocorre quando são levantadas discussões sobre ações governamentais estruturadas.

Ainda como forma de avaliar o comportamento da imprensa, a pesquisa também se preocupa em descobrir se há a menções aos seguintes elementos: políticas públicas em que a mulher seja a principal beneficiária; monitoramento, avaliação e resultados da política abordada; e orçamento necessário para sua implementação.

» ÓTICA INVESTIGATIVA (DENÚNCIA, CAUSAS E BUSCA DE SOLUÇÕES)

Da mesma forma que no item anterior, busca-se identificar matérias jornalísticas que denunciam violações de direitos e apresentam as raízes e a resolução de problemas sociais. Estes são aspectos vitais para que o jornalismo consiga contribuir para o desenvolvimento social, possibilitando que a população não apenas discuta mais essas questões, mas também demande efetividade na ação dos gestores públicos.

» FOCO INSTITUCIONAL

Nesse caso, identifica-se se a reportagem fala da promoção da igualdade entre homens e mulheres a partir de alguma das instituições que estruturam as democracias contemporâneas: governo (Executivo, Legislativo, Judiciário, Segurança Pública, Ministério Público e Defensoria Pública), setor privado e organizações da sociedade civil (Terceiro Setor). A matéria pode tratar ainda de um caso pessoal ou ser um texto temático (quando não há o relato de uma situação específica, mas debate sobre aspectos gerais relacionados a um determinado tópico).

» FONTES DE INFORMAÇÃO OUVIDAS

O debate promovido pela imprensa é mais fértil quando mais vozes podem participar dele, pois, assim, encontram espaço na esfera pública os vá-

rios pontos de vista sobre a questão em foco (equidade de gênero, no nosso caso). Por meio dessa variável, o estudo pode avaliar se a perspectiva de um setor da sociedade ou determinados especialistas, autoridades, órgãos (dos Três Poderes, do Terceiro Setor, do empresariado ou da cooperação internacional, por exemplo) conta com espaço privilegiado na cobertura. Esse item permite também medir se existe equilíbrio na presença de vozes de homens e mulheres.

» QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE A DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

Este tópico busca entender se a mídia reproduz estereótipos femininos e preconceitos contra a mulher ou se a associa a papéis tradicionalmente familiares, como mãe ou esposa. O pesquisador identifica, no conteúdo jornalístico, se há a utilização de expressões pejorativas; se a mulher aparece ligada à imagem materna, à fragilidade emocional ou a trabalhos domésticos, entre outros.

A importância desse item de pesquisa reside no fato de que a imprensa pode tanto disseminar quanto ajudar a desconstruir imagens e conceitos reducionistas, sobre pessoas e instituições, que circulam em nossa sociedade.

» QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE VIOLÊNCIA, PODER E TRABALHO

Os textos analisados também passaram por questionamentos específicos para cada um dos temas estudados, na tentativa de conseguir mais elementos de avaliação da produção jornalística. Em Violência, há preocupação em identificar se a notícia cobre a justificativa da agressão (como consumo de drogas ou ciúme) ou se a culpa é imputada à vítima; as eventuais dificuldades de punir o agressor; e se há indicação de onde buscar serviços de denúncia ou atendimento, entre outros.

Na pesquisa sobre Trabalho, busca-se, por exemplo, identificar a área de atuação das mulheres profissionais retratadas, como mercado informal, trabalho no campo, educação, arte e saúde; seu cargo ou função (sobretudo se ocupam posições de liderança); se chefiam a família; e se recebem salários equivalentes aos dos homens.

Já no bloco sobre Poder e Decisão, pesquisa-se sobre: a participação de mulheres negras na política; a proporção entre homens e mulheres nos espaços decisórios; e as legislações que estimulam a participação das mulheres na vida pública (como cotas para candidaturas e no uso de recursos do fundo partidário) etc.

Outros aspectos abordados

Além dessas categorias principais, o pesquisador procurou filtrar matérias que têm foco internacional, ou seja, que noticiam eventos ou situações que ocorrem fora do país. Pela dificuldade de avaliar legislações ou políticas públicas de outros países, textos assim não puderam ser tratados com profundidade, mas passaram por uma classificação simplificada. Também foram identificadas questões como o gênero do autor do texto jornalístico (as mulheres estariam mais envolvidas com esta cobertura?), a seção ou caderno em que o material é publicado (o que pode indicar o grau de importância atribuído à matéria pelo jornal ou com que abordagem foi redigida) e se há chamada para o texto na capa da publicação.

Os dados alcançados foram analisados por especialistas em cada um dos temas – Violência; Trabalho; e Poder e Decisão. Houve ainda um levantamento geral, comparativo, que reuniu as três áreas estudadas. Os resultados são apresentados nos demais capítulos deste documento. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence (2002). “Análise de conteúdo”. Lisboa: Edições 70.

BARROS FILHO, Clóvis de (1995). “Ética na Comunicação: da informação ao receptor”. São Paulo: Moderna.

GRAMSCI, Antonio (1981). “Os intelectuais e a organização da cultura”. São Paulo: Círculo do Livro.

HANSEN, Anders (1998). “Mass communication research methods”. NY: New York University Press.

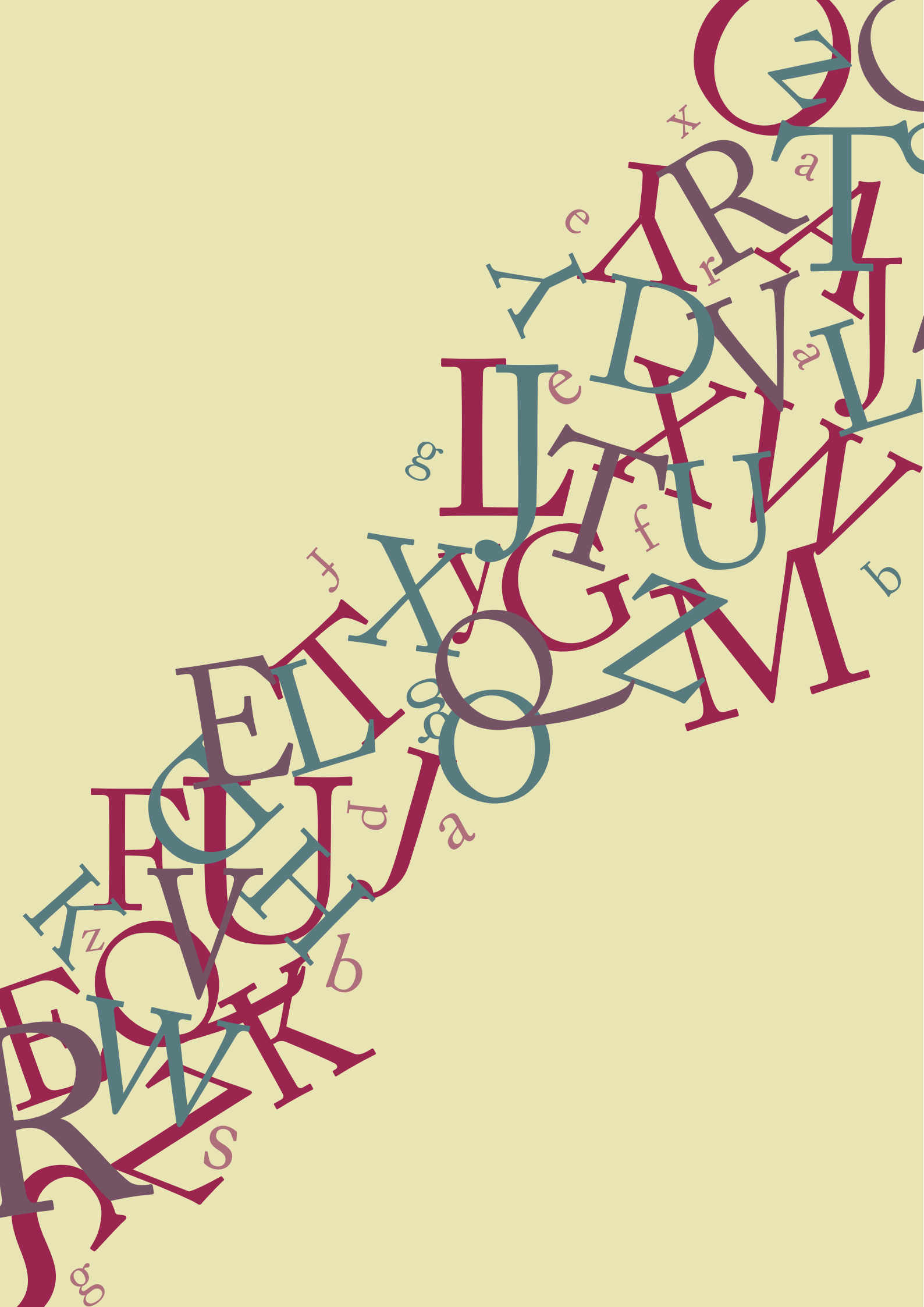
MOINHOS, Rosa (2006). “Sociologia 12º ano”. Lisboa: Plátano Editora.

KUCINSKI, Bernardo (1998). “A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro”. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MARCONDES FILHO, Ciro (1993). “Jornalismo fin-de-siècle”. São Paulo: Página Aberta.

PORTO, Mauro P. (2008). “A mídia e a avaliação das políticas públicas sociais”. In: CANELA, Guilherme (org.). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez/ANDI.

TRAQUINA, Nelson (2005). “Teorias do jornalismo”. Vol. 2. Florianópolis: Insular.





QUESTÕES DE GÊNERO E DIREITOS DAS MULHERES

Comparando Tendências da Cobertura Jornalística

Juliana Doretto*

*Jornalista, professora universitária e pesquisadora na área de infância e mídia. É mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e, atualmente, cursa doutorado na Universidade Nova de Lisboa. Trabalhou no portal UOL e na Folha de S.Paulo. É membro da SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo) e da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação).

INVESTIGANDO A PAUTA DAS REDAÇÕES

Como as mulheres são retratadas nas páginas dos principais jornais brasileiros? Nossa imprensa está preocupada com a desigualdade que as distanciam dos lugares socialmente ocupados pelos homens? Quais fontes de informação são ouvidas pelos repórteres quando os temas dessa agenda são pautados pelos jornais? As políticas públicas para o setor estão no foco de interesse das redações?

Essas foram algumas das perguntas que nortearam a presente pesquisa, realizada pela ANDI – Comunicação e Direitos e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em parceria com o Instituto Patrícia Galvão. A iniciativa está vinculada ao Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, órgão da SPM que, entre outras linhas de atuação, volta o seu olhar para o comportamento da mídia, tomando-a como um ator importante na promoção da equidade entre homens e mulheres.

O projeto, que monitorou a produção editorial de 16 periódicos e analisou mais de 2 mil textos veiculados ao longo de 2010, buscou traçar uma radiografia detalhada do comportamento da imprensa brasileira, segundo três recortes temáticos específicos: Violência Contra as Mulheres; Trabalho; e Poder Político e Decisão. Embora diversas outras questões sejam merecedoras de nossa atenção, não necessitamos mais que alguns poucos números para compreender a escolha realizada:

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:

- Cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos no Brasil, segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo/SESC, no ano de 2010.
- O mesmo estudo aponta que uma em cada dez mulheres já foi espancada ao menos uma vez na vida.
- Com base em dados do Sistema Único de Saúde (SUS), o *Mapa da Violência 2010* (Waiselfiz, 2010) mostra que, de 1997 a 2007, 41.532 mulheres foram vítimas de homicídio no Brasil.

PODER POLÍTICO E DECISÃO:

- As mulheres representam a maioria do eleitorado brasileiro: 51,80% segundo números de 2010 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entretanto,

to, não ocupam nem 20% dos cargos mais importantes no Parlamento e no Executivo.

- Dados da União Interparlamentar, organização vinculada à ONU, indicam que o Brasil ocupa o 112º lugar no *ranking* mundial da participação de mulheres no Parlamento.
- Dos 22 partidos que conseguiram representação na Câmara dos Deputados, nas eleições de 2010, oito não elegeram nenhuma mulher, de acordo com levantamento do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).

MULHER E TRABALHO:

- As mulheres representam quase metade da população economicamente ativa no país (45,60%), de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 34% da População Economicamente Ativa (PEA) feminina estão em situações de emprego vulneráveis – trabalhadoras domésticas, não-remuneradas ou do grupo familiar. Entre os homens, o índice é de 9% (OIT, 2009).
- A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a tarefas domésticas em 2008 foi de 87,90%, enquanto entre os homens o número estava em 46,10% (IBGE, 2009).

Neste capítulo, apresentamos uma breve análise comparativa dos indicadores que foram obtidos a partir do processamento dos dados relativos às matérias jornalísticas correspondentes a cada um dos três blocos temáticos. A intenção é identificar as principais convergências e discrepâncias na cobertura dedicada pelos diários brasileiros a esses importantes aspectos da agenda de gênero.

Esperamos, também, que a leitura inicial desses dados gere insumos relevantes para a reflexão proposta nos capítulos seguintes, que se dedicam a um diagnóstico aprofundado sobre o comportamento das redações diante dos três temas priorizados pela pesquisa coordenada pela ANDI, pelo Instituto Patrícia Galvão e pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Aspectos gerais

Ao observar os resultados desta pesquisa, o primeiro dado que salta aos olhos é a diferença na quantidade de textos em relação aos temas pesquisados. Violên-

cia representa 63,30% da amostra (1.506 matérias), enquanto Trabalho alcança menos de um terço, com 18,90% (450) e Mulheres em Espaços de Poder e Decisão soma 17,80% (425).

A preponderância das pautas sobre a violência contra a mulher vai ao encontro da hipótese de que este é um tema mais frequente na mídia, não apenas por sua importância social, mas também pelo aspecto sensacionalista que com frequência desperta. A espetacularização do crime pode ser uma forma de atrair leitores e aumentar as vendas, sobretudo entre os jornais regionais¹. Esta possibilidade torna a cobertura mais constante, mas, ao mesmo tempo, mais factual, voltada para a divulgação de agressões e mortes. Esse viés policial (e até policialesco) tem presença forte na amostra sobre a violência contra as mulheres. Apesar disso, é possível encontrar outras perspectivas de abordagem, como foco na legislação, no sistema de direitos e na divulgação de pesquisas, ainda que numa proporção significativamente menor.

Em relação aos outros dois temas, podemos afirmar que ocupam um espaço reduzido no noticiário, diante de sua relevância social. Em Poder, é necessário ressaltar que o período em foco engloba a cobertura de uma eleição singular na história de nossa democracia: havia duas candidatas à Presidência da República com significativa importância política e destaque nas pesquisas

FILTROS DE SELEÇÃO

Os filtros estabelecidos para a seleção das matérias também ajudam a explicar a preponderância da cobertura sobre Violência. Neste caso, foram analisadas todas as notícias que retratam a mulher na condição de vítima, salvo em situações extraordinárias, nas quais a agressão estivesse totalmente dissociada das relações de poder entre homens e mulheres (os casos de balas perdidas são um bom exemplo desse tipo de situação).

Já nos outros dois temas, Poder e Trabalho, foram escolhidos apenas os textos que destacam, principal ou marginalmente, as diferenças entre homens e mulheres ou que enfatizam aspectos específicos da condição e da atuação feminina em relação ao campo político ou ao mundo do trabalho. Se a notícia apenas citava uma mulher envolvida em alguma dessas áreas, ela não foi selecionada.

¹ A especialista em comunicação e mídia Jacira Melo afirma que a cobertura sensacionalista da violência contra as mulheres, principalmente a doméstica, é menos presente na grande imprensa do que nos jornais regionais, que costumam dedicar suas páginas policiais para o noticiário de casos dessa natureza. Segundo Melo, nos maiores periódicos do país, “as reportagens sobre o assunto aparecem em espaços de destaque – no primeiro caderno e nos cadernos locais –, não oferecem perspectivas sensacionalistas e são textos que poderíamos chamar de politicamente corretos.” (In Ramos e Paiva, 2007, p. 137).



de opinião. É possível supor, portanto, que o índice de 17,80% alcançado pelas matérias sobre Mulher e Poder poderia ter sido ainda menor sem a participação de Dilma Rousseff e Marina Silva ou se o estudo não tivesse sido realizado em um ano eleitoral.

TABELA 1 – TEMAS MONITORADOS

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL	Nº DE MATÉRIAS	%
Violência contra a mulher	1.506	63,30%
Poder político e decisão	425	17,80%
Trabalho (renda e ocupação)	450	18,90%
TOTAL	2.381	100%

A distribuição das notícias

Ao longo dos 12 meses monitorados, observamos forte crescimento no número de matérias sobre Violência no mês de julho de 2010. Esse movimento se deve às notícias relacionadas ao suposto assassinato de Eliza Samúdio pelo ex-goleiro do Flamengo Bruno Fernandes, no Rio de Janeiro, e ao desaparecimento da advogada Mércia Nakashima, em São Paulo.

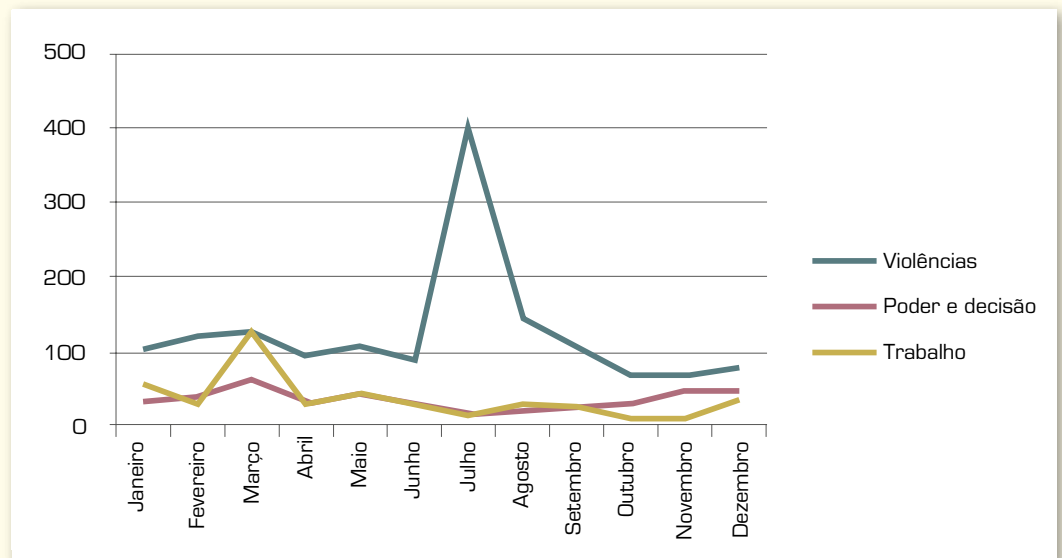
Em Poder, ocorre uma distribuição mais igualitária ao longo dos meses, mas com dois períodos de certo destaque, em março e novembro. No primeiro caso, a explicação pode estar relacionada ao Dia Internacional da Mulher – 8 de março –, data que propicia a publicação de matérias especiais sobre a desigualdade de gênero (é o chamado “gancho” jornalístico: elemento da atualidade que desencadeia a realização de uma reportagem desvinculada de um fato noticioso). No fim de fevereiro, ocorreu ainda a indicação de Dilma Rousseff como candidata à Presidência pelo Partido dos Trabalhadores: a repercussão dessa escolha ocupa as páginas dos jornais ao longo das semanas subsequentes.

Após um desaquecimento em junho e julho – em decorrência, dentre outros fatores, da cobertura da Copa do Mundo –, o número de notícias volta a subir, com novo pico em novembro e dezembro: período em que a imprensa aborda amplamente a escolha da primeira mulher presidente do Brasil e os preparativos para sua posse. Nos meses anteriores, as redações se concentram nos fatos mais urgentes da eleição, como pesquisas de intenção de voto e atos de campanha.

No que se refere ao tema Trabalho, o mês de março aparece novamente como o período em que os jornais mais publicam – provavelmente, também em virtude do Dia Internacional da Mulher, como acontece em Poder. Mas, vale re-

gistrar que em janeiro a cobertura sobre a mulher no mercado laboral também registra um índice mais elevado, impulsionado pela regulamentação do programa Empresa Cidadã (ocorrido no dia 22). A medida estimula a prorrogação da licença maternidade em troca de benefícios fiscais para as empresas.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO MENSAL DAS NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA, PODER E TRABALHO, JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010



O local e o nacional

Na avaliação da produção de cada um dos jornais analisados, fica claro que as matérias sobre violência contra a mulher estão mais presentes nos periódicos regionais (75,90%) do que nos de relevância nacional (24,10%). O mesmo acontece com o tema Trabalho: 64,90% e 35,10%, respectivamente. Na cobertura sobre Poder, no entanto, os jornais locais respondem por um percentual um pouco menor (56,50%), enquanto os de circulação nacional representam 43,50% do material encontrado (veja a Tabela 2).

Tendo em vista que as publicações de circulação regional são maioria entre os veículos estudados – 11 em 16, ou quase 70% da amostra –, é natural que, pelo maior número de páginas avaliadas, elas terminem ditando as tendências da análise. A inversão no caso de Poder pode ser explicada pelas características da eleição para a Presidência da República: as matérias com foco na participação da mulher em cargos públicos centram-se primordialmente nas duas candidatas, Dilma e Marina. Ou seja, são textos que abordam a política de forma mais abrangente (com olhar sobre o Executivo Federal), o que vai ao encontro das características editoriais dos jornais cujo alcance se estende aos diferentes estados do País.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DE NOTÍCIAS POR JORNAL

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL JORNAL	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
ALCANCE NACIONAL	24,10%	43,50%	35,10%	29,70%
Correio Braziliense/DF	7,40%	9,40%	5,80%	7,40%
Folha de S.Paulo/SP	5,90%	11,80%	7,10%	7,20%
O Globo/RJ	6,10%	8,70%	4,20%	6,20%
O Estado de S.Paulo/SP	4,60%	8,90%	7,10%	5,90%
Valor Econômico/SP	0,10%	4,70%	10,90%	3,00%
REGIONAIS	75,90%	56,50%	64,90%	70,30%
O Liberal/PA	13,90%	4,00%	7,10%	10,80%
Hoje em Dia/MG	9,80%	3,10%	8,20%	8,30%
Diário de Pernambuco/PE	8,70%	6,40%	6,00%	7,80%
A Crítica/AM	8,50%	6,10%	6,20%	7,60%
A Gazeta/ES	8,60%	4,50%	7,30%	7,60%
Zero Hora/RS	5,10%	9,90%	7,80%	6,50%
Gazeta do Povo/PR	4,40%	5,40%	6,20%	4,90%
A Tarde/BA	5,20%	3,50%	4,90%	4,90%
O Povo/CE	4,20%	6,10%	4,90%	4,70%
O Popular/GO	4,20%	4,20%	3,60%	4,10%
Folha do Povo/MS	3,30%	3,30%	2,70%	3,10%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Em relação ao tema Trabalho, é preciso notar também que o *Valor Econômico* representa, sozinho, 10,90% da cobertura. Contudo, metade destas matérias aparece em dezembro: no dia 13 desse mês, o jornal trouxe como encarte a revista “Valor Liderança – Executivas”, que, em 66 páginas, apresenta “as melhores gestoras de empresas no Brasil”.

O espaço dentro do jornal

Em relação às editorias nas quais os textos foram publicados, pode-se observar que, assim como esperado, as seções de Política são responsáveis pela maioria das matérias sobre Mulher e Poder (35,30%), ao passo que as de Economia e Negócios se destacam na cobertura sobre Trabalho.

No monitoramento sobre Violência, no entanto, é preciso chamar atenção para o percentual de textos publicados nas seções que tratam de questões locais (35,10%) e nos cadernos de Polícia (15,70%), estes últimos característicos dos jornais menores e marcados por um forte viés sensacionalista. Já os periódicos

cos de circulação nacional publicam as notícias sobre crimes nas editorias locais, o que não necessariamente as distancia do caráter factual e apelativo.

As editorias de Nacional, espaços mais valorizados de veiculação da notícia, representam 16,30% da amostra com foco em Violência. Esses dados indicam que a perspectiva de abordagem da violência contra a mulher precisa ser reavaliada, de forma que possa ganhar a seriedade que ela exige. É fundamental que a imprensa não se limite à descrição de casos individuais de agressão (abordagem que muitas vezes recai na dramatização exagerada) e retrate o problema a partir da sua abrangência e do grande impacto que tem sobre a sociedade.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS POR SEÇÃO DO JORNAL

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL SEÇÃO/CADERNO	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Cidade/local	35,10%	7,50%	16,20%	26,60%
Nacional/Brasil	16,30%	13,90%	2,90%	13,40%
Polícia	15,70%	0,00%	0,40%	10,00%
Internacional/Mundo	9,30%	9,40%	2,20%	8,00%
Política	1,60%	35,30%	1,80%	7,60%
Opinião	3,90%	9,60%	4,40%	5,00%
Sociedade	5,20%	3,50%	4,70%	4,80%
Cultura/artes/ espetáculos	2,70%	4,20%	12,40%	4,80%
Suplementos especiais	1,00%	11,10%	10,20%	4,50%
Economia/negócios	0,00%	1,40%	21,10%	4,20%
Esportes	1,50%	0,00%	2,70%	1,40%
Outra	7,40%	3,30%	18,20%	8,70%
Não foi possível identificar	0,40%	0,70%	2,70%	0,90%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Outro aspecto que confere valor diferenciado à notícia é a sua publicação na primeira página dos jornais. Nesse sentido, um número significativo de matérias analisadas no presente monitoramento (17%) conta com “chamadas de capa” (veja a Tabela 4). O índice reflete certo destaque às questões de gênero, especialmente se levado em conta o fato de que esses textos disputam um lugar na capa com todas as demais notícias publicadas no dia.

Avaliando cada um dos temas separadamente, vemos uma presença maior de pautas sobre Violência na primeira página (19,20%), seguido de Tra-

balho (17,80%). No entanto, apesar do ano eleitoral, as reportagens focadas na participação da mulher no jogo político são matérias de capa em apenas 8,50% dos casos – mesmo quando, de forma inédita, duas mulheres surgem como fortes candidatas na disputa à Presidência da República. Vale notar, no entanto, que como a seleção de notícias levou em conta textos que abordavam as particularidades da condição feminina, o dado não significa que não foi reservado espaço na capa dos jornais às duas candidatas ao Planalto, mas sim que a participação da mulher na política não foi destacada pelos periódicos nessa cobertura.

TABELA 4 – CHAMADA DE CAPA

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL CHAMADA DE CAPA	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Sim	19,20%	8,50%	17,80%	17,00%
Não	80,80%	91,50%	82,20%	83,00%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

O domínio das reportagens

Quanto ao formato jornalístico, como era de se esperar as reportagens predominam, ocupando 81,50% do conteúdo estudado. Uma informação que chama atenção, no entanto, é a participação dos artigos de opinião. Enquanto em Violência apenas 3,80% dos textos assumem esse formato, em Poder e Decisão o percentual sobe para 16,70%. Em Trabalho, o número é intermediário: 7,10% (veja a Tabela 5).

Assim, se, por um lado, o debate de ideias sobre a ocupação de cargos políticos pela mulher aparece fortalecido na cobertura sobre gênero, por outro, a discussão de questões relacionadas às agressões contra a mulher precisa ser estimulada, por meio de artigos assinados. A presença mais constante desse tipo de texto pode traduzir diferentes posicionamentos de formadores de opinião ou de instituições de referência na área, oferecendo insumos qualificados ao público para suas reflexões sobre uma questão que se mostra tão central para a sociedade brasileira.

Na esteira dessa avaliação, outro ponto a ser ressaltado é a pouca presença de entrevistas, que representam apenas 2,50% dos textos publicados. Esse formato jornalístico, assim como os artigos assinados, oferece maior espaço para que especialistas, intelectuais, políticos e profissionais de destaque apresentem seus pontos de vista e contribuam para um debate abrangente e plural.

TABELA 5 – TIPO DE TEXTO

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL TIPO DE TEXTO	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Reportagem	84,10%	72,20%	81,30%	81,50%
Nota	8,70%	6,10%	5,60%	7,60%
Artigo de opinião	3,80%	16,70%	7,10%	6,70%
Entrevista	1,90%	2,80%	4,00%	2,50%
Carta do leitor	1,10%	1,20%	0,70%	1,00%
Editorial	0,30%	0,70%	0,70%	0,50%
Coluna social	0,00%	0,20%	0,20%	0,10%
Coluna de consulta	0,00%	0,00%	0,20%	0,00%
Enquete	0,00%	0,00%	0,20%	0,00%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Outro aspecto que merece atenção é a ausência de assinatura em grande parte dos textos que tem como pauta o tema da Violência: 56,80% dos casos. O nome do repórter confere ao texto jornalístico a força da autoria: fica explícito que a matéria é fruto do esforço de apuração de um profissional diretamente responsável pelos conteúdos publicados. Por outro lado, matérias não assinadas tendem a ser resultado de trabalhos de menor fôlego, com investigação e pesquisa superficiais ou inexistentes. Em Poder e em Trabalho, os índices de textos não-assinados são menores, mas também chamam atenção: 40,70% e 35,10%, respectivamente (veja Tabela 6).

TABELA 6 – SEXO DO REDATOR

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL SEXO DO REDATOR	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Masculino	21,80%	30,10%	24,70%	23,90%
Feminino	20,50%	28,70%	39,80%	25,60%
Não foi possível identificar	0,90%	0,50%	0,40%	0,80%
A matéria não é assinada	56,80%	40,70%	35,10%	49,80%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Vale mencionar, ainda, que no tema Trabalho a autoria feminina se sobressai em quase 40% dos textos. Mesmo que as redações possam ter domínio de jornalistas mulheres², a comparação com os outros dois blocos

2 Segundo a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2008, do Ministério do Trabalho e Emprego, as mulheres representam 54,4% dos jornalistas com emprego formal no país.

de análise indica que há de fato mais mulheres escrevendo sobre o mercado laboral – Violência e Poder apresentam índices menores, com 20,50% e 28,70% respectivamente.

Ajustando o foco

A pesquisa realizada pela ANDI, pelo Instituto Patrícia Galvão e pela Secretaria de Políticas para Mulheres, no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, também busca identificar o enquadramento institucional dos textos. No caso da Violência, 73,78% do material publicado explora uma história individual, o que não pode ser considerado um aspecto positivo. Nesses casos, geralmente a cobertura se detém na “cena do crime”, não conseguindo traçar relações entre diferentes eventos nem discutir políticas voltadas ao enfrentamento dos problemas. Debates que abordam a questão a partir de uma perspectiva mais ampla (indicador chamado de Temático) aparecem apenas em 10,40% do noticiário que integra a amostra.

TABELA 7 – ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* ENQUADRAMENTO	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Individual	73,78%	36,80%	24,32%	41,83%
Temático	10,40%	26,41%	39,04%	12,94%
Setor Público	13,16%	31,60%	11,71%	10,92%
Executivo	5,69%	19,91%	6,31%	5,50%
Legislativo	0,53%	11,69%	4,20%	1,97%
Judiciário	2,49%	0,00%	0,60%	1,26%
Segurança Pública	3,64%	0,00%	0,60%	1,81%
Ministério Público	0,80%	0,00%	0,00%	0,38%
Defensoria Pública	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Setor privado	0,80%	0,43%	15,92%	2,65%
Entidades de classe	0,36%	1,73%	0,90%	0,46%
Sociedade em geral	1,33%	2,16%	5,71%	1,64%
Terceiro setor	0,18%	0,87%	2,10%	0,46%
Não foi possível identificar	0,00%	0,00%	0,30%	0,04%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

*O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos sobre Violência, 194 sobre Poder e 117 sobre Trabalho.

Em Trabalho, no entanto, o enquadramento temático é mais presente, com índice de 39,04%, o que indica a existência de discussões de maior densidade sobre o mercado laboral – apesar de não ser reduzido o número de histó-

rias individuais (24,32%). Em Poder e Decisão, o setor público aparece como ator principal da maioria dos textos publicados (31,60%), índice coerente com a maior presença das pautas nos cadernos de Política. É importante ressaltar que, nesses números, não estão incluídas notas e matérias que apenas citam o tema estudado ou que tenham foco internacional (*para maiores detalhes, veja o capítulo de Aspectos Conceituais e Metodológicos, na página 15*).

Nos textos em que o enquadramento principal está no setor público, temos comportamentos diferentes para os três temas, conforme pode ser observado na Tabela 8. Em Violência, nos poucos casos em que isso ocorre (13,16% do total), mais da metade das matérias retratam governos estaduais ou o distrital. Esse índice demonstra que a discussão avança pouco em relação às políticas executadas ou a serem implementadas em nível nacional, sob a organização do governo federal, concentrando-se mais em ações de âmbito local.

No tema Poder, a influência das eleições presidenciais na cobertura faz com que a discussão se concentre na esfera federal (83,56%). É pouco presente o debate sobre a participação da mulher nos espaços de decisão nos níveis estaduais, ainda que tenha ocorrido também o pleito para os Executivos e Legislativos dos estados: a proporção é pouco maior (10,96%) do que em relação aos governos municipais (8,22%), que não estiveram no foco das eleições de 2010.

Na análise sobre Trabalho, os dados apontam que quase 75% dos casos e tem como foco o governo federal – influência da presença de textos sobre a regulamentação da lei que estimula empregadores a concederem dois meses a mais de licença maternidade em troca de benefícios fiscais (Programa Empresa Cidadã). Por outro lado, iniciativas locais estão pouco presentes na cobertura: 15,38% das matérias colocaram sua atenção nos governos estaduais e 10,26% nos municipais.

TABELA 8 – NÍVEL DE GOVERNO

(% sobre o total de notícias com enquadramento no setor público, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* NÍVEL DE GOVERNO	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Federal	29,05%	83,56%	74,36%	51,15%
Estadual/Distrital	54,73%	10,96%	15,38%	36,54%
Municipal	17,57%	8,22%	10,26%	13,85%
Não está explícito/NFPI	1,35%	0,00%	2,56%	1,15%

*% sobre o total de notícias com enquadramento institucional no setor público: 148 matérias sobre Violência, 73 sobre Poder e 39 sobre Trabalho. A questão permitia marcação múltipla.

Análise qualitativa

O estudo não levanta apenas dados sobre o número de matérias focadas em cada tema ou o formato jornalístico predominante, mas, também busca extrair dos textos selecionados elementos quali-quantitativos que apoiam a reflexão sobre a qualidade da informação noticiada. Esses aspectos envolvem a presença de denúncias de violações de direitos, a busca por causas e soluções de problemas, a discussão de políticas públicas, a apresentação de marcos legais, o uso de estatísticas e o pluralismo das fontes de informação.

A partir dos dados encontrados, fica evidente que, embora de maneira geral a cobertura ainda careça de investigações mais aprofundadas e de discussões mais críticas sobre os diversos temas, há exemplos animadores de repórteres que se preocupam em trazer contexto às notícias, seja por meio de estatísticas (sobretudo em Trabalho) ou do acompanhamento das políticas de governo. Vale ressaltar, também, que boa parte dos textos ouve pelo menos uma fonte de informação. Veja abaixo dados sobre cada um dos aspectos qualitativos.

Investigação como identidade do jornalismo

O bom jornalismo vai além do factual, se preocupando em descobrir e em divulgar irregularidades e examinar o cotidiano com mais profundidade. Assim, ele pode contribuir de forma efetiva para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e para o desenvolvimento social. Por isso, a pesquisa busca registrar a presença de denúncias de violações de direitos e do debate sobre causas e soluções de problemas nas matérias analisadas. Nos três temas, chama atenção a quase inexistência desses elementos: dados para o total dos textos da amostra evidenciam que em 85,26% não há qualquer tipo de denúncia; em 90,23% não se tratam das razões que levam aos problemas retratados e em 93,90% o repórter deixa de discutir suas possíveis resoluções. Em síntese, grande parte da cobertura tende a se fixar em descrições e narrações de histórias, deixando em segundo plano a investigação jornalística.

A abordagem do tema Violência se destaca levemente entre os três assuntos, já que registra maior utilização desses recursos – 17,24%, 11,64% e 7,02%, respectivamente (veja as Tabelas 9, 10 e 11). Apesar de a cobertura do problema ser marcada por muitos textos de tom policialesco, fica claro que algumas discussões importantes sobre a violência contra as mulheres vêm ganhando espaço na imprensa nacional. Entre outros aspectos, se sobressaem a menção à Lei Maria da Penha, que se tornou referência obrigatória para tratar da punição de agressões, e a divulgação de campanhas nacionais de combate a esse tipo de violação de direito. Ainda que esses debates estejam aquém do desejável e

também apresentem falhas (nem sempre atingindo a complexidade do tema), eles ajudam vislumbrar novas possibilidades de abordagem.

Os textos sobre Poder e Trabalho estão ainda mais distantes da prática investigativa. A diferença entre homens e mulheres na ocupação das cadeiras parlamentares e no mercado laboral é menos evidente do que as marcas de agressão nos corpos femininos e, por isso, tende a gerar menos ações e reações, seja por parte da imprensa, do poder público ou da sociedade em geral. A mídia noticiosa deixa de contribuir, dessa forma, na correção das muitas distorções já identificadas nestas searas.

TABELA 9 – DENÚNCIA

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* DENÚNCIA	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Sim	17,24%	7,79%	11,11%	14,74%
Não	82,76%	92,21%	88,89%	85,26%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

*O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos sobre Violência, 194 sobre Poder e 117 sobre Trabalho.

TABELA 10 – CAUSAS

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* CAUSAS	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Sim	11,64%	5,19%	6,61%	9,77%
Não	88,36%	94,81%	93,39%	90,23%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

*O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos sobre Violência, 194 sobre Poder e 117 sobre Trabalho.

TABELA 11 – SOLUÇÕES

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* BUSCA DE SOLUÇÕES	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Sim	7,02%	3,03%	5,11%	6,10%
Não	92,98%	96,97%	94,89%	93,90%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

*O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos sobre Violência, 194 sobre Poder e 117 sobre Trabalho.

Ausência de políticas públicas e marcos legais

Outro dado importante para a qualificação da cobertura sobre gênero é a frequência de pautas que abordam políticas públicas e procuram dar visibilidade às legislações mais importantes nas três áreas estudadas. No primeiro caso, infelizmente, a maior parte das matérias encontradas não trata de ações governamentais que podem alterar o cenário de desigualdade entre homens e mulheres no Brasil. Em Violência, as políticas públicas estão ausentes em 97,87% dos textos; em Poder e Decisão, em 97,84%; e, em Trabalho, em 92,49%. Apenas 54 textos, em uma amostra total de 1.689, fazem menção a esse aspecto (veja a Tabela 12).

No tema Trabalho, vale notar ainda que, em quase 100% das menções (ou 25 textos), é abordada uma única medida, o programa Empresa Cidadã, regulamentado no período monitorado e que concede benefícios fiscais a empresas que estenderem em dois meses o prazo de licença maternidade. Ou seja, a pauta surge em decorrência do factual, da urgência de tratar dos assuntos em voga, e não de uma reflexão por parte da redação ou da necessidade de contextualizar um tema a partir do foco em medidas que vêm sendo adotadas ou negligenciadas pelo Estado. No que diz respeito ao item Poder, apenas cinco matérias fazem referência a políticas públicas e, em Violência, são computadas 24 menções. Nesses casos, contudo, não há concentração em uma ação governamental específica.

TABELA 12 – POLÍTICAS PÚBLICAS

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* POLÍTICAS PÚBLICAS	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Sim	2,13%	2,16%	7,51%	3,20%
Não	97,87%	97,84%	92,49%	96,80%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

*O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos sobre Violência, 194 sobre Poder e 117 sobre Trabalho.

Já a menção a legislações, além de trazer contexto ao fato noticiado, ajuda o público a entender por que ele é importante para a promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres no País. Além disso, informa cidadãos e cidadãs sobre seus próprios direitos, garantidos por lei. Em mais de 80% dos casos, nos três temas analisados, não há citação à legislação: o índice é de 86,67% para Violência; de 88,31% para Poder; e 84,98% para Trabalho (veja Tabela 13).

Neste último tema, nos textos em que há a presença de legislação, novamente o factual é o que gera a referência: 70% dos casos citam decretos ou leis sobre a licença maternidade. Em Poder, 44,44% das matérias que mencionam marcos

legais tratam da Lei 9504/97, que estabelece normas gerais para as eleições. Mas, conforme demonstrado na análise específica sobre o tema (veja na página 137), a imprensa se esquece de acompanhar a aplicação da legislação em alguns aspectos específicos, como o de cotas para as mulheres nas candidaturas.

Em Violência, a Lei Maria da Penha está presente em 50,67% dos casos em que há citação de legislação, fato que condiz com a importância desse documento, que é a principal referência para a abordagem jurídica da violência doméstica no País.

TABELA 13 – LEGISLAÇÃO

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* LEGISLAÇÃO	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Sim	13,33%	11,69%	15,02%	13,44%
Não	86,67%	88,31%	84,98%	86,56%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

*O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos sobre Violência, 194 sobre Poder e 117 sobre Trabalho.

O contexto trazido pelas estatísticas

O uso de dados estatísticos é outro indicador positivo, porque demonstra preocupação do autor do texto jornalístico em ampliar a discussão, definindo cenários, em vez de apenas narrar casos específicos. No monitoramento realizado, as matérias sobre Trabalho e Poder recorrem, de forma significativa, a pesquisas e estudos: eles aparecem em 34,23% e 26,84% dos textos, respectivamente (veja a Tabela 14). Em Violência, por outro lado, o quadro é oposto: nem 10% dos textos trazem estatísticas. Sabe-se que as questões de gênero e violência são objeto de variadas análises, produzidas não apenas por órgãos governamentais, mas também por organizações independentes. Falta, portanto, que os jornais utilizem os indicadores disponíveis para traçar radiografias das agressões sofridas por mulheres no País, na busca por uma cobertura mais qualificada.

TABELA 14 – ESTATÍSTICAS

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* ESTATÍSTICAS	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Sim	9,24%	26,84%	34,23%	16,58%
Não	90,76%	73,16%	65,77%	83,42%
Total	100%	100%	100%	100%

*O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos sobre Violência, 194 sobre Poder e 117 sobre Trabalho.

Fontes de informação

Em relação às vozes ouvidas pelas redações, a pesquisa revela um número animador. Em Poder e em Trabalho, mais de 90% das matérias trazem pelo menos uma fonte. Em Violência, o número sobe para 96,71% (veja a Tabela 15). Isso mostra que os jornalistas tendem a indicar ao menos a instituição ou pessoa que lhe transmitiu a informação, deixando claro ao leitor o processo de construção da notícia – ou seja, o autor não aparece como uma espécie de narrador onisciente, e sim como mediador, que leva ao público dados e pontos de vista obtidos junto a outras instâncias da sociedade.

TABELA 15 – FONTES DE INFORMAÇÃO

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* FONTES OUVIDAS	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Sim	96,71%	90,91%	90,69%	94,73%
Não	3,29%	9,09%	9,31%	5,27%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

*O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos sobre Violência, 194 sobre Poder e 117 sobre Trabalho.

Percorrendo os números sobre pessoas ou entidades ouvidas pela imprensa (veja a Tabela 16), no entanto, é possível perceber que a sociedade civil organizada está quase ausente na cobertura, aparecendo apenas em 3,50% do total de textos que trazem fontes (com destaque um pouco maior apenas em Trabalho, com 5,63%). Na outra ponta, representantes dos Poderes Públicos são as vozes mais frequentes, com presença em 71,38% das matérias com fontes (como esperado, o Executivo e o Legislativo aparecem, especialmente, na cobertura sobre Poder e Decisão). Esse quadro estabelece que há um desnível entre o espaço assegurado pelos jornais para as vozes oficiais, ligadas ao governo, e o destinado às organizações independentes, que poderiam trazer visões legitimadas pelo envolvimento com causas específicas.

Em posição intermediária, estão os cidadãos e cidadãs comuns, cujas histórias aparecem em 53,25% de todo o material selecionado. O detalhamento mostra grandes oscilações: eles estão em 22,86% dos textos sobre Poder; em 38,41% daqueles sobre Trabalho e, com taxa muito superior, em 63,24% da amostra sobre Violência. É função do jornalismo não se limitar a descrever situações gerais e indicar estatísticas, mas costurar essas realidades com as trajetórias das pessoas, que podem traduzir números e cenários em ações e pensamentos. No entanto, é necessário fazer a ressalva de que nem sempre essas histórias de vida

são contadas como forma de humanizar o dado frio: elas podem aparecer como o centro da notícia, muitas vezes exploradas apenas enquanto fato inusitado ou surpreendente, e não como exemplo de uma realidade maior, que atinge a uma parcela significativa da sociedade.

Em Violência, sobretudo, a concentração nas fontes individuais é mais um dado que reforça a interpretação de que tais matérias não tratam a agressão contra a mulher como um problema social, mas sim como questão da esfera privada, relativa ao lar, e também como caso de polícia. Em relação ao último aspecto, vale levar em conta que autoridades policiais são ouvidas em 48,53% dos textos com fontes na amostra sobre Violência, enquanto em Poder e em Trabalho as taxas se reduzem a 0,50% e 3%, respectivamente.

Nas questões sobre o universo laboral, além dos cidadãos e cidadãs comuns e suas trajetórias de vida, destacam-se as empresas, com 19,21%. O indicador é coerente com o espaço no qual a cobertura se dá: majoritariamente cadernos de economia e finanças (veja a *Tabela 3*). Nos textos sobre Poder e Decisão, os candidatos a eleições federais também se destacam (26,19%), já que 2010 foi um ano de disputa para a Presidência e para o Congresso Nacional. No entanto, houve escolha também de representantes para os governos e legislativos estaduais, mas apenas 6,67% dos textos que ouviram fontes registram a voz de candidatos a esses postos.

Um aspecto promissor dessa análise sobre a cobertura de questões de gênero é a presença de especialistas, com 22,81% de frequência, considerando os três temas estudados. São falas essenciais para que as matérias interrelacionem circunstâncias ligadas ao fato noticioso e promovam reflexões, ou, em outras palavras, para que a imprensa cumpra seu papel de fornecer instrumentos capazes de estimular cidadãos e cidadãs a participarem do jogo democrático.

Contra preconceitos e estereótipos

É de conhecimento geral que o comportamento da imprensa pode reforçar imagens distorcidas e superficiais de determinados grupos sociais. Por outro lado, não faltam exemplos da importante contribuição que as redações podem oferecer para que essas pessoas comecem a ser enxergadas em sua real complexidade e individualidade, a partir de uma perspectiva de direitos e de cidadania. O monitoramento realizado aponta que os jornais brasileiros caminham nesse sentido, em diversas áreas.

TABELA 16 – TIPO DE FONTES MENCIONADAS

(% sobre o total de notícias que mencionam fontes, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE FONTES	TEMA PRINCIPAL*	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
PODERES PÚBLICOS		88,97%	48,57%	23,84%	71,38%
Executivo Federal		1,84%	17,62%	7,95%	5,06%
Legislativo Federal		1,19%	12,86%	3,97%	3,25%
Judiciário		15,63%	3,81%	1,66%	11,44%
Executivo Estadual		5,88%	3,81%	1,66%	4,81%
Legislativo Estadual ou Distrital		0,64%	2,86%	0,00%	0,81%
Executivo Municipal		2,76%	3,33%	2,65%	2,81%
Legislativo Municipal		0,37%	2,38%	0,00%	0,56%
Defensorias		0,74%	0,00%	0,33%	0,56%
Ministério Público		7,17%	0,48%	0,66%	5,06%
Ministério da Justiça		0,28%	0,48%	0,00%	0,25%
Ministério da Saúde		0,37%	0,00%	0,33%	0,31%
Ministério do Trabalho		0,09%	0,00%	0,33%	0,13%
SEPPIR		0,00%	0,00%	0,33%	0,06%
SEDH		0,28%	0,00%	0,00%	0,19%
SPM		1,19%	0,48%	0,99%	1,06%
Polícia (Militar ou civil)		48,53%	0,48%	2,98%	33,63%
DEAM		2,02%	0,00%	0,00%	1,38%
SOCIEDADE CIVIL		67,83%	30,95%	50,00%	59,63%
Cidadãos comuns		63,24%	22,86%	38,41%	53,25%
Organizações da Sociedade Civil		2,76%	4,29%	5,63%	3,50%
Fundações/Institutos		1,84%	3,81%	5,96%	2,88%
ORGANISMOS INTERNACIONAIS		2,02%	1,43%	0,66%	1,69%
Diplomatas/ representantes de outros países		0,09%	0,48%	0,00%	0,13%
UNIFEM		0,09%	0,00%	0,00%	0,06%
OIT		0,09%	0,00%	0,33%	0,13%
Outros organismos internacionais		1,75%	0,95%	0,33%	1,38%
PARTIDOS POLÍTICOS		0,46%	34,29%	0,00%	4,81%
Candidata (o) a eleições federais		0,37%	26,19%	0,00%	3,69%
Candidata (o) a eleições estaduais		0,09%	6,67%	0,00%	0,94%
Candidata (o) a eleições municipais		0,00%	1,43%	0,00%	0,19%
SETOR EMPRESARIAL		4,04%	3,81%	21,19%	7,25%
Confederações de empregadores		0,18%	0,48%	1,99%	0,56%
Empresas		3,86%	3,33%	19,21%	6,69%
CENTRAIS SINDICAIS/SINDICATOS		0,18%	0,00%	3,64%	0,81%
ESPECIALISTAS/TÉCNICOS		22,06%	19,05%	28,15%	22,81%
UNIVERSIDADE		2,76%	1,43%	7,28%	3,44%
NÚCLEOS UNIVERSITÁRIOS DE ESTUDOS DE GÊNERO		0,09%	0,00%	0,99%	0,25%
IGREJAS/ENTIDADES RELIGIOSAS		0,64%	1,90%	0,00%	0,69%
MÍDIA		4,78%	12,86%	6,29%	6,13%
NÃO FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR		1,38%	2,38%	2,98%	1,81%

*% sobre o total de notícias que apresentam fontes: 1.088 textos sobre Violência; 210 sobre Poder e 302 sobre Trabalho. A pergunta permitia marcação múltipla.

Pouco mais de 0,50% do total de matérias analisadas trazem expressões pejorativas, que menosprezam a mulher (veja a *Tabela 17*) – ainda que em Poder e Decisão o número seja um pouco maior, com 1,73%. A representação feminina como objeto sexual ou de desejo, ligada a padrões de beleza ou como pessoa nervosa e emocionalmente instável, também aparece pouco: 1,12%, 0,65% e 0,06%, respectivamente. Com índice um pouco maior, a mulher surge associada à fragilidade e à vulnerabilidade (2% dos textos).

TABELA 17 – EXPRESSÕES PEJORATIVAS

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* EXPRESSÕES PEJORATIVAS	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Sim	0,36%	1,73%	0,30%	0,53%
Não	99,64%	98,27%	99,70%	99,47%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

*O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos sobre Violência, 194 sobre Poder e 117 sobre Trabalho.

TABELA 18 – REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* FORMA DE REPRESENTAÇÃO	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Ligada à maternidade	1,24%	3,46%	21,02%	5,45%
Frágeis e vulneráveis	2,04%	3,46%	1,20%	2,07%
Ligada a trabalhos domésticos	0,00%	0,43%	9,31%	1,89%
Como objeto sexual ou de desejo	1,24%	0,43%	1,20%	1,12%
Ligada a padrões de beleza relacionados à magreza ou dietas	0,09%	0,87%	2,40%	0,65%
Emotiva	0,09%	0,87%	1,20%	0,41%
Nervosa e emocionalmente instável	0,09%	0,00%	0,00%	0,06%
Consumista compulsiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Menos inteligente e capaz que os homens	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

*O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos sobre Violência, 194 sobre Poder e 117 sobre Trabalho.

No entanto, na cobertura sobre Trabalho, chama atenção o fato de que quase 10% dos textos selecionados ligam o gênero feminino a atividades domésticas. As menções indicam que ainda permanece o estereótipo de que as mulheres são as responsáveis pelas tarefas de cuidado com a casa e com a família. Além disso, 21% das notícias analisadas falam de maternidade – nesse caso, o número se explica pela grande cobertura dedicada ao programa Empresa Cidadã.

Por fim, a pesquisa demonstra que, ao contrário do que ocorre nas pautas que focalizam sobre Poder Político e Decisão e sobre Trabalho, a mulher ainda é representada a partir de seus relacionamentos familiares na cobertura que tem o foco central na Violência. No entanto, o número também é expressivo no caso dos homens: em ambas as situações supera os 50% (veja as Tabelas 19 e 20).

O indicador está ligado ao fato de a imprensa se voltar, sobretudo, para os casos de violência doméstica³. Isso reflete, de certa maneira, o cenário brasileiro: pesquisa do IBGE (Brasil, 2009) aponta que 25,90% das mais de 1 milhão de mulheres que disseram ter sido agredidas em 2009 foram vítimas de companheiros ou ex-companheiros. No entanto, é preciso entender que a agressão não é apenas um problema doméstico, mas atinge a mulher também em outras esferas de sua vida, como seu ambiente de trabalho ou seu círculo social.

TABELA 19 – DEFINIÇÃO DA MULHER A PARTIR DE SEUS RELACIONAMENTOS

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* DEFINE A MULHER A PARTIR DE SEUS RELACIONAMENTOS	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Sim	54,67%	21,21%	24,92%	44,23%
Não	44,53%	78,79%	73,87%	55,00%
A matéria não menciona figuras femininas específicas	0,80%	0,00%	1,20%	0,77%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

*O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos sobre Violência, 194 sobre Poder e 117 sobre Trabalho.

3 Na análise específica sobre Violência, que abarcou textos de janeiro a agosto de 2010, 65,65% dos agressores identificados nas matérias eram cônjuge, parceiro(a), marido, namorado(a) ou ex.

TABELA 20 – DEFINIÇÃO DO HOMEM A PARTIR DE SEUS RELACIONAMENTOS

(% sobre o total de notícias selecionadas sobre Violência, Poder e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL* DEFINE O HOMEM A PARTIR DE SEUS RELACIONAMENTOS	VIOLÊNCIA	PODER	TRABALHO	TOTAL
Sim	52,36%	12,99%	17,42%	40,08%
Não	40,36%	67,10%	39,64%	43,87%
A matéria não menciona figuras masculinas específicas	7,29%	19,91%	42,94%	16,04%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

*O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos sobre Violência, 194 sobre Poder e 117 sobre Trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados expostos neste capítulo traduzem resultados que podem ser considerados contraditórios. Se, por um lado, a imprensa avança na qualidade de sua produção jornalística, com a presença maior de indicadores estatísticos ou com a preocupação de evitar o uso de expressões pejorativas, por outro, as discussões sobre as políticas públicas continuam longe da pauta e a narração de fatos se sobrepõe às denúncias e à busca de causas e soluções para graves entraves sociais.

No que se refere especificamente à cobertura de Poder, a inédita eleição presidencial envolvendo duas fortes candidatas poderia ter sido estímulo para um trabalho jornalístico mais qualificado. As pautas poderiam, por exemplo, ter colocado maior ênfase nas legislações que estimulam a participação das mulheres na política (mas que ainda não são cumpridas em sua totalidade) e debater medidas governamentais capazes de ampliar a presença feminina nos espaços de representação. No entanto, as reportagens sobre Mulher e Poder se fixaram na excepcionalidade do período eleitoral, com foco, sobretudo, nas histórias das duas candidatas.

Dilma Rousseff e Marina Silva conseguiram que a imprensa brasileira lhes reservasse atenção maior durante o ano de 2010, mas isso não foi suficiente para ampliar a discussão no que se refere à realidade política nacional: partidos, Congresso Nacional, prefeituras, Câmaras de Vereadores e governos e Legislativo estaduais continuam sem uma presença feminina marcante, mesmo com a inédita eleição de uma mulher para a Presidência da República.

A individualidade também se sobrepõe às políticas públicas na cobertura da Violência. São contadas histórias sobre mulheres vítimas de agressão (em muitos casos, com forte tom sensacionalista e policialesco, ou seja, com foco no crime), mas deixa-se de lado a problematização da dimensão pública da questão – que pede ações do Estado e da sociedade. O período eleitoral, inclusive, poderia ter sido mote importante para a discussão dessas medidas, tendo em vista que as propostas divulgadas pelos candidatos podem representar o início da elaboração das políticas públicas.

Os jornais também não aproveitaram as eleições para discutir as questões mais gerais da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, no qual se percebe graves desníveis em relação aos salários e ao grau de precariedade das ocupações assumidas por homens e mulheres. Ainda que, nesse caso, a cobertura tenha sido menos individualizada do que nos dois outros temas, permanece a ausência de um esforço investigativo capaz de problematizar a questão, apontando razões e cobrando mudanças.

Se há algo que falta nos textos sobre os três blocos temáticos analisados é o investimento em uma das funções mais nobres da imprensa: trazer para o debate público as questões esquecidas (ou ocultadas) pela sociedade. Um jornalismo que se volta apenas para a urgência dos fatos, para o relato da notícia, não pensa a realidade em seu todo e em seus aspectos mais complexos, mas reduz a vida em comunidade aos problemas mais cotidianos. Esse tipo de mídia colabora pouco para a formação da opinião pública crítica, capaz de efetivamente cobrar atitudes e soluções do Poder Público.

A intenção do estudo realizado pela ANDI – Comunicação e Direitos, Instituto Patrícia Galvão e Secretaria de Políticas para Mulheres, no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, é que os indicadores e as reflexões apresentadas possam servir de insumo para que a imprensa nacional consiga repensar sua prática nesse campo temático, avançando na realização de coberturas cada vez mais qualificadas e diversificadas.

Se a rotina da produção, estressante e de corrida contra o relógio, impede que os repórteres, redatores e editores se envolvam em discussões mais frequentes e profundas sobre, por exemplo, o fazer jornalístico com foco na interface mulher/política, um processo de monitoramento abrangente pode contribuir para que essa lacuna se reduza. Afinal, a pesquisa desenha uma radiografia da forma como a imprensa trata as questões de gênero, e o faz com dados retirados das edições dos próprios periódicos, e não a partir de suposições e hipóteses.

O objetivo, mais uma vez, é ajudar o jornalista a entender as origens de certos vícios e as repercussões de algumas de suas escolhas. Ou, então, a ter a certeza de que está no caminho correto mesmo quando atropelado pela pressão do *deadline*. ■

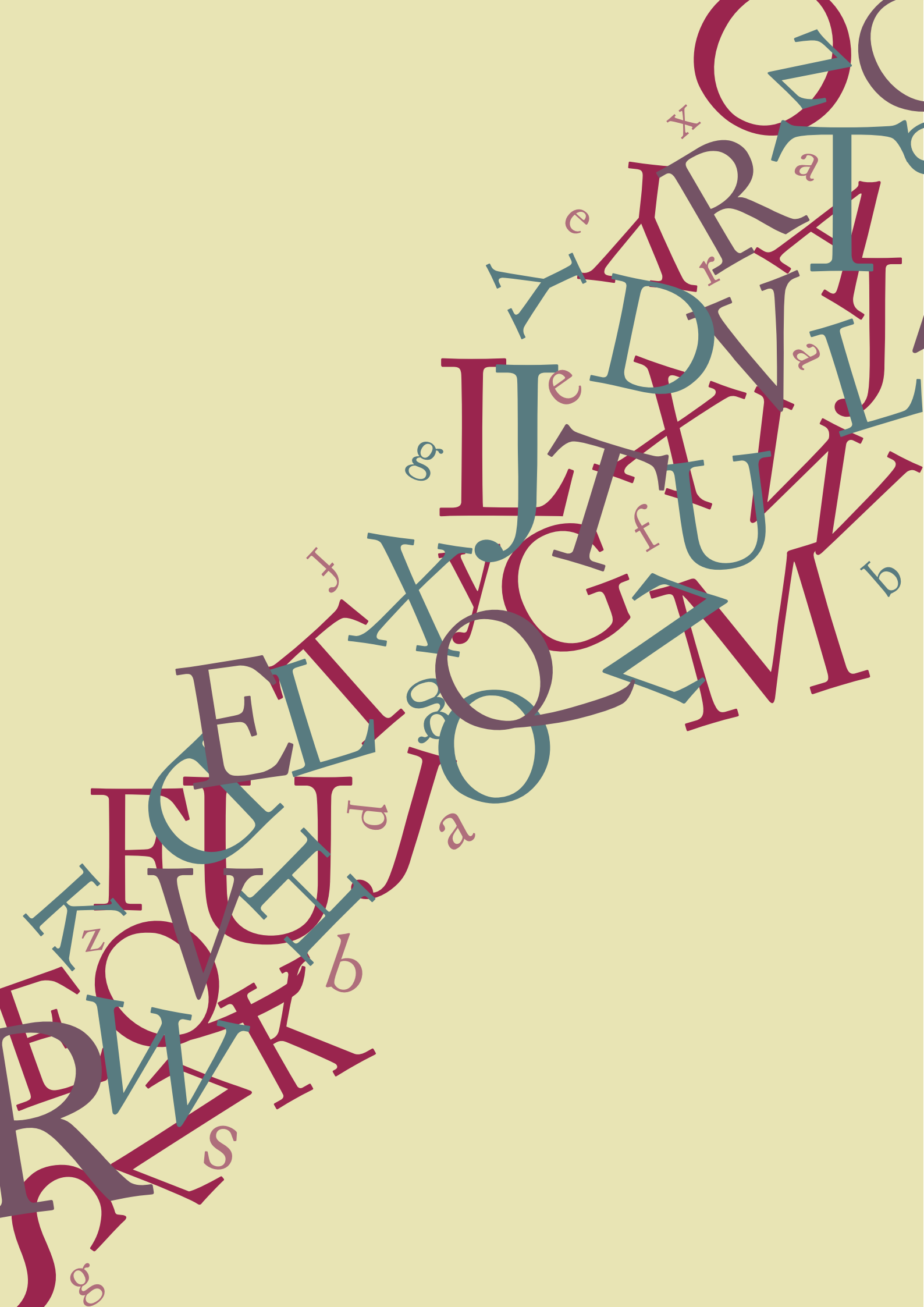
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL (2009). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2009 - Características da vitimização e do acesso à Justiça no Brasil”. Rio de Janeiro: IBGE

OIT (2009). “Mais trabalho decente para trabalhadoras e trabalhadores domésticos no Brasil”. Brasília: OIT

MELO, Jacira (2007). “O movimento social de mulheres e a Imprensa: uma cobertura construída em parceria”. In: RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela(orgs.). *Mídia e violência: Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

WASELFISZ, Julio J (2010). “Mapa da violência 2010 – anatomia dos homicídios no Brasil”. Instituto Sangari. Disponível em: www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/MapaViolencia2010.pdf. Acesso em 20 de julho de 2011.





ANÁLISE DA COBERTURA DA IMPRENSA sobre Violência contra as Mulheres

Marisa Sanematsu*

*Jornalista, com mestrado pela Universidade de São Paulo. Coordenou diversos projetos de monitoramento e análise da cobertura da imprensa sobre temas como desigualdade de gênero e raça/etnia, violência contra a mulher, Aids e direitos sexuais e reprodutivos. É editora de conteúdo de sites na internet e consultora de projetos de comunicação para organizações não-governamentais. Atualmente é editora da Agência Patrícia Galvão, do Instituto Patrícia Galvão – Comunicação e Mídia.

A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

A cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no país e uma em cada cinco mulheres (18%) considera já ter sofrido “algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido”. É o que mostra a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo/SESC em 2010, que revela também que 16% das mulheres já levaram tapas, empurrões ou foram sacudidas, 16% sofreram xingamentos e ofensas recorrentes sobre sua conduta sexual e 15% foram controladas a respeito de aonde iriam e com quem saíam.

Além de ameaças de surra (13%), uma em cada dez mulheres (10%) já foi de fato espancada ao menos uma vez na vida. A pesquisa estima que cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos no país. As mulheres entrevistadas também relataram haver experimentado tipo de controle ou cerceamento (24%), alguma forma de violência psíquica ou verbal (23%), ou de ameaça ou violência física (24%).

Por que a violência contra as mulheres acontece com tanta frequência?

A violência contra as mulheres acontece porque, em nossa cultura, muitos ainda consideram que os homens são superiores e que, por isso, sempre têm razão. Assim sendo, muitos maridos, namorados, pais, irmãos, chefes e outros homens acham que têm o direito de impor suas vontades e opiniões às mulheres. Não suportando ser contrariados ou se sentirem diminuídos, acreditam que a única maneira de resolver um conflito é recorrendo à violência.

Embora muitas pessoas, inclusive as próprias vítimas, digam que a culpa é do álcool, das drogas ou dos ciúmes, esses são apenas fatores que podem desencadear um episódio de violência, mas não servem como justificativa. Os homens não são violentos por natureza, mas desde garotos são incentivados a valorizar a agressividade, a força física, a iniciativa, a ação, a dominação, o comando e a satisfazer seus desejos, inclusive os sexuais. E as meninas? São valorizadas pela delicadeza, sedução, submissão, obediência, dependência, sentimentalismo, fraqueza, passividade e o cuidado com os outros.

Se as características do papel masculino são mais valorizadas do que as do papel feminino, isso faz com que muitos acabem acreditando que o homem é superior à mulher – não só fisicamente – e por isso tem direito de controlar e punir a mulher e se achar “dono” dela. Esses preconceitos são aprendidos em casa,

reforçados pela escola e pela mídia e estão na origem da desigualdade entre os sexos e da violência contra as mulheres.

Marco político e legal da violência contra as mulheres

A violência contra as mulheres é definida no Artigo. 1º da Convenção de Belém do Pará – Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Frossard, 2006).

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Brasil, 2006), que é mais conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para prevenir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Artigo 226 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e de documentos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) (United Nations, 1979) e a Convenção de Belém do Pará.

Entre outros dispositivos, a Lei Maria da Penha prevê a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar.

O capítulo 4 do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2008)¹ é dedicado ao “enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres”. Lançado pelo governo federal, esse plano contém as ações aprovadas na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília, em agosto de 2007.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Brasil, 2007) consiste em um acordo entre os governos federal, estaduais e municipais para o desenvolvimento de um conjunto de ações pautadas por políticas públicas amplas e articuladas, a serem implementadas para a prevenção da violência contra as mulheres, bem como para assistência e proteção das vítimas e a punição dos agressores, envolvendo iniciativas nos âmbitos da segurança, assistência social, educação, trabalho, justiça e saúde, entre outros.

¹ O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres resultou de um processo promovido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em parceria com órgãos da administração pública federal e gestores de políticas para as mulheres, que envolveu quase 200 mil mulheres em conferências municipais e estaduais realizadas em todo o país. Dividido em 11 áreas ou eixos temáticos, o Plano apresenta 388 ações a serem implementadas – assim como seus prazos e os órgãos responsáveis – para reduzir a desigualdade entre mulheres e homens no país.

A coordenação do Pacto Nacional está a cargo da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, e as atividades nele previstas são executadas por um amplo conjunto de ministérios e secretarias especiais, em um processo que envolve os seguintes níveis de atribuição de responsabilidades:

- Competência do governo federal – estabelecer diretrizes e normas para a execução das ações e fornecer apoio técnico e financeiro, com as devidas contrapartidas dos estados e municípios;
- Competência dos governos estaduais – monitorar, articular e desenvolver as ações do pacto e executar as que estão previstas nas áreas de justiça e segurança pública;
- Competência dos governos municipais – implementar as ações nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009 (Munic), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que, dos 5.565 municípios brasileiros, apenas 395 (7,10%) têm delegacias especializadas para atendimento às mulheres (Brasil, 2009), e somente 130 cidades (2,70%) dispõem de casas-abrigo para mulheres vítimas de violência.

Desse total, 88 abrigos para mulheres são públicos e 63, conveniados. Em 2009, Roraima, Amapá e Distrito Federal não possuíam um único centro para acolher essas mulheres. O estudo do IBGE apontou, também, que existem abrigos em 72,50% das cidades com mais de 500 mil habitantes, enquanto em municípios com até 50 mil habitantes o percentual é inferior a 0,60%.

COMO OS JORNAIS ABORDAM A TEMÁTICA

A violência contra as mulheres é um problema de grande magnitude e impacto e, portanto, de interesse público. É possível recorrer aqui a uma frase consagrada pelo movimento de mulheres: “as mulheres são metade da população e mães da outra metade”. É importante também lembrar que as mulheres são maioria do eleitorado brasileiro e do público dos principais veículos de comunicação de massa.

A partir da seleção das principais notícias e artigos sobre violência contra a mulher que foram publicadas de janeiro a dezembro de 2010, pode-se afirmar que esse tema é notícia quando:

- Ocorrem casos reais de violência – em especial se a agressão for cometida com motivação passional e com extrema violência – que ganham destaque nas editoriais de polícia e cidade, principalmente nos jornais de veiculação local;
- Uma mulher é agredida por um homem famoso, como o ex-goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes, suspeito pelo desaparecimento e provável homicídio da modelo Eliza Samúdio, mãe de um bebê em relação ao qual o atleta não quis reconhecer a paternidade. Nos títulos² das 1.506 matérias selecionadas que tratam da violência contra as mulheres, o nome “Bruno” aparece 137 vezes, “goleiro”, 61 vezes, e “Eliza”, 57 vezes;
- Uma mulher é assassinada e a investigação da autoria do crime é acompanhada com interesse pela população, como no caso da advogada Mércia Nakashima, em que o principal suspeito é seu ex-namorado Mizael Bispo; das 1.506 matérias clipadas, o nome “Mércia” e “Mizael” aparecem 14 vezes, cada um, e “advogada”, 11 vezes;
- Ocorrem abusos sexuais de crianças, por parte de pais e padrastos ou estranhos;
- Uma mulher é condenada à morte por apedrejamento/enforcamento, em país que admite esse tipo de pena, como a iraniana Sakineh Ashtiani;
- Vai a julgamento um acusado em um caso de assassinato de ampla repercussão, como o da universitária Maristela Just;
- Ocorre o fechamento de uma casa de prostituição de meninas ou é preso um agenciador ou agenciadora;
- São presos integrantes de uma quadrilha que traficava mulheres e meninas para prostituição no exterior;
- É procurado ou preso um estuprador ou *serial killer* que atacava meninas ou mulheres;
- Tem início uma polêmica em torno do uso das chamadas “pulseiras do sexo” após o estupro de uma adolescente;
- É desmontada uma quadrilha de agenciadores para alimentar o turismo sexual, o que revela o envolvimento e as esperanças das próprias mulheres, muitas das quais vêm na relação com um homem estrangeiro um sonho de casamento e de ascensão social.

² Sobre a importância e significado do título na produção editorial, a jornalista Suzana Singer, *ombudsman da Folha de S.Paulo* explica: “Existe um trabalho invisível - mas muito importante - nas Redações. Pesquisas mostram que uma grande parte dos leitores apenas passa os olhos pelas páginas do jornal, zapeando os títulos principais. Com a atenção cada vez mais disputada por outros meios de comunicação, o consumidor de informação só enfrenta - o melhor verbo é esse - um texto até o fim se julgá-lo realmente interessante. Um bom título ajuda a convencê-lo de que vale a pena gastar alguns minutos naquela notícia”. (Singer, 2011)

Embora tenha sido observado um acentuado predomínio do noticiário policial, nem só de casos de polícia alimenta-se o trabalho das redações; a violência contra as mulheres também é noticiada, ainda que em escala muitíssimo menor, quando:

- É divulgada uma pesquisa com números impactantes, como a do IBGE, que revelou a escassez de delegacias da mulher e casas-abrigo nos municípios brasileiros; ou dados sobre o número de casos de violência sexual em escolas; sobre os atendimentos do serviço Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres; sobre as mulheres vítimas de tráfico humano; sobre a participação majoritária das mulheres negras entre as vítimas de violência na cidade do Rio de Janeiro; ou que mostram a relação entre álcool, drogas ou ciúmes e a violência contra a mulher;
- É inaugurado um centro de atendimento a mulheres vítimas de violência;
- Um juiz ou autoridade policial toma medidas (ou deixa de tomá-las) com base na Lei Maria da Penha;
- É aprovado pelo Congresso Nacional um projeto de lei que trata da violência contra a mulher, por exemplo, a proposta que define a obrigatoriedade de o Estado proporcionar à vítima acesso a uma cirurgia plástica reparadora em caso de lesão.

Análise dos dados

O tema Mulher, Poder e Decisão foi definido como o principal foco no primeiro ano de atuação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Por essa razão, o monitoramento proposto focaliza a produção editorial da imprensa brasileira sobre este tema, com a inclusão de mais duas linhas temáticas do Observatório: Trabalho e Violência.

Conforme destacado no capítulo sobre Metodologia, a pesquisa iniciada no mês de janeiro e encerrada em dezembro de 2010 concentra-se no monitoramento e análise da cobertura jornalística sobre os seguintes temas:

- Poder político e de decisão;
- Trabalho (renda e ocupação);
- Violência contra as mulheres.

Como pode ser observado na tabela a seguir, a violência contra as mulheres destaca-se, entre os temas pesquisados, como o assunto que mais atrai o interesse da imprensa.

TABELA 1 – TEMAS MONITORADOS

(% sobre o total de notícias selecionadas/clipadas, janeiro a dezembro de 2010)

TEMA PRINCIPAL	Nº DE MATÉRIAS	%
Violência contra as mulheres	1.506	63,30%
Trabalho (renda e ocupação)	450	18,90%
Poder político e decisão	425	17,80%
TOTAL	2.381	100%

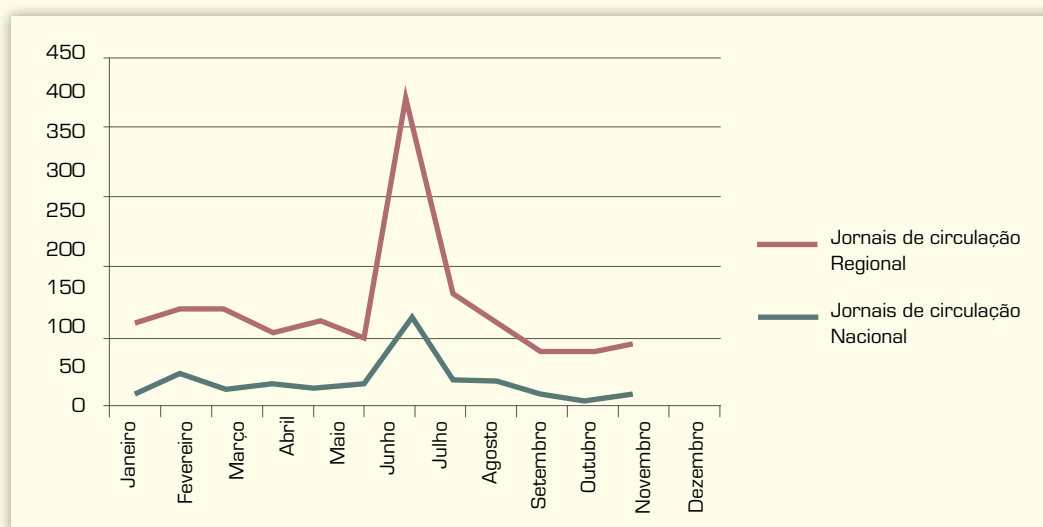
Das 2.381 matérias clipadas no período de janeiro a dezembro de 2010 por abordarem a questão da desigualdade entre homens e mulheres, 63,30% (ou 1.506) tratam especificamente da violência contra mulheres. Os tipos de violência podem ser tanto física como psicológica, sexual ou outra (veja na Tabela 26).

Destas 1.506 matérias sobre violência contra as mulheres, 1.311 (ou 87,10%) abordavam fatos ou acontecimentos ocorridos no Brasil.

Uma pauta com presença significativa em todos os jornais pesquisados

O monitoramento sistemático realizado no universo dos 16 jornais selecionados permite observar que o tema da violência contra as mulheres é pautado com relativa regularidade em todo o período pesquisado tanto, nos jornais de abrangência nacional quanto nos jornais regionais/locais, como pode ser observado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO MENSAL DAS NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Jornais de alcance nacional x Jornais regionais, janeiro a dezembro de 2010



O Gráfico 1 ilustra a periodicidade com que as matérias sobre a violência contra as mulheres frequentaram o noticiário durante o período analisado. Fica evidente que em julho houve um crescimento bastante acentuado na quantidade de matérias clipadas, fato que se deve diretamente aos desdobramentos do caso do desaparecimento e suposto assassinato da modelo Eliza Samúdio, em que o principal suspeito é o ex-goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes. Ao longo de julho, também prosseguia a investigação sobre o assassinato da advogada Mércia Nakashima, ocorrido no interior de São Paulo.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO MENSAL DE NOTÍCIAS POR TIPO DE JORNAL

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE JORNAL MÊS	JORNAIS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL		JORNAIS DE CIRCULAÇÃO REGIONAL		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Janeiro	16	4,40%	86	7,50%	102	6,80%
Fevereiro	34	9,30%	88	7,70%	122	8,10%
Março	22	6,00%	103	9,00%	125	8,30%
Abril	25	6,90%	71	6,20%	96	6,40%
Maio	22	6,00%	83	7,30%	105	7,00%
Junho	30	8,20%	57	5,00%	87	5,80%
Julho	112	30,80%	284	24,90%	396	26,30%
Agosto	35	9,60%	110	9,60%	145	9,60%
Setembro	32	8,80%	80	7,00%	112	7,40%
Outubro	13	3,60%	55	4,80%	68	4,50%
Novembro	10	2,70%	59	5,20%	69	4,60%
Dezembro	13	3,60%	66	5,80%	79	5,20%
TOTAL	364	100%	1.142	100%	1.506	100%

Com base nesse levantamento, é possível afirmar que o tema da violência contra as mulheres foi coberto em proporção semelhante pelos jornais de circulação nacional e pelos de alcance regional/local, ou seja, em termos de quantidade de matérias, o tema recebeu igual atenção dos dois tipos de veículos jornalísticos.

Nos 84 dias selecionados entre janeiro e dezembro de 2010, os jornais impressos monitorados publicaram 1.506 matérias sobre Violência contra as Mulheres, o que representa uma média de 94 textos, ao longo desse período, para cada um dos 16 jornais escolhidos para análise. Entre os quatro³ maiores periódicos de circulação nacional, a média alcançada foi de 91 matérias,

3 O Valor Econômico não entrou neste cálculo em função do baixo número de matérias publicadas sobre esta temática ao longo do período monitorado: apenas duas notícias.

enquanto que para os veículos de alcance regional/local, a média ficou em 103 matérias.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DE NOTÍCIAS POR JORNAL

(% sobre o total de notícias acerca do tema da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

JORNAL	%
JORNAIS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL	24,10%
Correio Braziliense/DF	7,40%
O Globo/RJ	6,10%
Folha de S.Paulo/SP	5,90%
O Estado de S.Paulo/SP	4,60%
Valor Econômico/SP	0,10%
JORNAIS REGIONAIS	75,90%
O Liberal/PA	13,90%
Hoje em Dia/MG	9,80%
Diário de Pernambuco/PE	8,70%
A Gazeta/ES	8,60%
A Crítica/AM	8,50%
A Tarde/BA	5,20%
Zero Hora/RS	5,10%
Gazeta do Povo/PR	4,40%
O Povo/CE	4,20%
O Popular/GO	4,20%
Folha do Povo/MS	3,30%
TOTAL	100%

Os diários que publicaram maior número de matérias sobre o tema da Violência Contra as Mulheres foram:

- Cobertura nacional: *Correio Braziliense* (7,40%)
- Cobertura regional/local: *O Liberal/PA* (13,90%)

Os jornais que publicaram menor número de matérias sobre o tema da Violência Contra as Mulheres foram:

- Cobertura nacional: *O Estado de S.Paulo* (4,60%)
- Cobertura regional/local: *Folha do Povo/MS* (3,30%)

Jornais da região Norte

registraram maior cobertura

Se os jornais regionais/locais forem agrupados conforme a região geográfica de origem, somente para efeito comparativo, terminamos observando a seguinte configuração:

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE NOTÍCIAS POR JORNAL E REGIÃO

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

JORNAL/REGIÃO	%
REGIÃO NORTE	22,40%
O Liberal/PA	13,90%
A Crítica/AM	8,50%
REGIÃO SUDESTE	18,40%
Hoje em Dia/MG	9,80%
A Gazeta/ES	8,60%
REGIÃO NORDESTE	18,10%
Diário de Pernambuco/PE	8,70%
A Tarde/BA	5,20%
O Povo/CE	4,20%
REGIÃO SUL	9,50%
Zero Hora/RS	5,10%
Gazeta do Povo/PR	4,40%
REGIÃO CENTRO-OESTE	7,50%
O Popular/GO	4,20%
Folha do Povo/MS	3,30%

Entre os veículos locais, os jornais da região Norte são responsáveis pela publicação do maior número de notícias, o equivalente a 22,40% da cobertura (média de 168,5 matérias por jornal). Em seguida estão os veículos do Sudeste (18,40%) e do Nordeste (18,10%), com média de 138,5 e 91 notícias por jornal, respectivamente.

No Sul e no Centro-Oeste esses valores se mostram menos expressivos. Vale observar que o campeão da cobertura sobre violência contra a mulher, *O Liberal*, do Pará, tem caráter policial, reportando casos de assassinatos e estupros ocorridos no estado.

Chamada de capa como indicador de relevância

Um dos principais indicadores do destaque e importância conferidos à notícia é sua presença ou não na capa do jornal, com uma chamada que remete à matéria completa no interior da edição. O levantamento realizado, demonstra que 19,20% das matérias receberam destaque em chamadas nas capas dos jornais monitorados, o que mostra que os veículos consideram que o tema da violência contra as mulheres é de interesse público e pode ajudar a vender mais jornais, por sua relevância social ou em razão do apelo conferido por um tratamento sensacionalista dado à notícia.

TABELA 5 – CHAMADA DE CAPA

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra mulher, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE JORNAL CHAMADA DE CAPA	JORNAIS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL	JORNAIS DE CIRCULAÇÃO REGIONAL	TOTAL
Sim	19,80%	19,00%	19,20%
Não	80,20%	81,00%	80,80%
TOTAL	100%	100%	100%

Noticiário local/policial representa

quase metade da cobertura

Observa-se na Tabela 6 que a cobertura sobre violência contra as mulheres está presente em diferentes editorias, como Cidade/Local, Nacional/Brasil, Polícia, Sociedade, Opinião e Internacional/Mundo.

O monitoramento revela, também, que o assunto aparece com maior frequência nos cadernos de Cidade – em que são tratados os temas de interesse local e sobre o cotidiano do município. Isso ocorre tanto nos jornais de alcance nacional como nos de circulação regional.

Em seguida, surge a seção Nacional/Brasil, na qual são veiculadas notícias de interesse geral, com relevância política e âmbito nacional. As matérias publicadas nessa editoria abordam políticas públicas, legislação, Justiça e também focam casos de grande impacto, que recebem cobertura ampla e contínua, como homicídios envolvendo pessoas públicas ou que causem comoção nacional.

É importante observar que embora haja certo equilíbrio na distribuição das coberturas dos jornais de alcance nacional e dos locais no que diz respeito às diferentes seções dos veículos, percebe-se uma grande diferença no que diz respeito à editoria policial. Nesse caso, a violência contra as mulheres recebe grande destaque por parte dos jornais regionais, mas inexiste nos grandes veículos.

Na avaliação de especialistas como Silvia Ramos e Anabela Paiva, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a abordagem jornalística sobre a agenda da violência vem passando por um processo de “qualificação”, em que as “matérias sensacionalistas perdem espaço, enquanto assuntos relacionados à segurança pública e aos direitos humanos entram em pauta” (Ramos, 2007). Nossos dados demonstram, entretanto, que a presença da abordagem policial – a qual, por vezes, acaba resvalando no “policialesco” – ainda impera na cobertura sobre violência contra as mulheres.

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS POR EDITORIA, SEGUNDO TIPO DE JORNAL
(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

EDITORIA \ TIPO DE JORNAL	JORNAIS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL	JORNAIS DE CIRCULAÇÃO REGIONAL	TOTAL
Cidade/local	42,90%	32,60%	35,10%
Nacional/Brasil	20,60%	15,00%	16,30%
Polícia	0,00%	20,70%	15,70%
Internacional/Mundo	13,20%	8,10%	9,30%
Sociedade	4,70%	5,40%	5,20%
Opinião	3,80%	3,90%	3,90%
Cultura/artes/espetáculos	4,70%	2,00%	2,70%
Política	0,50%	1,90%	1,60%
Esportes	1,40%	1,50%	1,50%
Suplementos especiais	1,10%	1,00%	1,00%
Economia/negócios	0,00%	0,00%	0,00%
Outra	6,90%	7,60%	7,40%
Não foi possível identificar	0,30%	0,40%	0,40%
TOTAL	100%	100%	100%

Sobre essas questões relacionadas à cobertura de violência, conforme destacado anteriormente, a análise do material selecionado permitiu diferenciar as tendências editoriais adotadas pelos jornais de circulação nacional e daquelas implementadas pelos veículos de alcance regional, o que confirma a observação da especialista em comunicação e mídia Jacira Melo (2007, p. 137):

“Nós precisamos fazer uma distinção rigorosa entre a grande imprensa – jornais como O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, que têm circulação nacional – e a imprensa local. Na grande imprensa, a violência doméstica recebe uma abordagem bastante positiva, se considerarmos a agenda feminista sobre violência contra a mulher. As reportagens sobre o assunto aparecem em espaços de destaque – o primeiro caderno e os cadernos locais –, não oferecem perspectivas sensacionalistas e são textos que poderíamos chamar de politicamente corretos.”

Chama atenção, também, a pequena quantidade de textos que foram publicados nos espaços de opinião dos diários analisados (artigos, editoriais, colunas e cartas de leitor). Em geral, estas seções veiculam textos analíticos e mais aprofundados, contribuindo para a contextualização do fato jornalístico e do problema em foco. Os jornais de veiculação nacional registraram 3,80% de seus textos na seção opinativa, praticamente a mesma proporção dos regionais (3,90%).

Reportagens e notas respondem por mais de 90% das matérias selecionadas

Um olhar panorâmico sobre os números do presente monitoramento revelam que as redações e os jornalistas dedicam espaço considerável aos temas relacionados à violência contra as mulheres, uma questão social relevante e de interesse da população. Contudo, há excessiva concentração da cobertura em reportagens, especialmente as de caráter policial, que carecem de contextualização e problematização. Um maior investimento por parte da imprensa em entrevistas com especialistas, artigos de opinião e editoriais poderia estabelecer uma relação entre o fato jornalístico em si e as dimensões mais complexas da violência contra as mulheres – no âmbito das relações familiares, da diminuta rede de acolhimento e atenção disponível no país, do descompasso entre o discurso de representantes do poder público e a dotação orçamentária para ações de prevenção e atenção às vítimas etc.

TABELA 7 – TIPO DE TEXTO

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE TEXTO	%
Reportagem	84,10%
Nota	8,70%
Artigo de opinião	3,80%
Entrevista	1,90%
Carta do leitor	1,10%
Editorial	0,30%
TOTAL	100%

Nesta perspectiva, investigações mais aprofundadas poderiam suscitar desdobramentos e análises, nas seções de opinião, que contribuiriam para a ampliação e aprofundamento do debate sobre o tema. Uma das principais lacunas da cobertura de violência doméstica analisada é justamente a ausência dessa dinâmica entre fato jornalístico e análise.

Para além dessas considerações, é necessário assinalar que foram registrados 57 artigos, 29 entrevistas, 17 cartas de leitores e 5 editoriais. Isso significa que, apesar do número reduzido desse tipo de conteúdo, os veículos abriram suas páginas para que articulistas, especialistas e leitores manifestassem suas opiniões sobre o tema da violência contra as mulheres. Mesmo assim, é fundamental destacar o número extremamente reduzido de editoriais, importante gênero jornalístico que serve para explicitar a orientação do jornal em relação ao tema frente aos poderes constituídos, ao público e a seus editores e repórteres.

EQUILÍBRIO NA AUTORIA DE HOMENS E MULHERES

Nas matérias em que foi possível identificar o sexo do redator/autor (43,20%) observa-se um equilíbrio entre homens e mulheres que assinam os textos. A esse respeito, podemos arriscar a seguinte análise: embora algumas pesquisas apontem um aumento do número de mulheres nas redações, chegando, às vezes, a um predomínio, os homens ainda são maioria nas editorias de polícia dos jornais locais.

TABELA 8 – SEXO DO REDATOR DA MATÉRIA

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

SEXO DO/A REDATOR(A)	%
Masculino	21,80%
Feminino	20,50%
Não foi possível identificar	0,90%
A matéria não é assinada	56,80%
TOTAL	100%

Vale notar, também, o grande número de matérias não assinadas (56,80%), dado que nos faz questionar a importância dessa pauta, que, embora consolidada nas redações, parece ainda não ter alcançado um “status” que garanta visibilidade à autoria dos textos.⁴

A presença de assinatura na matéria jornalística é um fator de distinção, que aponta para a importância do autor e/ou da notícia⁵. A ausência dela na cobertura sobre a violência contra a mulher, publicada em seções menos prestigiadas como os cadernos policiais, reforça o seu caráter factual e pouco qualificado, aproximando-a daquilo que tem sido chamado aqui de abordagem “policialesca”.

FOCO NO CONTEXTO NACIONAL

Observa-se que a cobertura sobre violência contra as mulheres tem foco majoritário em fatos ocorridos no País. Os acontecimentos internacionais desfrutam de maior espaço nos jornais de alcance nacional, que, por suas características,

4 Um contraponto interessante a esse dado é o menor número de notícias não assinadas quando a agenda Gênero está focada em Trabalho – aqui os textos trazem a identificação dos seus responsáveis em 62% dos casos. Nas matérias sobre Mulher, Poder e Decisão, esse percentual é de 56%, contra os 43% da cobertura sobre Violência.

5 O *Manual de Redação* do jornal *Folha de S.Paulo* traz no verbete “assinatura de texto”, na seção Edição, a seguinte definição: “A publicação de texto com a assinatura do autor é uma distinção e depende do mérito específico de cada texto. (...) Podem ser assinados: reportagem com informações exclusivas, texto que demande pesquisa intensiva, ‘feature’ com estilo elaborado, entrevista exclusiva, textos de correspondentes e enviados especiais e outros que o editor julgar merecedores, consultada a Secretaria de Redação”.

tendem a incluir na pauta fenômenos de âmbito mais geral e de repercussão mais abrangente.

TABELA 9 – FOCO INTERNACIONAL POR TIPO DE JORNAL

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE JORNAL FOCO INTERNACIONAL	JORNAIS DE ALCANCE NACIONAL	JORNAIS REGIONAIS	TOTAL
Sim	19,20%	10,90%	12,90%
Não	80,80%	89,10%	87,10%
TOTAL	100%	100%	100%

Quase 90% das matérias clipadas tratam de fatos ou notícias ocorridas dentro do Brasil. Assim, considerando o interesse específico desta análise, a partir desta seção foram classificadas apenas as matérias com foco em notícias/fatos ocorridos no Brasil e com maior dimensão, isto é, são excluídas as que apresentaram dimensão mínima⁶.

Perspectiva de enquadramento da notícia

A Tabela 10 permite observar que a principal característica da cobertura sobre violência contra as mulheres é a individualização do problema (73,78% do total de matérias clipadas). Esta é uma tendência do jornalismo atual, especialmente em temas que envolvem dramas humanos. Fatos ou histórias que retratem um caso real geralmente facilitam o entendimento de questões complexas por parte do leitor. E esta, pode-se dizer, tem sido uma contribuição significativa da imprensa brasileira com relação à violência contra as mulheres, em especial, a violência doméstica.

Contudo, vale ressaltar o desequilíbrio entre o foco das matérias, que se limita ao individual – caso pessoal e/ou familiar –, e a dimensão pública do problema, que exige respostas de diferentes instâncias do Estado – Executivo, Judiciário, Ministério Público – e da própria sociedade.

Como já apontado, boa parte das matérias analisadas podem ser classificadas como noticiário policial. Mesmo após a Lei Maria da Penha, ter entrado em vigor, a imprensa parece estar ainda distante de abordar a violência contra as mulheres

⁶ Notícias com dimensão mínima são aquelas em que a questão da violência contra a mulher aparece de forma lateral, ocupando um espaço muito pequeno no conjunto do texto (uma ou duas linhas), não oferecendo, portanto, conteúdo suficiente para análise. Pelo mesmo motivo, as notas (notícias com menos de 500 caracteres) não foram classificadas na íntegra. A exclusão desses textos (foco internacional, notas e dimensão mínima) se reflete na redução do número de notícias a serem analisadas a partir dos seus aspectos qualitativos: de 1.506 para 1.125 textos no total.

como um fenômeno complexo, multidimensional, e que, portanto, requer políticas públicas amplas e articuladas nas diferentes esferas, como educação, trabalho, saúde, segurança pública e assistência social. Da mesma forma, este é um problema que demanda medidas preventivas, assistenciais, reeducativas e punitivas por parte do Estado em todos os seus níveis – federal, estadual e municipal.

Os principais serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência são os centros de referência, Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs ou DDMs), juizados e varas especializadas, casas abrigo, defensorias públicas, serviços de atendimento a vítimas de violência sexual, Instituto Médico Legal, centros de referência especializados de assistência psicossocial e jurídica. Sabe-se, por meio de dados oficiais, que tais serviços não estão acessíveis para a maioria da população, o que reforça a expectativa e a importância de um jornalismo de olho nas políticas públicas, mesmo quando o foco central da matéria é o drama pessoal.

Ao analisar e noticiar os fatos, e apontar o drama humano, a imprensa pode também abordar as políticas de prevenção da violência e o acolhimento das vítimas, a qualidade dos serviços com relação às demandas da população e aos compromissos assumidos pelos governos. Dessa forma, as redações podem pressionar os poderes constituídos a adotar, modificar ou prestar contas sobre as políticas públicas. A mídia, especialmente o jornalismo, é espaço de debate e também de pressão.

TABELA 10 – ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

ENQUADRAMENTO	%*
Individual	73,78%
Poder público - Executivo	5,69%
Poder público - Legislativo	0,53%
Poder público - Judiciário	2,49%
Poder público - Segurança Pública	3,64%
Poder público - Ministério Público	0,80%
Poder público - Defensoria Pública	0,00%
Setor privado	0,80%
Entidades de classe	0,36%
Sociedade em geral	1,33%
Terceiro setor	0,18%
Temático	10,40%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e aquelas com foco internacional, correspondentes a 381 textos.

QUANDO A PAUTA ENFOCA A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, A LEI MARIA DA PENHA DEVE SER REFERÊNCIA

Durante muito tempo, a questão da violência contra as mulheres, em especial no seu aspecto doméstico, foi considerada uma questão privada, sobre a qual o Estado não poderia e não deveria interferir. Com a rejeição à tese da “legítima defesa da honra” – pautada na sociedade e na mídia brasileira pelo movimento de mulheres no início dos anos 80: “quem ama não mata” –, as ameaças, agressões e assassinatos de mulheres por seus maridos, companheiros e ex passaram a ser considerados como de competência da polícia e da justiça, e passíveis de responsabilização e punição, além de repúdio social. Em todo este processo, a cobertura da imprensa brasileira tem sido um diferencial para a ampliação e amadurecimento dos debates, com reflexos na legislação e nas políticas públicas.

Um grande avanço no enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil aconteceu com a criação da Lei Maria da Penha. Em seu §1º, a lei determina que “o poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 2006).

E, ainda que a aprovação da Lei Maria da Penha tenha representado um avanço histórico no enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres no Brasil, é consenso entre especialistas e ativistas dos movimentos de mulheres de que, na prática, as mudanças têm sido tímidas e muito lentas no sentido de prevenir e punir efetivamente a violência contra as mulheres no País.

Passados mais de quatro anos da implementação da lei, ainda persiste uma grande preocupação sobre a falta de respostas adequadas por parte do Estado para os casos de violência praticada contra as mulheres.

MAIS DE 80% DAS MATÉRIAS NÃO TEM ENQUADRAMENTO NO SETOR PÚBLICO

A Tabela 10 permite observar os nexos existentes – ou ausentes – na cobertura, em especial, no que se refere a políticas públicas. Mais de 80% das matérias tem foco em instituições outras que não o Estado. O que é possível se apreender deste dado?

Um indicador relevante para determinar a qualidade da produção jornalística na área social são as menções às políticas públicas e como estas são abordadas

na cobertura de fatos noticiosos. A abordagem da mídia sobre investimentos públicos e seus resultados em políticas de prevenção e assistência, principalmente quando está em pauta a violência contra as mulheres, tem o potencial de promover o debate sobre as demandas sociais e as omissões e deficiências existentes.

Os dados do presente monitoramento, explicitam que, na cobertura sobre violência contra as mulheres, os jornalistas se ligam mais ao fato jornalístico em si, em uma abordagem personalizada e individualizada. Em geral, são matérias que apresentam uma cobertura de viés policial, em que se destacam detalhes sobre as vítimas e a cena do crime, totalmente descontextualizada das esferas de governo e dos esforços empreendidos ou não para gerar soluções para o problema.

No conjunto das matérias analisadas, apenas 13,16% do enquadramento está relacionado ao governo (deste recorte, 28,29% se referem ao nível federal; 53,29% ao estadual e 17,11% ao municipal). No Brasil, a implementação de políticas públicas de assistência à violência doméstica é de responsabilidade dos governos locais, mesmo com apoio de infraestrutura e recursos dos governos estaduais e federal.

Aqui vale ressaltar que, nas últimas décadas, o Brasil vem passando por um processo de crescente descentralização política e administrativa, tendo como principal consequência um número maior de atribuições e responsabilidades para as administrações municipais na prestação de serviços públicos à população. A cada nível da estrutura federativa – governos federal, estaduais e municipais – competem diferentes atribuições na implementação da Lei Maria da Penha.

Cabe aos municípios, em conjunto com estados e o governo federal, capacitar agentes públicos, manter centros de atendimento e abrigos, apoiar serviços de saúde especializados, organizar estatísticas etc. No entanto, de maneira geral, os esforços empreendidos pelos municípios têm se mostrado insuficientes para garantir a implementação da Lei – e os dados do presente monitoramento revelam que estes importantes aspectos não vêm merecendo um olhar mais atento e crítico por parte da imprensa.

BAIXO INVESTIMENTO EM INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

Mais de 80% das matérias não apresentam denúncias sobre o problema da violência contra as mulheres, não oferecem um olhar crítico sobre as causas

desse fenômeno e não discutem propostas ou soluções para o problema. Estas lacunas indicam, entre outros aspectos, um baixo investimento em investigação jornalística. Esse dado comprova uma tendência que tem sido encontrada em outros estudos (Vivarta, 2009), segundo a qual os jornalistas muitas vezes até se esforçam na visibilização de denúncias, eventualmente avançam na discussão sobre causas, mas, ainda deixam muito a desejar na apresentação de soluções para o problema.

Conforme comentado anteriormente, este é mais um elemento que aponta para uma cobertura jornalística que se limita à narrativa dos fatos. Este baixo grau de contextualização também evidencia a existência de lacunas e debilidades na construção da notícia. Significa dizer que se está diante de um paradoxo da mídia impressa brasileira: a agenda da violência contra as mulheres se destaca entre os temas pesquisados como o de maior presença no noticiário, com uma cobertura contínua e focalizada na realidade local. No entanto, desprovida de ênfase sobre a discussão da complexidade do problema, essa cobertura tem caráter eminentemente policialesco, desprezando qualquer preocupação investigativa, que incluiria a apuração de causas e a busca de soluções, além da crítica à insuficiência das políticas públicas.

TABELA 11 – DENÚNCIA

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

DENÚNCIA	% *
Apresentam denúncia	17,24%
Não apresentam denúncia	82,76%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos.

TABELA 12 – CAUSAS

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

CAUSAS	% *
Discutem causas	11,64%
Não discutem causas	88,36%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos.

Igualmente, a rede de prevenção e assistência que diz respeito à realidade local – e que pode ser alvo de uma denúncia ou, em caso de bom funcionamento, pode ser apontada como uma solução – não recebe destaque ou, geralmente, sequer consta da matéria. Esta dimensão da notícia, que se apresenta pratica-

mente ausente da cobertura sobre violência contra as mulheres, limita o aprofundamento e a diversificação do debate sobre o problema.

TABELA 13 – SOLUÇÕES

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

BUSCA DE SOLUÇÕES	%*
Buscam soluções	7,02%
Não buscam soluções	92,98%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos.

Um crime sem lei?

O monitoramento da cobertura mostra que 86,67% das matérias não mencionam qualquer legislação sobre violência contra as mulheres. Das que mencionam, 50,67% falam da Lei Maria da Penha, o que equivale a apenas 7% das 1.125 notícias avaliadas qualitativamente. Este é um dado de grande relevância para a análise de tendência da cobertura da imprensa sobre esse tema.

TABELA 14 – LEGISLAÇÃO

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

LEGISLAÇÃO	%*
Menciona	13,33%
Não menciona	86,67%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos.

No Brasil, a Lei Maria da Penha é a principal referência para a abordagem da questão da violência doméstica em relação aos direitos das mulheres no que diz respeito aos aspectos da prevenção à ocorrência, proteção e apoio às vítimas e afastamento e punição dos agressores. Indo mais além, a Lei Maria da Penha também trata de importantes questões que raramente são mencionadas pela imprensa, como a ausência de mecanismos para a coleta de dados e disponibilização de estatísticas oficiais, a necessidade de mais campanhas informativas e a importância do papel educativo da família, da escola e da sociedade em geral em relação à promoção de mudanças de atitude e comportamento.

Pesquisa realizada em 2009 pelo Ibope/Instituto Avon mostrou que 78% da população brasileira conhece a Lei Maria da Penha. Porém, conhecer a existência da lei, que se tornou até tema de música cantada por Alcione, não

significa saber de seu conteúdo. Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, a Central de Atendimento a Mulher – Ligue 180 registrou 552.034 atendimentos de janeiro a setembro de 2010. Das 121.528 solicitações de informações, 50,40% (61.280) referiram-se à Lei Maria da Penha.

Em outras palavras, informar sobre o conteúdo da Lei significa divulgar os caminhos legais atualmente disponíveis no País para tratar da questão da violência. A fim de ampliar a cobertura para além de abordagens descritivas, e muitas vezes policiaescas, é indiscutível que a Lei Maria da Penha faça parte da pauta. Nesse aspecto, ao se omitir na divulgação de informações sobre esta lei, a imprensa também pode estar sendo cúmplice da violência. Das 150 matérias que fazem alguma menção à legislação sobre violência contra a mulher, 76 (50,67%) dizem respeito à Lei Maria da Penha; 54 matérias (ou 36%) referem-se à Legislação em geral (Código Penal, Código Civil, Constituição), enquanto apenas um texto foca a legislação que regula os direitos das empregadas domésticas e outro menciona a legislação que trata da violência sexual contra as mulheres.

Governo assume compromissos, mas imprensa ignora

O monitoramento revela que a imprensa ignora ou desconhece a importância dos acordos e convenções internacionais que tratam sobre a violência contra as mulheres em seus vários aspectos e dos quais o Estado brasileiro é signatário – o que representa um compromisso assumido perante a comunidade internacional. Dentre esses acordos, podem ser destacados:

- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará” (OEA, 1994);
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher CEDAW, ONU, 1979);
- Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (ONU, 1993);
- Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, ONU, 1994);
- Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, ONU, 1995);
- Plataforma de Ação da II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, ONU, 1993);
- Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças (ONU, 2000);
- Declaração do Milênio/Metas do milênio (ONU, 2000).

TABELA 15 – ACORDOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

ACORDOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	%*
Menciona	0,09%
Não menciona	99,91%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos.

É importante lembrar que, em abril de 2001, 19 anos e 6 meses após o crime que deixou paraplégica a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes – que dá nome à Lei Maria da Penha –, o Estado brasileiro foi condenado pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) por negligência e omissão ao lidar com esse caso de violência doméstica contra uma mulher.

Uma cobertura acrítica

Apenas 24 matérias (2,13%) abordaram a questão das políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Deste total, oito mencionaram ações de monitoramento e avaliação dessas políticas e somente duas fizeram referência a indicadores de resultados para mensurar o impacto dessas políticas. Outros cinco textos citaram a questão dos orçamentos públicos, dois deles apresentando valores específicos.

Os dados deste monitoramento mostram que a imprensa não tem contribuído para levantar um debate sério sobre as omissões e deficiências das políticas públicas para proteger e atender as mulheres que passam por situações de violência.

TABELA 16 – POLÍTICAS PÚBLICAS

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

POLÍTICAS PÚBLICAS	%*
Menciona	2,13%
Não menciona	97,87%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos.

A imprensa poderia denunciar, por exemplo, que não há, por parte do Poder Executivo e da sociedade organizada, uma avaliação consistente e sistemática da qualidade dos serviços públicos de atenção a mulheres vítimas de violência e das capacitações dos profissionais que neles atuam. Além de escassos, esses serviços evidenciam reduzido alcance e baixo impacto no atendimento. A maio-

ria mantém uma estrutura de atendimento deficiente, que inclui o despreparo dos recursos humanos.

A imprensa regional/local, por sua vez, poderia tocar no problema da precária interiorização dos serviços de atenção às mulheres vítimas de violência, dentre eles as delegacias especializadas. De modo geral, as mulheres da zona rural não têm acesso aos serviços especializados, conforme mostrado pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009 (Munic), do IBGE.

Ao mesmo tempo, é importante lembrar que as Delegacias de Atenção às Mulheres (DEAMs) vêm sendo há alguns anos objeto de atenção de pesquisadoras de núcleos de estudos sobre gênero e violência nas universidades. Assim, existem especialistas que podem fornecer dados e informações sobre os equipamentos públicos de atendimento e que contam com uma visão crítica sobre esses serviços.

Se as matérias analisadas praticamente não fazem menção a dados referentes a monitoramento e avaliação, a indicadores de resultados e a orçamento público devido a uma escassez de dados, é papel da imprensa, em se tratando de políticas públicas, apontar essa lacuna e cobrar maior produção desse tipo de informação. Em síntese, falta trabalho investigativo e crítico da cobertura da imprensa sobre a violência contra as mulheres.

FALTAM ESTATÍSTICAS

Embora haja ainda poucas pesquisas que quantifiquem a violência contra as mulheres, quando se analisa a magnitude numérica desse problema, tanto no Brasil como no mundo, os escassos números disponíveis são impactantes. Dizer que, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no Brasil (Fundação Perseu Abramo/SESC, 2010), geralmente pelo companheiro ou ex, já deveria ser suficiente para garantir uma manchete nos jornais.

É preciso também lembrar que o Artigo 8º da Lei Maria da Penha dispõe que: o Poder Executivo e as organizações não-governamentais devem promover “estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas” (Brasil, 2006).

Considerando a já citada necessidade de monitoramento e avaliação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, outro desafio

diz respeito ao estabelecimento de um banco de dados sobre a situação desse tipo de violência no País. Não há dados oficiais sobre o número de mulheres que denunciam ameaças de morte e/ou são assassinadas no Brasil e em cada uma de suas regiões. Não existem estatísticas unificadas sobre o atendimento às vítimas de violência nas delegacias, especializadas ou não, incluindo que tipo de encaminhamento foi dado ao caso. As informações disponíveis são resultado de pesquisas secundárias e/ou de caráter local. Por outro lado, os dados e informações disponibilizados por estas pesquisas quase nunca são bem explorados pelos órgãos públicos, especialistas, movimento de mulheres e mídia.

Aqui, novamente, é preciso ressaltar: para que a imprensa possa cumprir seu papel no enfrentamento do problema da violência contra as mulheres e informe com profundidade a real magnitude do problema, é preciso que ela disponha de números atualizados e obtidos junto a fontes confiáveis.

É importante também trabalhar esses estudos junto à mídia, para permanentemente agregar novas informações sobre violência contra as mulheres e estimular abordagens diversificadas. O acesso a esses dados e um efetivo monitoramento podem contribuir para aplicação adequada dos recursos públicos. Em um País continental como o Brasil, o acesso de profissionais de imprensa a uma base com dados nacionais, regionais e locais poderá representar um diferencial para o debate público mais amplo e aprofundado dessa agenda por meio da mídia.

TABELA 17 – DADOS ESTATÍSTICOS

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

ESTATÍSTICAS	%*
Menciona	9,24%
Não menciona	90,76%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos.

Em razão da escassez de dados oficiais e de abrangência nacional, as informações divulgadas sobre o atendimento do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher tornaram-se a principal referência estatística sobre a violência contra as mulheres no País. A divulgação de dados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres tem recebido amplo destaque na mídia impressa, rádio, tevê e sites noticiosos.

Com a recente divulgação dos dados captados no módulo sobre violência doméstica da pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e pri-

vado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo/SESC (2010), a imprensa passa a contar com números nacionais que mostram a percepção da sociedade sobre o tema em uma série histórica.

TABELA 18 – FONTES ESTATÍSTICAS

(% sobre o total de fontes estatísticas mencionadas, janeiro a dezembro de 2010)

FONTES ESTATÍSTICAS	%*
IBGE	4,96%
IPEA	0,83%
SPM	9,92%
Ministério da Justiça	3,31%
Ministério da Saúde	2,48%
Ministério Público	2,48%
SEDH	4,13%
Outros órgãos governamentais	24,79%
ONGs	5,79%
Organismos internacionais em geral	7,44%
Organizações do setor privado	1,65%
Universidades	6,61%
Dieese	0,83%
Outros	18,18%
Não foi possível identificar	6,61%
TOTAL DE FONTES	100%

* Percentual calculado com base no total de respostas. A variável permitia marcação múltipla.

Dentre as possíveis fontes de estatísticas listadas pelo processo de monitoramento da pesquisa, as seguintes não foram sequer mencionadas: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e Instituto Ethos.

Vozes mais ouvidas na cobertura

Os cidadãos comuns são as fontes mais frequentes do noticiário sobre violência contra as mulheres (32,39%), confirmando a tendência de uma cobertura focalizada no fato em si e na individualização do problema.

Entre as outras fontes mais procuradas pela imprensa destacam-se delegados/as e agentes policiais (24,86%), representantes do Judiciário (8%) e do Ministério Público (3,67%). A forte presença da polícia como fonte provavelmente se deve à ênfase na cobertura policial e à própria dinâmica do que é notícia. Os fatos que geram as notícias de caráter policial, em geral, envolvem situações de violência severa, ameaça de morte ou mesmo assassinatos. Ao mesmo tempo, esses dados sobre as fontes mais citadas indicam que os profissionais de imprensa têm priorizado ouvir fontes oficiais na construção das matérias.

Excluindo as fontes policiais, os números referentes à participação do Executivo Federal (0,94%), Estadual (3,01%) e Municipal (1,41%) como fontes de informações indicam que as instâncias do Estado responsáveis pela dotação orçamentária e implantação das políticas públicas estão com níveis muito baixos de consulta pela imprensa analisada. Entre as fontes independentes, destacam-se os especialistas, com 11,30% das citações nas matérias pesquisadas. Por fim, chama atenção a reduzida presença das organizações da sociedade civil como fontes de informação consultadas, com apenas 1,41% das citações.

Este conjunto de dados indica que há uma pluralidade de vozes e de opiniões ouvidas pela imprensa, mas com forte desequilíbrio a favor das fontes oficiais, em especial as autoridades/representantes da Polícia. Por outro lado, especialistas e organizações da sociedade civil, somados, chegam a 12,71%, o que se revela insuficiente para oferecer um contraponto às vozes oficiais. A pluralidade e o equilíbrio de vozes e de opiniões são indicadores fundamentais da qualidade da cobertura jornalística.

TABELA 19 – FONTES DE INFORMAÇÃO

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

FONTES DE INFORMAÇÃO	%*
Há fontes ouvidas	96,71%
Não há fontes ouvidas	3,29%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos.

Aqui cabe um breve comentário sobre a imprensa brasileira e sua relação com as fontes oficiais e a sociedade civil organizada. A imprensa sabe cobrir as instituições públicas. Mas quando é pautado um debate complexo, por exemplo, sobre a violência contra as mulheres, poucos profissionais nas redações sabem onde procurar lideranças comunitárias ou ativistas do movimento social

TABELA 20 – TIPO DE FONTES OUVIDAS

(% sobre o total de fontes ouvidas, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE FONTES OUVIDAS	%*
PODERES PÚBLICOS	45,57%
Executivo Federal	0,94%
Legislativo Federal	0,61%
Judiciário	8,00%
Executivo Estadual	3,01%
Legislativo Estadual ou Distrital	0,33%
Executivo Municipal	1,41%
Legislativo Municipal	0,19%
Defensorias	0,38%
Ministério Público	3,67%
Ministério da Justiça	0,14%
Ministério da Saúde	0,19%
Ministério do Trabalho	0,05%
SEDH	0,14%
SPM	0,61%
Polícia (Militar ou Civil)	24,86%
DEAM	1,04%
SOCIEDADE CIVIL	34,75%
Cidadãos comuns	32,39%
Organizações da sociedade civil	1,41%
Fundações/institutos	0,94%
PARTIDOS POLÍTICOS	0,24%
Candidata(o) a eleições federais	0,19%
Candidata(o) a eleições estaduais	0,05%
Candidata(o) a eleições municipais	0,00%
SETOR EMPRESARIAL	2,07%
Confederações de empregadores	0,09%
Empresas	1,98%
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	1,04%
Diplomatas/representantes de outros países	0,05%
UNIFEM	0,05%
OIT	0,05%
Outros OIs (organismos internacionais)	0,89%
ESPECIALISTAS/TÉCNICOS	11,30%
UNIVERSIDADES	1,41%
NÚCLEOS UNIVERSITÁRIOS DE ESTUDOS DE GÊNERO	0,05%
CENTRAIS SINDICAIS/SINDICATOS	0,09%
IGREJAS/ENTIDADES RELIGIOSAS	0,33%
MÍDIA	2,45%
NÃO FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR	0,71%
TOTAL DE FONTES	100%

* Percentual calculado com base no total de respostas. A variável permitia marcação múltipla.

de mulheres para que exponham seu conhecimento e experiência sobre essa problemática no País para comentar as ações desenvolvidas e para exigir políticas públicas. Isto significa dizer que o mapa da sociedade civil não está presente nas redações. Assim, quando a pauta tem a ver com a violência contra a mulher, a voz mais ouvida é mesmo a da polícia.

TABELA 21 – OPINIÕES DIVERGENTES

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher que apresentam fontes, janeiro a dezembro de 2010)

OPINIÕES DIVERGENTES	%
Sim	28,22%
Não	46,32%
A matéria apresenta apenas uma fonte	25,46%
TOTAL	100%

TABELA 22 – MÉDIA DE FONTES OUVIDAS POR NOTÍCIA, SEGUNDO SEXO E TIPO DE JORNAL

(valores calculados sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher que apresentam fontes, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE JORNAL	MÉDIA DE FONTES FEMININAS	MÉDIA DE FONTES MASCULINAS
Jornais nacionais	1,01	1,75
Jornais regionais	0,92	1,42
TOTAL	0,94	1,49

QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

Outros aspectos foram levantados na análise no que diz respeito à forma como a mídia vem representando as mulheres e seus interesses. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que o monitoramento revela que expressões pejorativas com relação às mulheres não fazem parte do vocabulário jornalístico sobre violência contra as mulheres nos jornais selecionados, o que indica um cuidado com a linguagem ao se tratar de um tema que hoje é considerado como uma questão social séria e relevante.

O Artigo 8º da Lei Maria da Penha determina “o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do Artigo 1º, no inciso IV do Artigo. 3º e no inciso IV do Artigo. 221 da Constituição Federal” (Brasil, 2006).

Porém, é importante destacar que a análise das notícias clipadas considerou somente a menção explícita de termos considerados pejorativos ao se representar a figura da mulher em foco, o que explica o baixo índice de citações que indiquem uma leitura estereotipada da mulher na mídia. Isso não quer dizer, no entanto, que esse tipo de representação não esteja presente. Ela pode estar, porém, de forma subjetiva, e é preciso considerar que, muitas vezes, o conteúdo ou a forma de apresentação da matéria possibilita leituras preconceituosas e/ou estereotipadas, embora menos explícitas, e, por isso, não captadas neste estudo.

A imprensa parece estar cuidadosa ao apresentar as mulheres

Se muitos estereótipos são mantidos e reforçados pelos diferentes meios de comunicação, é preciso ressaltar que não se tem produzido uma contrarreferência, uma contrainformação que se contraponha ao que é frequentemente veiculado pela mídia como verdade universal sobre as mulheres. Embora os perfis de homens e mulheres não apareçam de forma muito frequente nas matérias analisadas, quando apresentados, alguns são ainda estereotipados, arquétipos, às vezes, maniqueístas.

Apenas quatro matérias referem-se às mulheres utilizando termos ou expressões pejorativas; 23 apresentam as mulheres como frágeis e vulneráveis; em 14 matérias, a representação feminina é ligada à maternidade; também em 14 ela aparece como objeto sexual ou de desejo; em 1 matéria a mulher é mostrada como uma figura nervosa e emocionalmente instável; em 1, como emotiva; e em 1, a representação está ligada a padrões de beleza relacionados à magreza ou dietas.

TABELA 23 – ATITUDE DA IMPRENSA EM RELAÇÃO ÀS REPRESENTAÇÕES ESTEREOTIPADAS APRESENTADAS NAS NOTÍCIAS

(% sobre o total de notícias que apresentam formas de representação estereotipada da mulher, janeiro a dezembro de 2010)

ATITUDE DA IMPRENSA	%
Desafia e questiona as representações femininas descritas na matéria	16,98%
Reforça as representações femininas descritas na matéria	33,96%
Não desafia nem reforça as representações descritas	49,06%
TOTAL	100%

O alto índice de definição das mulheres mencionadas nas matérias a partir de seus relacionamentos familiares pode estar associado ao fato de a cobertura sobre a violência ter, conforme já foi comentado, uma abordagem individual,

focada em casos específicos de agressão, em que o principal agressor é um companheiro e/ou familiar.

TABELA 24 – DEFINIÇÃO DA MULHER A PARTIR DE SEUS RELACIONAMENTOS
(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

DEFINIÇÃO DA MULHER A PARTIR DE SEUS RELACIONAMENTOS	%*
Sim	54,67%
Não	44,53%
A matéria não menciona figuras femininas específicas	0,80%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos.

Na realidade, sabe-se que as ocorrências de violência contra as mulheres são muito mais frequentes nas relações afetivas, nos arranjos familiares e no ambiente doméstico. Assim, não deve causar estranheza que as mulheres vítimas de violência sejam apresentadas a partir de seus vínculos familiares.

A Tabela 25 revela que os homens mencionados nas matérias analisadas também são definidos em sua maioria a partir de seus relacionamentos familiares. Isso ocorre porque, via de regra, eles são os agressores identificados no texto jornalístico.

TABELA 25 – DEFINIÇÃO DO HOMEM A PARTIR DE SEUS RELACIONAMENTOS
(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

DEFINIÇÃO DO HOMEM A PARTIR DE SEUS RELACIONAMENTOS	%*
Sim	52,36%
Não	40,36%
A matéria não menciona figuras masculinas específicas	7,29%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 381 textos.

FOCO NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER⁷

O monitoramento dos jornais selecionados aponta a ausência de uma discussão sobre a violência contra as mulheres em um contexto mais amplo, que considere as desigualdades socioeconômicas, de classe e de raça/etnia. Essas dimensões vêm histórica e culturalmente sedimentando outras formas de violência, como o próprio tráfico de seres humanos e a exploração sexual.

A ampliação da noção de violência significa trazer para debate também a lesbofobia e a violência contra as mulheres negras. Um desafio que se coloca nesta perspectiva é o da representação das mulheres na sociedade contemporânea, que pouco questiona a concepção de objeto sexual que ainda está atrelada à mulher.

TABELA 26 – FORMA DE VIOLÊNCIA

(% sobre o total de violências mencionadas, janeiro a dezembro de 2010)

FORMA DE VIOLÊNCIA	%*
Física	50,15%
Sexual (inclui estupro e atentado violento ao pudor de maiores de 14 anos)	10,79%
Cárcere privado	8,59%
Abuso sexual (de menores de 14 anos)	8,41%
Psicológica	3,11%
Moral	2,80%
Exploração sexual infantil	1,58%
Exploração sexual	1,40%
Tráfico de meninas e mulheres	1,28%
Patrimonial	1,16%
Violência ou injúria racial	0,55%
Outra	10,18%
TOTAL	100%

* Percentual calculado com base no total de respostas. A variável permitia marcação múltipla.

Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), dos 108.026 casos de violência relatados à Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, de janeiro a dezembro de 2010, 63.831 correspondem à violência física, 27.433 à violência psicológica, 12.605 à violência moral, 1.839 à violência patrimonial, 2.318 à violência sexual, 447 a denúncias de cárcere privado e 73 a tráfico de

7 A partir desta seção são analisadas 1.268 notícias. No módulo específico sobre violência, não foram consideradas as notas e as notícias com dimensão mínima, que somam 238 casos. Ao contrário do módulo referente à análise qualitativa, as matérias com foco internacional foram consideradas. Isso porque entende-se que o fato de descrever uma realidade fora do País não compromete a avaliação dos aspectos específicos da violência contra a mulher, diferentemente dos aspectos qualitativos, que exigem um conhecimento mínimo sobre políticas públicas, legislação e outros elementos sobre os quais não se tem domínio no âmbito internacional.

mulheres. Ao longo de 2010, foram registradas 58.714 ocorrências de lesão corporal e 15.324 de ameaças, que responderam por 55% e 14,40% do total de relatos de violência, respectivamente⁸.

Se por um lado a cobertura analisada confirmou o predomínio dos relatos de violência física (51,15% das formas mencionadas), a violência sexual e o abuso sexual de menores de 14 anos receberam muito mais atenção do que as ocorrências de violência psicológica, moral e patrimonial.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DESTACA-SE ENTRE OS TIPOS DE AGRESSÃO MAIS FREQUENTEMENTE COBERTOS

O monitoramento mostra-se atento às relações de parentesco entre vítima e agressor, que na maioria das vezes é cônjuge ou familiar. Trata-se de um aspecto importante para contextualização e problematização da violência doméstica contra as mulheres.

TABELA 27 – GRAU DE PARENTESCO/RELAÇÃO ENTRE O AGRESSOR E A VÍTIMA
(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

GRAU DE PARENTESCO/RELAÇÃO	%*
Menciona	49,92%
Não menciona	50,08%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 238 textos.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram que, entre as mais de 1 milhão de mulheres que relataram, em 2009, terem sido agredidas, 25,90% foram vítimas de companheiros ou ex-companheiros. A informação faz parte do suplemento “Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil – 2009”, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Levantamento divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo analisou 1.286 casos de violência em pessoas de 20 a 39 anos atendidas em serviços públicos de saúde entre janeiro e maio de 2009. Do total de agredidos, 75% eram mulheres. Das notificações que apontaram a relação

8 Em 2010, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – registrou 734.416 atendimentos. Dados disponíveis em www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/02/em-2010-a-central-de-atendimento-a-mulher-2013-ligue-180-2013-registrou-734-416-atendimentos.

entre vítima e agressor, 68% identificaram o parceiro como o agressor; em 13% dos casos, os agressores são pessoas conhecidas das vítimas; e em 19%, são desconhecidos.

Dados do *Dossiê Mulher* do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro mostram que, em 2009, 50.429 mulheres registraram denúncias de lesão corporal dolosa, sendo que, em 51,70% dos casos os agressores eram companheiros ou ex-companheiros. O relatório aponta, também, que o crime de homicídio doloso fez 371 vítimas mulheres. Isso significa que, em média, foi assassinada uma mulher por dia em 2009 no estado do Rio de Janeiro, único que sistematiza todos os dados referentes à violência doméstica contra mulheres. (Portal Terra, 2010)

TABELA 28 – TIPO DE PARENTESCO OU RELAÇÃO

(% sobre o total de parentescos/relações mencionadas, janeiro a dezembro de 2010)

GRAU DE PARENTESCO	%*
Cônjuge/parceiro(a)/marido/namorado(a) ou ex	65,77%
Pai	11,22%
Mãe	1,85%
Padrasto	2,56%
Madrasta	0,14%
Irmão(ã)	1,70%
Filho(a)	2,41%
Outro(s) familiar(es)	5,82%
Chefe	0,99%
Colega de trabalho	0,28%
Amigo	1,14%
Professor(a) de instituições privadas	0,43%
Médico(a) particular/de convênio	0,71%
Servidor público (policiais, professores, médicos...)	2,13%
Outro	2,84%
TOTAL	100%

* Percentual calculado com base no total de respostas. A variável permitia marcação múltipla.

FALTA MAIOR ATENÇÃO DA IMPRENSA SOBRE OS AGRESSORES

Embora as matérias sobre as mulheres que sofrem violência mencionem com frequência o autor da violência, o que se nota na cobertura analisada é a ausência do agressor da violência como foco central ou com relevância na matéria. A Lei Maria da Penha coloca o agressor como figura importante a ser considerada

na ocorrência da violência contra as mulheres, prevendo medidas protetivas, reeducativas e punitivas para ele.

Também chama atenção o pequeno número de matérias que mencionam a impunidade do agressor ou a dificuldade de penalizá-lo pelo crime de violência. Esta é mais uma lacuna da imprensa, que deixa de abordar as dificuldades dos operadores do Direito e da Justiça em implementar efetivamente as medidas punitivas previstas em lei, ou mesmo de tratar das contradições, conflitos e tensões existentes no campo do Direito em relação à Lei Maria da Penha.

TABELA 29 – IMPUNIDADE OU DIFICULDADES DE PUNIR O AGRESSOR

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

IMPUNIDADE	%*
Menciona	12,30%
Não menciona	87,70%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 238 textos.

Por que é tão difícil sair de uma relação violenta?

Assim como a sociedade, os órgãos governamentais e os movimentos de mulheres, a mídia focaliza a denúncia ao sistema de segurança pública como a principal saída para as mulheres que sofrem violência. A mídia não considera a dificuldade de acolhimento e escuta dessas mulheres nas delegacias de polícia, nos serviços de saúde e até mesmo na área da assistência social. Os serviços são poucos e o atendimento ainda é precário. Além disso, as matérias não consideram as diferentes iniciativas empreendidas muitas vezes durante anos por essas mulheres para superar o problema, a busca de apoio de amigos e familiares, a importância dos filhos no processo de idas e vindas na decisão de denunciar, romper ou mesmo de dar mais uma chance para o casamento/relação e a família. A questão é muito mais complexa do que tem mostrado a cobertura jornalística.

TABELA 30 – INICIATIVAS DA VÍTIMA PARA BUSCAR AJUDA E/OU SAIR DA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

AJUDA	%*
Menciona	17,11%
Não menciona	82,89%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 238 textos.

Em uma pesquisa de âmbito nacional, o Instituto Avon/Ibope (2009) perguntou a homens e mulheres por que, na opinião deles, é tão difícil para as mulheres que sofrem violência doméstica saírem desse tipo de relacionamento; as principais respostas foram:

- 17% acham que a mulher agredida tem muito medo de ser morta se resolver acabar com a relação; sabe-se que as ameaças de espancamento e morte ficam mais intensas durante a separação e chegam a voltar-se também contra filhos e pais;
- 24% acreditam que a principal motivação é a dependência econômica; e
- 23% alegaram que o motivo é a preocupação com a criação dos filhos.

MAIORIA DAS MATÉRIAS NÃO MENCIONA SERVIÇOS PROCURADOS

Outra lacuna na cobertura jornalística analisada é a falta de reportagens com os profissionais que atuam nos serviços de atendimento à violência disponíveis e que mostrem as dificuldades enfrentadas - pelos profissionais e pelas vítimas - na busca de soluções para uma violência que acontece no interior das casas, no espaço privado das relações afetivas e familiares.

Falta também mostrar o ambiente nas delegacias da mulher e nas organizações não-governamentais que dão assistência às mulheres e meninas, nos serviços de referência nos hospitais públicos, que prestam atendimento multidisciplinar às vítimas de violência sexual, e nas casas-abrigo, que recebem as mulheres que não têm para onde fugir de seus agressores e levar seus filhos.

A falta de reportagens sobre os serviços é mais um indicador relevante para observar os nexos que a imprensa estabelece ou deixa de estabelecer na construção da notícia, revelando, especialmente no que diz respeito aos jornais locais, a falta de atenção aos problemas de implementação da Lei Maria da Penha nos estados e municípios brasileiros.

Números sobre serviços especializados que compõem a rede de atendimento à violência contra as mulheres, fornecidos pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2010, revelam a insuficiência da rede para atender a uma população de cerca de 97 milhões de mulheres e mais de 5.500 municípios: são 126 centros de referência (assistência psicológica e social, orientação jurídica e referência a outros serviços), 80 casas-abrigo, 41 defensorias públicas e 30 juizados especializados em violência contra as mulheres. Esses números refletem o baixo comprometimento dos poderes públicos e representantes políticos nos estados

e municípios. Por outro lado, a mídia ainda parece desconhecer o papel de cada poder na implementação da lei, e, assim, deixa de cumprir uma de suas funções na esfera pública: a de fiscalizar os poderes constituídos e cobrar respostas aos problemas que afligem a população.

TABELA 31 – TIPO DE APOIO OU SERVIÇO PROCURADO PELA VÍTIMA
(% sobre o total de serviços/apoios mencionados, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE APOIO PROCURADO	%*
Polícia/delegacia comum	42,61%
DEAMs	22,17%
Família	9,57%
Disque denúncia (Ligue 180, 190)	4,78%
Vizinha(o), vizinhas(os)	3,48%
Amiga(s), amigo(s)	0,43%
Colega(s) de trabalho	0,43%
Igreja(s)	0,43%
Serviços comunitários	0,00%
Outro	16,09%
TOTAL	100%

* Percentual calculado com base no total de respostas. A variável permitia marcação múltipla.

O tipo de serviço de apoio mais mencionado são os de segurança pública – delegacias comuns e delegacias especializadas no atendimento à mulher (DEAMs), responsáveis por 64,78% das citações nas matérias selecionadas. Com relação às DEAMs, há um menor percentual de menções, provavelmente em razão da escassez deste tipo de delegacia no País. Em 2010, havia 475 delegacias especializadas de atendimento à mulher no Brasil (Brasil, 2010).

O levantamento *Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil* – 2009 (Brasil, 2009b), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009, aponta que, entre todas as mulheres que relataram ter sido vítimas de agressão, quase a metade (48,40%) declaravam não ter procurado a polícia. Dentre os motivos apontados para isso: a vítima tinha medo de represália ou não queria envolver a polícia (38,40%); não considerava o episódio importante (13,70%); não acreditava na polícia (11,30%); e 7,1% considerava que faltava provas da agressão.

MAIS DE 90% DAS MATÉRIAS NÃO CITA REFLEXOS DA VIOLÊNCIA NA SAÚDE DAS MULHERES

A saúde pública é um dos caminhos para a compreensão do ciclo da violência que envolve as mulheres. Mas a falta de monitoramento e avaliação dos serviços pre-

judica não apenas um melhor conhecimento sobre o atendimento oferecido, mas também, sobre a articulação dos serviços de saúde com as demais instâncias, como a polícia e a Justiça. A ausência desses dados também limita a atuação da imprensa.

De acordo com o *Mapa da Violência 2010* (Waiselfisz, 2010), realizado pelo Instituto Sangari, com base no banco de dados do Sistema Único de Saúde (DataSUS) referentes ao período de 1997 a 2007, 41.532 mulheres morreram vítimas de homicídio no Brasil. Isso significa que dez mulheres foram assassinadas por dia, média que fica acima do padrão internacional. A motivação geralmente é passional. “No caso das mulheres, os assassinos são atuais ou antigos maridos, namorados ou companheiros, inconformados em perder o domínio sobre uma relação que acreditam ter o direito de controlar”, diz a pesquisadora Wânia Pasinato (2010), do Núcleo de Estudo da Violência da Universidade de São Paulo.

“Em um estudo das motivações de 23 assassinatos contra mulheres ocorridos nos cinco primeiros meses deste ano e investigados pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa de São Paulo (DHPP), em 25% dos casos o motivo foi qualificado como torpe. São casos como negativas de fazer sexo ou de manter a relação. Em 50% das ocorrências, o motivo foi qualificado como fútil, como casos de discussões domésticas. Houve 10% de mortes por motivos passionais, ligados a ciúmes, por exemplo, e 10% relacionado ao uso ou à venda de drogas.”

TABELA 32 – REFLEXOS DA VIOLÊNCIA NA SAÚDE DAS MULHERES

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

REFLEXOS NA SAÚDE	%*
Menciona	7,97%
Não menciona	92,03%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 238 textos.

TABELA 33 – PROBLEMAS DE SAÚDE MENCIONADOS

(% sobre o total de reflexos/problemas de saúde mencionados, janeiro a dezembro de 2010)

REFLEXOS MENCIONADOS	%*
Lesões corporais	42,34%
Danos à saúde psicológica e mental	27,03%
Contágio de doenças sexualmente transmissíveis	10,81%
Doenças clinicamente identificadas (relacionadas à saúde física)	1,80%
Dores crônicas	0,00%
Outra	18,02%
TOTAL	100%

* Percentual calculado com base no total de respostas. A variável permitia marcação múltipla.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que, entre as mais de 1 milhão de mulheres que relataram, em 2009, terem sido agredidas, 25,90% foram vítimas de companheiros ou ex-companheiros. Entre os homens, esse índice é de 2%. Quase metade das mulheres agredidas (48,40%) não procurou a polícia (Brasil, 2009b).

Notificação compulsória dos casos de violência

Desde 26 de janeiro de 2011, todos os profissionais de saúde estão obrigados a notificar as secretarias municipais ou estaduais de saúde sobre qualquer caso de violência doméstica ou sexual que atenderem ou identificarem. Embora a Lei nº 10.778, de 24/11/2003 (Brasil, 2003) já estabelecesse a obrigatoriedade de notificação dos casos de violência contra mulheres atendidas em serviços de saúde públicos ou privados, os profissionais de saúde só denunciavam a violência doméstica ou sexual com a concordância dos pacientes, a não ser em casos com crianças e adolescentes, quando o Conselho Tutelar era acionado.

A Portaria nº 104 do Ministério da Saúde atualiza a Lista de Notificação Compulsória (LNC) e, embora não trate especificamente da violência contra as mulheres, o texto automaticamente remete a casos de estupro e agressão física dos quais as mulheres acabam sendo as maiores vítimas (Machado e Rodrigues, 2011).

A CULPA NÃO É DA VÍTIMA

A Tabela 34 revela que a maioria das matérias não atribui culpa às mulheres vítimas de violência. É notável observar que existe hoje nas redações um maior entendimento sobre o fenômeno da violência contra as mulheres e, ao mesmo tempo, que a sociedade não admite e não aceita uma visão superficial e preconceituosa sobre o assunto e sobre as mulheres.

TABELA 34 – IMPUTA CULPA À VÍTIMA

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

A MATÉRIA IMPUTA CULPA A VÍTIMA	%*
Sim	6,62%
Não	93,38%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 238 textos.

TABELA 35 – ELEMENTOS ASSOCIADOS À CULPA

(% sobre o total de elementos associados à culpa da vítima, janeiro a dezembro de 2010)

ELEMENTOS ASSOCIADOS À CULPA	%*
Sexualidade/ sensualidade	6,98%
Desobediência	5,81%
Comportamento inadequado da vítima em função do uso de drogas	4,65%
Temperamento	2,33%
Vestuário	1,16%
Local de circulação	1,16%
Comportamento inadequado da vítima em função do uso de álcool	0,00%
Outros	77,91%
TOTAL	100%

* Percentual calculado com base no total de respostas. A variável permitia marcação múltipla.

FOCO NO AGRESSOR

“Quanto mais machista a cultura local, maior tende a ser a violência contra a mulher”. É o que disse em entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo* a psicóloga Paula Licursi Prates (Manso, 2010), doutoranda na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, que realiza estudos sobre homens autores de violência.

TABELA 36 – JUSTIFICATIVA PARA A AGRESSÃO

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

A MATÉRIA JUSTIFICA A AGRESSÃO	%*
Sim	20,19%
Não	79,81%
Total	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 238 textos.

Se o uso de álcool pela vítima não é relevante, como mostra a Tabela 35, no caso do agressor ele aparece como coadjuvante em 22 matérias analisadas, o equivalente a 7,91% do total de menções. Pesquisa DataSenado sobre violência doméstica mostrou que, entre as mulheres entrevistadas que declararam já ter sofrido algum tipo de violência e que relataram, espontaneamente, o motivo da agressão, os mais citados foram o uso de álcool por parte do companheiro e ciúmes, ambos com 27% cada (Senado Federal, 2011). Igualmente, estudo realizado pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) com 7 mil famílias em 108 cidades brasileiras mostrou que o álcool funciona como “combustível” da violência doméstica. Em quase metade das agressões que acontecem dentro de casa (49,80%) o autor das surras estava embriagado. (Abramo, 2009)

TABELA 37 – JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS

(% sobre o total de justificativas para a agressão, janeiro a dezembro de 2010)

JUSTIFICATIVAS PARA A AGRESSÃO	%*
Descontrole resultante de ciúmes/raiva por parte do agressor	42,81%
Exercício de autoridade/controlado sobre a mulher por parte do agressor	8,99%
Consumo de bebidas alcoólicas por parte do agressor	7,91%
Uso de drogas ilícitas por parte do agressor	6,83%
Desequilíbrio psicológico, psiquiátrico ou neurológico do agressor	5,04%
Desemprego e/ou problemas financeiros do agressor	4,32%
Outra	24,10%
TOTAL	100%

* Percentual calculado com base no total de respostas. A variável permitia marcação múltipla.

Complementando a análise da Tabela 12, buscou-se averiguar, caso a matéria mencionasse as causas gerais da violência contra as mulheres, quais seriam as motivações associadas e se foi feita referência a uma busca de soluções para o problema. Das matérias analisadas, 131 (o equivalente a 11,64%) mencionam ou buscam discutir as causas gerais da violência contra a mulher, o que, diante do tema em si e de sua relevância social, permite afirmar que a imprensa analisada discute pouco as causas do problema.

Nas poucas vezes em que as matérias discutem as causas gerais da violência contra as mulheres, é possível notar um aparente paradoxo: entre as causas mais apontadas estão a ineficiência das autoridades públicas (28,05%) e a desestruturação familiar (12%). Em outras palavras, quando a cobertura reflete sobre as causas do problema, ela aponta para falhas do poder público ou para problemas no âmbito privado.

Isso quer dizer, por um lado, que os governos falham no quesito segurança pública, nas ações preventivas e punitivas que poderiam coibir a prática da violência? Por outro, também aponta para crises no ambiente familiar ou deficiências na educação, pública e privada? Pode-se então perguntar se, em famílias consideradas “estruturadas”, a violência contra a mulher não ocorre? Talvez esse dado apenas retrate uma leitura estereotipada da mídia ou da própria sociedade sobre o tema. São questões controversas e que a cobertura não discute e nem aprofunda.

Outra questão igualmente importante e controversa que não tem sido suficientemente abordada pela imprensa é a penalização dos agressores. A Justiça tem tido dificuldade até em chegar a um consenso sobre o âmbito da Lei Maria da Penha, quanto mais sobre sua aplicação e a definição do tipo de pena e de reparo que se quer contra os agressores. A boa notícia é que a compensação

financeira deixou de ser considerada como forma de reparação pelos danos causados pela violência contra as mulheres. Mas, continua ausente o debate necessário sobre políticas públicas que possam ser também transformadoras do comportamento dos agressores e não meramente punitivas.

TABELA 38 – CAUSAS GERAIS DA VIOLÊNCIA

(% sobre o total de causas apresentadas, janeiro a dezembro de 2010)

CAUSAS GERAIS DA VIOLÊNCIA	%*
Ineficiência das autoridades públicas	28,05%
Impunidade	15,24%
Desestruturação familiar	12,20%
Culturais	7,93%
Falta de mobilização social em relação ao tema	4,88%
Alcoolismo	4,27%
Deficiências nas políticas públicas básicas (saúde, educação)	3,66%
Econômicas (desemprego, baixo crescimento econômico)	3,05%
Tráfico de drogas	3,05%
Racismo	2,44%
Uso de drogas ilícitas	2,44%
Banalização da violência	1,83%
Políticas	0,61%
Religiosas	0,61%
Pobreza (tensões sociais, falta de oportunidades)	0,61%
Outra	9,15%
TOTAL	100%

* Percentual calculado com base no total de respostas. A variável permitia marcação múltipla.

Como pode ser visto na Tabela 13, foi bastante reduzido o número de matérias que apontavam possíveis soluções para o problema da violência contra as mulheres. Das 79 menções a soluções, feitas em apenas 7,02% dos textos, destacam-se entre as propostas apresentadas: uma maior eficiência no julgamento dos casos e na aplicação das penas (23,08%) e o aumento da atividade policial local e/ou de delegacias da mulher (15,38%). Em seguida, vêm as mudanças culturais com relação aos papéis de homens e mulheres na sociedade (10,99%), a criação de novos serviços de atendimento à mulher (7,69%), a adoção de penas mais severas (4,40%) e o investimento em ações de conscientização (4,40%). Observa-se, assim, que esses dados mantêm coerência com as causas apresentadas na Tabela 38.

Mais da metade das matérias analisadas (53,34%) não ouve nem vítimas e nem agressores, enquanto menos de 10% ouve ambos os lados. É interessante destacar, porém, que quando ouve apenas uma das partes, a voz mais ouvida é a do agressor (24,84% versus 12,07%). A explicação pode estar no fato, já demons-

trado, de que a cobertura sobre a violência contra as mulheres assume caráter predominantemente policial, privilegiando as notícias sobre crimes de maior impacto. Dessa forma, possivelmente, grande parte das matérias não ouve a vítima, por estar morta ou incapacitada de se manifestar.

TABELA 39 – SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
(% sobre o total de soluções apresentadas, janeiro a dezembro de 2010)

SOLUÇÕES	%*
Maior eficiência no julgamento dos casos e na aplicação das penas	23,08%
Aumento da atividade policial local/delegacias da mulher	15,38%
Mudança cultural com relação aos papéis de homens e mulheres na sociedade	10,99%
Criação de novos serviços de atendimento à mulher	7,69%
Penas legais mais severas	4,40%
Ações de mobilização e conscientização/campanhas educativas	4,40%
Educação	3,30%
Alteração nas condições materiais de vida (políticas distributivistas)	2,20%
Capacitação e formação dos agentes do sistema policial/judiciário	2,20%
Soluções a serem adotadas na esfera familiar, privada	2,20%
Políticas de ação afirmativa (ação positiva, discriminação positiva)	1,10%
Outra	23,08%
TOTAL	100%

* Percentual calculado com base no total de respostas. A variável permitia marcação múltipla.

TABELA 40 – VÍTIMAS E AGRESSORES COMO FONTES

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

OUVE VÍTIMAS E AGRESSORES	%*
Sim, a(s) vítima(s)	12,07%
Sim, o(s) agressor(es)	24,84%
Sim, ambos	8,68%
Não ouve vítimas ou agressores	54,42%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 238 textos.

Faltam políticas públicas e equipamentos para atender as vítimas de violência

Além de fatores emocionais e afetivos, uma das razões para o reduzido número de denúncias de agressões é a falta de equipamentos públicos para a prestação de atendimento adequado para as mulheres que vivem situações de violência doméstica. Conforme mostrado anteriormente, dados da *Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009 (Munic)*, do IBGE, mostram a escassez de delegacias especializadas e casas abrigo para atendimento às mulheres brasileiras que

passam por situações de violência. Além da falta de estrutura para atendimento às mulheres, preocupa, também, o descaso da polícia e da Justiça em relação às queixas sobre violências praticadas por parceiros ou ex contra mulheres que já haviam denunciado as constantes e crescentes ameaças, que acabaram resultando nas chamadas “mortes anunciadas”.

EM 96% DAS MATÉRIAS, NÃO HÁ INDICAÇÃO DE ONDE BUSCAR SERVIÇOS DE DENÚNCIA OU ATENDIMENTO

A real situação da rede de atenção às mulheres que vivem situações de violência não tem recebido a devida cobertura da imprensa, mesmo com a entrada em vigor da Lei Maria da Penha em 2006. Trata-se de mais um indício da pouca investigação jornalística. Pergunta: o que é mais necessário e urgente; uma investigação do fato em si da violência, com perfil e depoimento da vítima ou familiares, para sensibilizar cada vez mais a sociedade sobre a gravidade do problema; ou a investigação jornalística que descortine a falta de estrutura, equipamentos sociais e sensibilidade dos agentes públicos para acolher mulheres em situação de violência doméstica?

Tudo indica que a imprensa precisará de um olhar simultâneo, nas duas direções. O drama individual de mulheres vítimas da violência de parceiros ou ex-parceiros infelizmente ainda renderá manchetes.

TABELA 41 – SERVIÇOS DE DENÚNCIA OU ATENDIMENTO

(% sobre o total de notícias acerca da violência contra a mulher, janeiro a dezembro de 2010)

SERVIÇOS	%*
Menciona	3,94%
Não menciona	96,06%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 238 textos.

Aqui é preciso chamar atenção para o papel da imprensa na cobertura de problemas sociais com a dimensão da violência contra as mulheres. Espera-se que o jornalismo cumpra seu papel de monitorar a oferta de serviços públicos, seu funcionamento e o atendimento às demandas da população.

O conjunto de dados deste monitoramento demonstra que, no quesito do debate sobre as políticas públicas de prevenção e assistência às mulheres vítimas de violência, a cobertura jornalística ainda fica devendo.

TABELA 42 – SERVIÇOS DE DENÚNCIA OU ATENDIMENTO MENCIONADOS
(% sobre o total de serviços mencionados, janeiro a dezembro de 2010)

SERVIÇO MENCIONADO	%*
Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher	25,86%
Delegacias da Mulher/DEAMs	18,97%
Polícia ou delegacias comuns	17,24%
Disque Denúncia 190	8,62%
Outro(s)	29,31%
TOTAL	100%

* Percentual calculado com base no total de respostas. A variável permitia marcação múltipla.

COMENTÁRIOS FINAIS

A presente análise demonstra que, embora o tema da violência contra as mulheres no Brasil receba uma considerável cobertura dos jornais impressos – tanto os de referência nacional como os de alcance regional/local –, a qualidade dessa abordagem ainda deixa a desejar.

A questão aparece com maior frequência nas editorias de notícias locais, nas quais costuma predominar um tratamento pautado pela ótica do jornalismo policial, que se limita a informar sobre a ocorrência de um determinado crime. Assim, a principal característica da cobertura sobre violência contra as mulheres se concentra na individualização do problema em detrimento de sua dramática e extensa dimensão social, com um baixo investimento em investigação jornalística.

A IMPRENSA AINDA ESTÁ DEVENDO

O jornalista Alberto Dines certa vez afirmou em palestra que a função da imprensa em relação à defesa da saúde pública é “manter a pressão, identificar as emergências, criar a motivação e oferecer caminhos”⁹.

Em relação à violência contra a mulher, espera-se que a mídia noticiosa possa informar, esclarecer e conscientizar a esfera pública, além de mobilizar os chamados formadores de opinião e os formuladores de políticas para que se faça mais no enfrentamento do problema. Nesse sentido, é preciso ir além do fato, agregando a ele contexto, argumentos e olhares diversificados.

Ao observar o material analisado no presente trabalho, assim como o comportamento do jornalismo brasileiro nos últimos anos, é possível afirmar que

⁹ Palestra proferida na 12ª Conferência Nacional de Saúde, realizada Brasília, em dezembro de 2003.

houve um aumento do interesse por essa pauta, em especial no caso da violência doméstica. Um dos fatores que, sem dúvida, contribuíram para essa crescente atenção foi a visibilidade proporcionada pela atuação de um conjunto de atores sociais, como ativistas, especialistas, pesquisadores, parlamentares e gestores públicos. Contudo, essa maior atenção ainda não fez jus à complexidade, à gravidade e às dimensões do problema em nosso país. Em muitos casos, a cobertura acaba por assumir uma característica sensacionalista, que tem como objetivo estimular a vendagem dos jornais.

Embora seja positivo que a violência contra as mulheres seja, hoje, considerada e apresentada pela mídia como um crime, a questão merece e deve ser tratada a partir de uma perspectiva sociocultural, que envolve aspectos relacionados à educação, conscientização e mudança de atitude. Nesse contexto, é importante ouvir o que as mulheres têm a dizer, não somente na condição de vítimas de uma agressão individual, mas como parte de um problema que tem contornos muito mais abrangentes e que precisa ser denunciado.

OS LIMITES NA QUALIFICAÇÃO DO TEXTO JORNALÍSTICO

Ao mesmo tempo em que a violência doméstica destaca-se como o tipo de agressão mais frequente na cobertura da imprensa escrita, falta maior atenção sobre os agressores – como eles se comportam frente à agressão, diante dos filhos, o que pensam, o que tem sido feito para que deixem de praticar esse crime ou para que sejam devidamente penalizados.

A escassez de políticas públicas, serviços de assistência e equipamentos de segurança não recebe ênfase no noticiário, tampouco o papel que cabe aos municípios, aos estados e ao Judiciário. A cobertura fracassa em retratar a realidade do precário atendimento recebido pelas mulheres vítimas de violência e a impunidade dos agressores espalhados nos mais de 5 mil municípios brasileiros. Mesmo nas matérias produzidas nas grandes cidades ou nos jornais de abrangência nacional, habitualmente concentrados em locais com melhor estrutura, não há indicações de onde encontrar serviços de denúncia ou atendimento.

Um aspecto relevante não tratado pelos jornais é a dotação de recursos por parte das diferentes instâncias do Estado para dar respostas ao problema da violência contra as mulheres e a efetiva implementação da Lei Maria da Penha. Hoje, a população em geral sabe da existência da lei, mas, poucos conhecem a extensão de seu conteúdo. Em seus mais de 40 artigos, a Lei nº

11.340/2006 prevê medidas preventivas e protetivas que a imprensa – e não apenas ela – deve disseminar, além de cobrar a ampla implementação.

“O silêncio é cúmplice da violência”. Se antes esse *slogan* se adequava à omissão da imprensa sobre a questão, hoje o desafio é outro. O salto necessário não diz mais respeito à quantidade, mas à qualidade da cobertura, que deve se torna mais abrangente, aprofundada e fiscalizadora das políticas públicas que visem o enfrentamento do fenômeno. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL (2010). “Cortes no orçamento prejudicam execução de políticas voltadas para a mulher, diz especialista”, 23/07/2010. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-07-22/cortes-no-orcamento-prejudicam-execucao-de-politicas-voltadas-para-mulher-diz-especialista>. Acesso em 21 de novembro de 2011.

ALMINO, João (1986). “O Segredo e a Informação: Ética e política no espaço público”. São Paulo: Brasiliense.

ARANHA, Fernanda (2009). “Alcool move violência doméstica”. O Estado de S.Paulo 15/06/2009. Disponível em: www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090615/not_imp387275,o.php. Acesso em 15 junho de 2010.

BARROS FILHO, Clóvis de (1995). “Ética na Comunicação: da informação ao receptor”. São Paulo: Moderna.

BRASIL (2010). Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. “Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMs - edição atualizada”. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

BRASIL (2009a). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros 2009 (MUNIC 2009)”.

BRASIL (2009b). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 - Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil”.

BRASIL (2008). Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. “II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

BRASIL (2007). Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. “Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres”. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

BRASIL (2006). Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. “Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006”. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

BRASIL (2003). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. “Lei nº 10.788, de 24 de novembro de 2003”. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm. Acesso em 26 novembro de 2010.

BRASIL (1988). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 26 de novembro de 2010.

CFEMEA (2010). Centro Feminista de Estudos e Assessoria. “PLOA 2011 reduz recursos para combate à violência contra as mulheres”. In *Boletim Orçamento Mulher*, 29/11/2010. Disponível em: www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3227&catid=210&Itemid=145. Acesso em 12 de janeiro de 2011.

COMUNIQUE-SE (2011). “Folha e O Globo são os jornais preferidos dos parlamentares”, 19/01/2011. Disponível em: www.comunique-se.com.br/index.asp?p=Conteudo/NewsShow.asp&p2=idnot%3D57792%26Editoria%3D8%26Op2%3D1%26Op3%3D0%26pid%3D20871003024%26fnt%3Dfntnl. Acesso em 25 de janeiro de 2011.

CORREIO BRAZILIENSE (2010). “Apenas 7% das cidades têm delegacia da mulher”, 14/05/2010.

COSTA, Sérgio (1994). “Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil”. In *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 138, março/94, pp. 38-52.

FESTA, Regina (1991). “Para Onde Vai o Alternativo?”. In Revista *Intercom*, São Paulo, Intercom, ano XIV, nº 65.

FOLHA DE S.PAULO (2011). “A arte de fazer títulos”. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/omo6O22O11O1.htm. Acesso em 06 fevereiro de 2011.

FOLHA DE S.PAULO (1992). “Novo Manual da Redação”. 5ª ed., São Paulo: Folha de S.Paulo.

FROSSARD, Heloisa (org.) (2006). “Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres”. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC (2011). “Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado, módulo sobre violência doméstica, 2011”. Disponível em: www.fpa.org.br/galeria/violencia-domestica. Acesso em 21 de fevereiro de 2011.

GRAMSCI, Antonio (1981). “Os Intelectuais e a Organização da Cultura”. São Paulo: Círculo do Livro.

HABERMAS, Jürgen (1971). “Comunicação, Opinião Pública e Poder”. In: COHN, Gabriel (org.), *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/EdUSP.

HANSEN, Anders; COTTLE, Simon Cottle; NEGRINE, Ralph; NEWBOLD, Chris (1998). “Mass Communication Research Methods”. Nova York: New York University Press.

INSTITUTO AVON/IBOPE (2010). “Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil”. São Paulo, 2009. Disponível em: www.falesemmedo.com.br/a-campanha/pesquisa. Acesso em 26 de novembro de 2010.

KUCINSKI, Bernardo (1998). “A Síndrome da Antena Parabólica: Ética no jornalismo brasileiro”. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MACHADO, Christina; RODRIGUES, Alex (2011). “Saúde inclui violência doméstica e sexual na lista de agravos de notificação obrigatória”. Agência Brasil, 26/01/2011. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-01-26/saude-inclui-violencia-domestica-e-sexual-na-lista-de-agravos-de-notificacao-obrigatoria>. Acesso em 13 de março de 2011.

MANSO, Bruno Paes de (2010). “Dez mulheres são mortas por dia no País”. O Estado de S.Paulo, 04/07/2010. Disponível em: www.estadao.com.br/noticias/cidades,dez-mulheres-sao-mortas-por-dia-no-pais,575974,0.htm. Acesso em 04 julho de 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro (1993). “Jornalismo Fin-de-Siècle”. São Paulo: Página Aberta.

MELO, Jacira (2007). “O movimento social de mulheres e a Imprensa: uma cobertura construída em parceria”. In: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela (orgs.). *Mídia e Violência: Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

PORTAL G1 (2009). “Parceiros íntimos são os maiores responsáveis por violência contra mulher”, 14/09/2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/o,,MUL1303778-5603,00-PARCEIROS+INTIMOS+SAO+OS+MAIORES+RESPONSAVEIS+POR+VIOLENCIA+CONTRA+MULHER.html>. Acesso em 21 de fevereiro de 2011.

PORTAL TERRA (2010). “RJ: parceiros causam mais da metade das agressões a mulheres”, 08/10/2010. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/o,,OI4725045-El306,00-RJ+parceiros+causam+mais+da+metade+das+agressoes+a+mulheres.html>. Acesso em 21 de janeiro de 2011.

RIBEIRO, Bruno; PEREIRA, Elvis (2010). “Crescem ameaças a mulheres e cai nº de agressões”. O Estado de S.Paulo, 15/12/2010.

RUBIN, Antônio Albino Canelas (1995). “Mídia, Política e Democracia”. In: PITTA, Áurea M. da Rocha (org.). *Saúde & Comunicação: visibilidades e silêncios*. São Paulo: Hucitec/Abrasco.

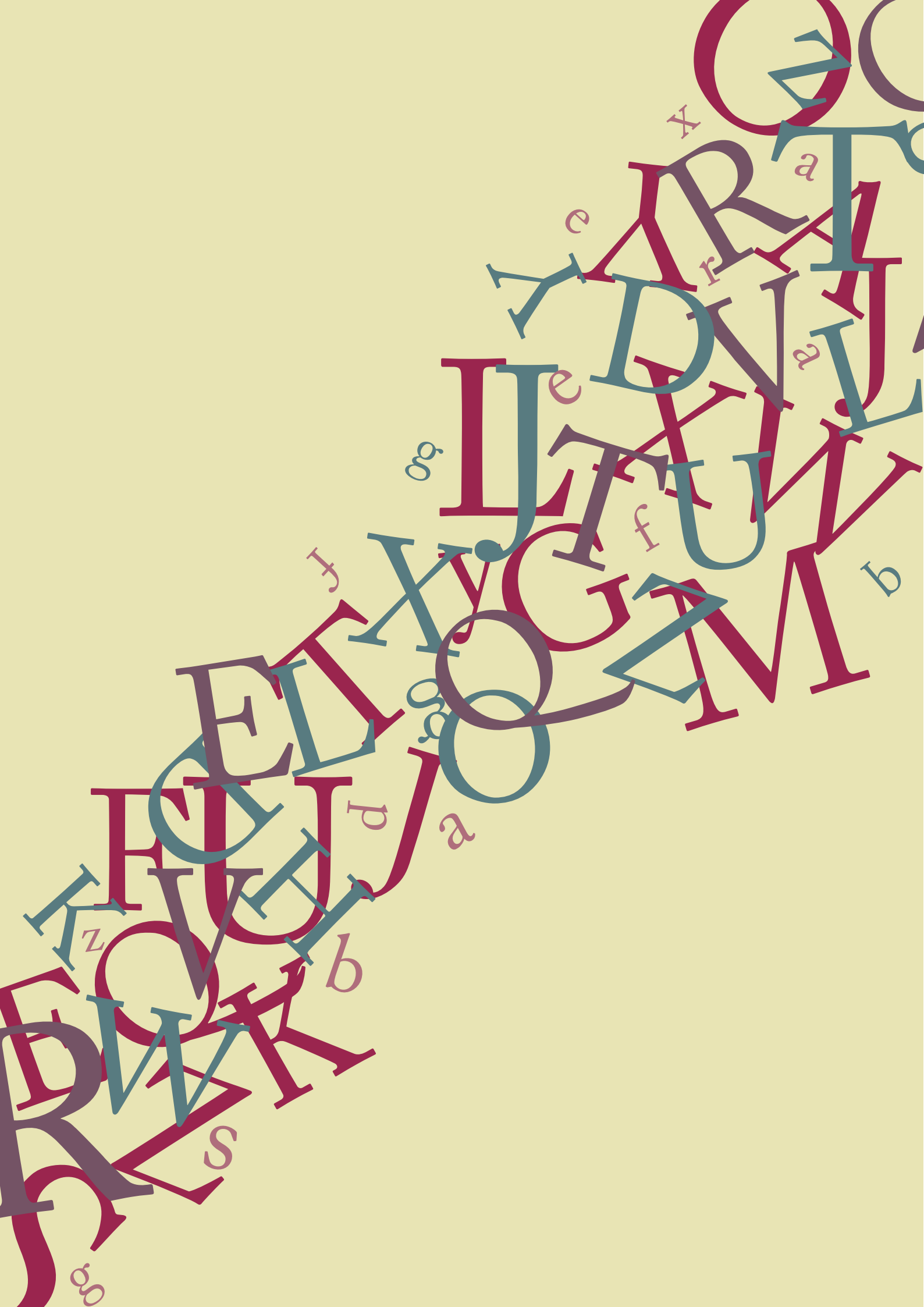
SENADO FEDERAL (2011). Secretaria Especial de Comunicação Social. Secretaria de Pesquisa e Opinião. “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: pesquisa de opinião nacional”. Brasília.

UNITED NATIONS (2010). Division for the Advancement of Women. Department of Economic and Social Affairs. “Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women”. Disponível em: www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw.htm. Acesso em 26 novembro de 2010.

UOL NOTÍCIAS (2010). “Mulheres vítimas de violência doméstica têm acolhimento em apenas 2,7% dos municípios, diz IBGE”, 21/05/2010. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/05/21/mulheres-vitimas-de-violencia-tem-acolhimento-em-apenas-27-dos-municipios-brasileiros-aponta-pesquisa-do-ibge.jhtm>. Acessos em 26 de novembro de 2010.

VIVARTA, Veet (Coord.) (2009). “Direitos, infância e agenda pública 2005 – 2007: uma análise da cobertura jornalística latino-americana”. Brasília: Rede ANDI América Latina.

WASELFSZ, Julio J (2010). “Mapa da violência 2010 – anatomia dos homicídios no Brasil”. Instituto Sangari. Disponível em: www.institutosingari.org.br/mapadaviolencia/MapaViolencia2010.pdf. Acesso em 20 de julho de 2011.





ANÁLISE DA COBERTURA DA IMPRENSA sobre Mulher e Trabalho

Diana Barbosa*

Texto final elaborado a partir de insumos apresentados
por Vera Soares** em documento preliminar

*Pesquisadora, mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, com atuação na área de pesquisa social e de mídia. Atualmente é consultora da ANDI – Comunicação e Direitos, onde coordenou diversos projetos de monitoramento de mídia, incluindo o presente estudo.

** Pesquisadora e militante feminista, mestre em Educação, bacharel em Física pela Universidade de São Paulo. Coordenou e publicou estudos nas áreas de gênero e trabalho, gênero e movimento sindical, e movimento de mulheres.

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Não se pode mais falar em trabalho sem pensar nelas. As mulheres representam quase a metade da população economicamente ativa no País – 45,60%, segundo números de 2008 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, cada vez mais elas assumem o sustento de suas famílias – 34,90% dos lares pesquisados pela Pnad são chefiados por mulheres. E o ganho acumulado por elas representa mais de 40% da renda da família brasileira, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

No entanto, as mulheres ainda se concentram em atividades com baixa remuneração e estão mais presentes nos trabalhos informais. Conforme demonstram as autoras Bruschini e Lombardi, 34% das mulheres que compõe a População Economicamente Ativa (PEA) estão em situações de emprego vulneráveis – trabalhadoras domésticas, não-remuneradas ou para consumo próprio ou do grupo familiar. Entre os homens, a taxa é de 9%. Além disso, 75% das trabalhadoras domésticas não possuem carteira assinada e 94% recebem até dois salários mínimos (OIT, 2009).

Elas são, ainda, as responsáveis pelos cuidados com a casa. E, quando conseguem dividir essas funções, são auxiliadas por outras mulheres da família ou por uma trabalhadora doméstica remunerada. A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos em 2008 era de 87,90%, enquanto entre os homens esse índice não passou de 46,10%. Mais expressiva foi a diferença no número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos. As mulheres dedicam 20,9 horas semanais a essa atividade; os homens, 9,2 (IBGE, 2009).

Desse modo, mesmo quando têm qualificação para outras ocupações, muitas trabalhadoras se veem forçadas a aceitar serviços compatíveis com as responsabilidades domésticas: postos com jornada parcial, que tenham flexibilidade de horário ou que exijam menos horas extras. Isso explica, em grande medida, a ausência das mulheres nos espaços de tomada de decisões. E essa divisão cultural de funções dá origem ainda a ocupações consideradas mais femininas, como secretárias, telefonistas, digitadoras – profissões relacionadas, de modo geral, ao papel de cuidadoras.

As mulheres também ganham menos: as trabalhadoras recebem cerca de 70% do rendimento médio dos homens, segundo o Sistema de Indicadores Sociais, publicado pelo IBGE, em 2010. No mercado informal, a diferença aumenta, e o ganho feminino corresponde a 63,20% do masculino. Mesmo com maior escolaridade, as mulheres têm rendimento médio inferior ao dos homens. As

que têm 12 anos ou mais de estudo recebem, em média, 58% do que ganham os homens com esse mesmo nível de instrução. Nas outras faixas de escolaridade, a taxa sobe para 61%.

Nesse cenário, os homens parecem estar mais encarregados das tarefas produtivas, enquanto as mulheres se voltam para funções sem visibilidade ou com pouco reconhecimento social. Essa separação em diferentes ocupações é resultado de atitudes reproduzidas e reconstruídas ao longo do tempo, em diferentes instituições da vida social. Trata-se, portanto, de uma construção social que consolida papéis diferenciados por gênero e faz com que a mulher seja considerada não a provedora do lar, mas sua ‘administradora’. Assim, quando a mulher participa da esfera produtiva, essa tarefa é vista como algo secundário em sua vida. Essa ideia, segundo Abramo (2007), contribui para que a mulher receba salários inferiores aos dos homens, mesmo em cargos iguais, ou fique com as ocupações de menor responsabilidade ou mais precárias.

A atuação do Estado

A construção da igualdade no mercado de trabalho depende, dentre outras ações, de uma atuação direta do Estado, seja por meio de políticas ativas de emprego ou da inclusão de cláusulas em negociações coletivas. Além disso, são necessárias políticas sociais que deem suporte a esse processo, como assegurar que trabalhadores e trabalhadoras tenham as mesmas oportunidades de formação profissional e acesso a ocupações; e oferecer serviços sociais, como creches e escolas em tempo integral.

É preciso lembrar que a Constituição de 1988, além de preservar os direitos trabalhistas já adquiridos, ampliou o seu leque, estabelecendo o direito à licença-paternidade, creches, pré-escolas e seguro-desemprego (Rodrigues e Ramalho, 2010). Foi criada ainda a licença-gestante de 120 dias e houve a proibição de qualquer discriminação² em relação a salários e critérios de admissão. Mas, com base nos dados apresentados acima, essas medidas parecem não ter incidido de fato nas relações de trabalho.

1 Trabalho produtivo se refere àquele que gera mercadorias e renda. Ou seja, é aquele destinado às trocas de mercado, tendo legitimidade e valorização nesse mercado e remuneração. Trabalho reprodutivo é o conjunto de atividades que se realizam para o cuidado das pessoas, inclusive a reposição da força de trabalho. Realizam-se no âmbito doméstico.

2 Discriminação, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é o tratamento diferente a pessoas conforme certas características, como raça, cor e sexo, o que interfere na igualdade de oportunidades. A discriminação pode ser direta, por meio de normas, leis e práticas que excluem ou desfavorecem certos trabalhadores que pertencem a uma categorial social (a partir de estereótipos que atribuem a esses indivíduos características particulares, a despeito de seus talentos e habilidades). A discriminação indireta é mais extensa e se refere às disposições ou às práticas que, tendo uma aparência neutra, prejudicam um grupo social, mesmo se seus integrantes cumpram os requisitos para ocupar determinado posto de trabalho.

Estereótipos na mídia internacional

Além do Estado, outros atores sociais têm um papel importante na reconstrução das relações de gênero no mercado de trabalho, a mídia é um deles. Nesse sentido, estudo realizado pela Associação Mundial para a Comunicação Cristã (WACC, na sigla em Inglês) revela que os meios de comunicação parecem perpetuar a construção social que relega a mulher ao trabalho doméstico e a funções de menor responsabilidade. O *Informe Global da Mídia*, em 2010, (quando foram monitorados 1.281 jornais, canais de TV e estações de rádio de 108 países) aponta que as mulheres são identificadas nos noticiários por seus relacionamentos familiares – esposa, mãe, filha – quatro vezes mais que os homens. No Brasil, 11% do material pesquisado cita a mulher em um papel na família. Com os homens, o número cai para 4%.

Além disso, quase metade (46%) de todas as matérias que foram analisadas reforça estereótipos de gênero, e somente 6% questionam essas posições. Por aqui, os números são melhores: 9% dos textos analisados trabalham com as imagens pré-concebidas sobre as mulheres e 20% criticam esses estereótipos. No entanto, a maior parte das notícias (72%) não reforça nem questiona essas representações, o que pode ajudar a perpetuar o cenário, ao invés de alterá-lo.

INVESTIGANDO A FORMA COMO AS REDAÇÕES ABORDAM A TEMÁTICA

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

O levantamento indica que o tema Mulher e Trabalho teve uma repercussão significativa entre os veículos de maior circulação, responsáveis por 1/3 da cobertura, com destaque para o *Valor Econômico* (10,90%). No entanto, alguns jornais de circulação regional se sobressaíram em relação aos considerados de âmbito nacional como *Hoje em Dia/MG* (8,20%); *Zero Hora/RS* (7,80%) e *A Gazeta/ES* (7,30%). *A Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* aparecem logo abaixo, ambos com 7,1%.

Em relação ao percentual expressivo encontrado no *Valor Econômico*, é importante destacar que metade destas matérias foi veiculada no último mês do ano. Até o final de agosto de 2010, por exemplo, este veículo era responsável por apenas 3,60% da cobertura. No dia 13 de dezembro, o jornal publicou a revista “Valor Liderança – Executivas”, que, em 66 páginas, apresentou “as melhores gestoras de empresas no Brasil”. O periódico, em parceria com a consultoria Egon

Zehnder International, indicou um júri que escolheu as 14 principais executivas brasileiras, segundo critérios como “tempo no cargo, complexidade da gestão, mudanças de impacto promovidas no negócio, desempenho financeiro, grau de inovação e o volume de investimentos em expansão”, de acordo com chamada de capa do periódico nesse dia (que ocupou quase um terço da página). A publicação trouxe matérias sobre “a participação feminina nos conselhos de administração, os desafios para as novas gerações e os dilemas entre maternidade e carreira”.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DE NOTÍCIAS POR JORNAL

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

JORNAL	%
ALCANCE NACIONAL	35,10%
Valor Econômico/SP	10,90%
Folha de S.Paulo/SP	7,10%
O Estado de S.Paulo/SP	7,10%
Correio Braziliense/DF	5,80%
O Globo/RJ	4,20%
REGIONAIS/LOCAIS	64,90%
Hoje em Dia/MG	8,20%
Zero Hora/RS	7,80%
A Gazeta/ES	7,30%
O Liberal/PA	7,10%
Gazeta do Povo/PR	6,20%
A Crítica/AM	6,20%
Diário de Pernambuco/PE	6,00%
A Tarde/BA	4,90%
O Povo/CE	4,90%
O Popular/GO	3,60%
Folha do Povo/MS	2,70%
TOTAL	100%

Os dados analisados revelam, ainda, que 17,80% das notícias sobre Mulher e Trabalho recebem destaque em chamadas de capa. É um percentual importante, que mostra nível significativo de atenção oferecido ao tema – número superior, por exemplo, ao observado para as questões de Mulher, Poder e Decisão, que registraram 8,50%.

TABELA 2 - CHAMADA DE CAPA

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

CHAMADA DE CAPA	%
Sim	17,80%
Não	82,20%
TOTAL	100%

O noticiário sobre Mulher e Trabalho aparece de forma mais consistente nas seções que discutem finanças e negócios: 21,10% das notícias foram publicadas nos cadernos de economia. Esse fato é esperado, tendo em vista que o debate em torno do trabalho está imerso no contexto do aumento progressivo da inserção das mulheres no mercado, ainda que este fenômeno ocorra de forma inconsistente.

A reestruturação produtiva, ocorrida na década de 1980, foi, de certo modo, responsável por esse crescimento. As formas de organização do trabalho sofreram grandes modificações nessa época, porém, tendo como pressuposto a perda de direitos ou até mesmo do próprio emprego. Ou seja, as trabalhadoras ampliaram suas possibilidades de ocupação remunerada, mas por conta da flexibilização e da precarização das condições de trabalho e da informalização.

Nos anos 1990, segundo dados do IBGE, a participação masculina na PEA se estagnou, enquanto a da mulher aumentou. Mas os postos de trabalho feminino continuam entre os piores do ponto de vista de salários, garantias e vulnerabilidades (Hirata, 2010). Isso mostra que a cobertura do tema, hoje mais frequente nas editorias de economia, não deveria se fixar em uma visão apenas financeira do trabalho feminino. É preciso tratar as pautas também do ponto de vista socioeconômico, abordando novos papéis ocupados pelas trabalhadoras e os direitos da mulher.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS POR EDITORIA

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

SEÇÃO/CADERNO	%
Economia/negócios	21,10%
Cidade/local	16,20%
Cultura/artes/espetáculos	12,40%
Suplementos especiais	10,20%
Sociedade	4,70%
Opinião	4,40%
Nacional/Brasil	2,90%
Esportes	2,70%
Internacional/Mundo	2,20%
Política	1,80%
Polícia	0,40%
Outra	18,20%
Não foi possível identificar	2,70%
TOTAL	100%

A análise também mostra que:

- A seção Cidade/Local foi a segunda em se dedicar ao tema, com 15,20% da cobertura, o que pode indicar algum tratamento mais regional ou mais personalizado dessas questões, focado em histórias de vida de personagens locais.
- Apenas 2,90% dos textos foram publicados na editoria Nacional/Brasil e 1,80% na de Política.
- 12,40% do noticiário foi veiculado nos cadernos de cultura, artes e espetáculos. A porcentagem alta pode ser explicada por pautas que levantem as trajetórias de profissionais vinculadas a esse universo.

Além disso, os dados coletados revelam que o assunto está menos presente na seção de Opinião, especialmente quando comparado ao desempenho da cobertura de Mulher Poder e Decisão (4,40%, contra 9,60%).

Em relação ao tipo de texto, a maior parte das notícias sobre Mulher e Trabalho é apresentada pelos veículos no formato de Reportagem: 81,30%. O dado não causa estranhamento, já que nesse tipo de texto acontece a produção por excelência do jornalismo³.

- O formato Nota (textos com até 500 caracteres) representa 5,60% do total de notícias publicadas.
- Artigos, entrevistas, cartas de leitor, editoriais e enquetes (os chamados espaços opinativos) respondem por 12,70% da cobertura. No tema Mulher, Poder e Decisão, esse percentual é de 21,40%.

TABELA 4 – TIPO DE TEXTO

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE TEXTO	%
Reportagem	81,30%
Artigo de opinião	7,10%
Nota	5,60%
Entrevista	4,00%
Editorial	0,70%
Carta do leitor	0,70%
Coluna social	0,20%
Coluna de consulta	0,20%
Enquete	0,20%
TOTAL	100%

³ Ricardo Kotscho diz que “enquanto houver repórteres dispostos a levar seu ofício até as últimas consequências, a reportagem sobreviverá” (Kotscho, 2009, p. 80).

A análise do tipo de texto e da seção onde as notícias sobre trabalho, na perspectiva da mulher, são publicadas indica que elas apresentam um perfil pouco opinativo. O tema Mulher, Poder e Decisão, entretanto, aparece de forma bem mais consolidada nos espaços de opinião, talvez por envolver mais diretamente a atividade política e os processos eleitorais. Especialistas e outros representantes da sociedade civil certamente teriam condições de colocar seus argumentos em artigos ou em entrevistas longas, com perguntas e respostas transcritas, aprofundando e incentivando a discussão.

Ao avançar na análise da produção das notícias, fica evidente que 61% das matérias com autoria identificada são assinadas por mulheres (o que corresponde 39,80% do total de textos analisados, como mostra a tabela abaixo). Esse dado, no entanto, deve ser analisado com cautela, tendo em vista que pode haver predomínio, em muitas redações, de profissionais mulheres. Números da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2008, realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mostram que as mulheres representam mais da metade (54,40%) dos jornalistas com emprego formal no país.

TABELA 5 – SEXO DO REDATOR DA MATÉRIA

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

SEXO DO REDATOR	%
Masculino	24,70%
Feminino	39,80%
Não foi possível identificar	0,40%
A matéria não é assinada	35,10%
TOTAL	100%

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Um dos aspectos abordados pela pesquisa realizada pela ANDI – Comunicação e Direitos, Instituto Patrícia Galvão e Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) é o foco institucional dos textos jornalísticos. Ou seja, é avaliado o enquadramento por meio do qual o tema Mulher e Trabalho é tratado, de modo a entender se a perspectiva de uma ou mais instituições da sociedade é privilegiada nas notícias.

Os jornalistas que cobrem o assunto Mulher e Trabalho priorizam o enquadramento temático (não há uma ação sendo descrita, e sim um debate de caráter mais geral) e individual (o foco está em uma história pessoal e familiar). O primeiro caso representa 39,40% dos textos, enquanto o segundo atinge 29,32%.

Já o poder público está presente no enquadramento de apenas 11,71% dos textos, sendo o Executivo (6,31%) e o Legislativo (4,20%) os mais recorrentes. O Judiciário e as instituições de segurança pública respondem, cada um, por 0,60% do foco da notícia. Não houve menções ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Esses números indicam que a discussão, sob o ponto de vista dos poderes públicos, está muito longe de garantir a atenção das redações. O debate, assim, pode terminar desvinculado das análises de políticas governamentais, ou seja, das ações e das responsabilidades do Estado. No entanto, é preciso ponderar que o enquadramento temático predominante na amostra pesquisada sugere leituras menos reducionistas. Textos com abordagem temática tratam a questão de modo geral, explorando diferentes pontos de vista e, eventualmente, também mencionando ações governamentais.

Por sua vez, a cobertura individualizada, focada em histórias de vida (sob a perspectiva das trajetórias e dos problemas profissionais), pode se limitar às mulheres descritas como excepcionais – que estariam acima de um padrão preestabelecido – e não avançar para o debate sobre os obstáculos que muitas trabalhadoras encontram na construção de suas carreiras. Uma discussão mais abrangente poderia estimular a sociedade a exigir do Estado e das empresas privadas correções ou novas abordagens para os problemas da mulher que trabalha.

Vale registrar que o setor privado está no enquadramento central de 15,92% das notícias – participação justificável pela importância do empresariado nas relações de trabalho e nos temas da área econômica. Já o percentual de foco na sociedade em geral (5,71%) se equipara ao encontrado em relação ao Poder Executivo – ocorrência bastante incomum no histórico das análises de mídia conduzidas pela ANDI, nas quais o Executivo é enfocado de forma bem mais frequente.

As matérias com enquadramento na sociedade citam demandas em geral, ou retratam grupos de mulheres que se reúnem para fazer pressão com vistas à aprovação de uma determinada lei ou medida. Trata-se, portanto, de uma cobertura que não se afasta do debate sobre políticas públicas, mas atende ao que seria um estágio primeiro da formulação dessas ações: a reivindicação popular. Isso pode ser considerado um ponto positivo no trabalho dos veículos de imprensa monitorados, já que há a preocupação, ainda que pequena (abaixo de 6%), em ouvir as insatisfações da sociedade.

A esse respeito, é válido notar que a partir dos anos 1980, de forma simultânea aos processos de redemocratização da América Latina, cresce o entendimento de que o Estado também deve contribuir para modificar padrões socioculturais e criar condições para uma igualdade real, efetiva e de oportunidades para as mulheres. Assim, a criação de organismos como a SPM tem sido uma constante nos vários países da região, como nos mostram diversos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). A conquista desses espaços nos governos é fruto da reivindicação dos movimentos feministas para que o poder público responda a novas necessidades, nascidas do questionamento da desigualdade entre mulheres e homens. “A cobrança para que o poder público atuasse para alterar as desigualdades sociais ganha, assim, o foco de um novo sujeito político e social, que demanda alteração das relações de poder e o acesso a direitos em suas dimensões social e política” (Godinho, 2003).

TABELA 6 – ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

ENQUADRAMENTO*	%
Temático	39,04%
Individual	24,32%
Poderes Públicos	11,71%
Poder público – Executivo	6,31%
Poder público – Legislativo	4,20%
Poder público – Judiciário	0,60%
Poder público – Segurança Pública	0,60%
Poder público – Ministério Público	0,00%
Poder público – Defensoria Pública	0,00%
Setor privado	15,92%
Sociedade em geral	5,71%
Terceiro setor	2,10%
Entidades de classe	0,90%
Não foi possível identificar	0,30%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, que totalizaram 117 textos.

Avaliando apenas os textos que tinham como foco o setor público, fica claro que a discussão também encontrou maior destaque nos debates de âmbito federal (74,36% das matérias) do que na esfera estadual/distrital. Esse dado pode ser reflexo das pautas sobre a extensão, para seis meses, da licença-maternidade (benefício que pode ser concedido em todo o País). A medida foi objeto de decreto federal publicado no período analisado, regulamentando a ampliação do recesso da trabalhadora.

TABELA 7 – NÍVEL DE GOVERNO

(% sobre o total de notícias com enquadramento no setor público, janeiro a dezembro de 2010)

NÍVEL DE GOVERNO*	%
Federal	74,36%
Estadual/Distrital	15,38%
Municipal	10,26%
Não está explícito/Não foi possível identificar	2,56%

* Percentual calculado com base no total de notícias com enquadramento no setor público, correspondente a 39 textos. A variável permitia marcação múltipla.

ÓTICA INVESTIGATIVA

Conforme destacado no capítulo sobre os Aspectos Conceituais e Metodológicos (ver página 15), a análise da ótica investigativa busca identificar textos que apresentem um bom grau de contextualização, levantando problemas e propondo possíveis causas e respostas. Os números coletados revelam que a maioria dos jornalistas que cobre o assunto ainda tem pela frente o desafio de apresentar uma leitura da realidade que avance para além da simples narrativa factual.

- De acordo com os dados, 11,11% dos textos que discutem o tema Mulher e Trabalho trazem denúncia.
- Outros 6,61% mencionam causas, enquanto 5,11% buscam discutir soluções para o problema noticiado.

TABELA 8 – DENÚNCIA

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

DENÚNCIA	%
Sim	11,11%
Não	88,89%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, que totalizaram 117 textos.

TABELA 9 – CAUSAS

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

CAUSAS	%
Sim	6,61%
Não	93,39%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, que totalizaram 117 textos.

TABELA 10 – BUSCA DE SOLUÇÕES

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

BUSCA DE SOLUÇÕES	%
Sim	5,11%
Não	94,89%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, que totalizaram 117 textos.

Estes índices não refletem a prática de um jornalismo propositivo em relação ao tema, quando pensamos no ponto de vista dos direitos das mulheres. É notável que a rotina das produções jornalísticas, sobretudo nos jornais diários, envolve limitado tempo para a apuração. O “enxugamento” das redações, com frequente demissão de profissionais e substituição de jornalistas experientes por recém-formados para contenção de custos em meio a crises das empresas do setor de mídia tende a precarizar ainda mais o complexo processo do *newsmaking*.

Esses fatores, portanto, colaboram para o cenário apresentado neste monitoramento, já que a produção de textos narrativos, centrados apenas na apresentação de situações, é mais simples do que a redação de matérias indutoras de debates.

No entanto, as más condições de trabalho não podem justificar uma ausência tão grande de contextualização, já que “fornecer informações às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se autogovernar” (Kovach e Rosenstiel, 2003) continua sendo percebido, pelos profissionais da área, pelas empresas e pela sociedade como um dos pilares do jornalismo. Por certo, não há como a imprensa desempenhar esse papel, apoiando seus leitores a desenvolver ferramentas para a vida em sociedade e para o jogo democrático, se a informação não for além da observação do cotidiano ou até mesmo do senso comum.

As mulheres não têm mais uma função acessória no mundo do trabalho. Ao não denunciar violações de direitos e discriminações e ao deixar de analisar as conquistas e os obstáculos observados, a mídia trata a condição da mulher trabalhadora como um aspecto que não merece entrar na agenda de prioridades do país – e, logo, não contribui para o avanço da igualdade entre os gêneros.

LEGISLAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICAS

É interessante observar que há uma clara preocupação dos jornalistas em referendar a discussão sobre Mulher e Trabalho sob a perspectiva da lei. Segundo os dados coletados, 15,02% dos textos mencionam alguma legislação – percentual bem acima do histórico das análises temáticas conduzidas pela ANDI⁴.

TABELA 11 – LEGISLAÇÃO

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

LEGISLAÇÃO	%
Sim	15,02%
Não	84,98%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, que totalizaram 117 textos.

A citação de leis reflete uma preocupação positiva da imprensa nacional, uma vez que aborda a questão dentro do campo dos direitos da mulher. Ainda assim, o tratamento dado às legislações precisa evoluir. Isso porque, de acordo com o levantamento, a maior parte das referências (70%) se concentra na lei sobre a ampliação da licença-maternidade (*leia o quadro abaixo*). Aparecem de maneira muito pontual – ou nem foram citadas – leis sobre os direitos das empregadas domésticas, e a legislação relativa à violência sexual contra mulheres e ao assédio moral ou sexual no trabalho, além das propostas que tratam da igualdade no mundo do trabalho, ainda em andamento no Congresso Nacional. As legislações em geral (Código Penal, Código Civil, Constituição Federal) foram citadas em 22,45% dos textos que mencionam alguma lei.

No que se refere à legislação específica sobre Mulher e Trabalho, muitas vezes percebe-se um descompasso entre o corpo de leis existentes e a vida laboral das empregadas. Não há ainda um quadro legislativo mais amplo que possa direcionar as relações de trabalho para a igualdade de gênero, tratando de temas já levantados aqui, como ausência das mulheres nos cargos de direção das empresas e diferenças salariais entre os gêneros. Essa discriminação no mercado de trabalho (e o acesso segmentado a mecanismos de proteção social) não é um problema que atinge apenas mulheres, individualmente, mas está também intrinsecamente ligado ao alto grau de desigualdade social do País.

⁴ Dados de 2007 demonstram que a menção a legislação na cobertura sobre infância no Brasil foi de apenas 1,97%. (Vivarta, 2009)

Há, portanto, uma necessidade de investimento por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na fiscalização trabalhista, ainda que se saiba que a discriminação não direta é de difícil identificação. Ao explorar o cenário legislativo atual, a imprensa pode ajudar a sociedade na percepção desses gargalos e na proposição de soluções e melhorias – tendo sempre em conta que a participação do Estado é fundamental para a implementação das ações.

Políticas públicas

As referências às políticas públicas ocupam apenas 7,51% dos textos investigados. Além disso, essas matérias também não vão muito além do programa Empresa Cidadã (mencionado em 80% delas) que, como já foi dito, foi amplamente debatido durante o período analisado.

TABELA 12 – POLÍTICAS PÚBLICAS

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

POLÍTICAS PÚBLICAS	%
Sim	7,51%
Não	92,49%
TOTAL	90,88%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, que totalizaram 117 textos.

TABELA 13 – ACORDOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

ACORDOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	%
Sim	0,90%
Não	99,10%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, que totalizaram 117 textos.

A pouca discussão sobre o tema nos textos observados contraria importante função social dos veículos de comunicação: monitorar a aplicação de investimentos públicos, acompanhando a implementação e a efetividade das medidas adotadas pelo governo.

O diagnóstico oferecido pela pesquisa nos leva a perguntar se a imprensa ainda trabalha com o pressuposto de que, nas relações de trabalho, o mercado deve ser o principal responsável por encontrar soluções para as desigualdades entre homens e mulheres – entendidas como distorções do

próprio sistema –, contudo, seriam necessários outros tipos de estudo para confirmar essa hipótese⁵.

Também é pequena a referência a acordos e convenções internacionais relacionadas à área: apenas 0,90% dos textos (o que equivale a apenas três casos) relacionaram a discussão à perspectiva do Direito Internacional. Há menções pontuais às Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com duas notícias, e à Declaração do Milênio/Metas do Milênio (uma notícia). Isso parece refletir a ausência de compreensão do papel que esse tipo de acordo representa, entre os esforços que o País faz no sentido de enfrentar as desigualdades.

PROGRAMA EMPRESA CIDADÃ

Criado com a lei 11.770 de setembro de 2008, o programa Empresa Cidadã estabelece que as pessoas jurídicas que prorrogarem a licença maternidade de suas empregadas, por 60 dias, recebam, em troca, benefícios fiscais.

A remuneração da funcionária paga no período de extensão do benefício é deduzida dos tributos devidos pelo empregador. A medida também é válida em casos de adoção.

Como a regulamentação dessa lei ocorreu no período de coleta das matérias analisadas (em 22 de janeiro de 2010), não surpreende que o assunto tenha tomado um espaço significativo na cobertura.



5 Uma política pública interessante, mas que poderia ter sido mais bem explorada pela imprensa, é o Programa Pró-Equidade de Gênero, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Lançado em 2005, o projeto concede o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça a empresas e organizações públicas e privadas que implementarem, em seu cotidiano, práticas de equidade em duas áreas: gestão de pessoas, como processos de recrutamento, capacitação e ascensão funcional, e cultura organizacional, como sensibilização de parceiros e combate ao assédio moral e sexual. O selo é válido por 12 meses e renovado anualmente. O objetivo do projeto, segundo a SPM, é, além de estimular medidas que promovam a igualdade de gênero, “reconhecer publicamente o compromisso das organizações com a equidade” e “construir um banco de boas práticas de gestão que possibilite a troca de experiências”.

INDICADORES ESTATÍSTICOS

Ao investigar a utilização de indicadores estatísticos nos textos analisados, é possível perceber que parte dos jornalistas que cobrem o tema está atenta à importância desse elemento para uma visão mais ampla do contexto noticiado. Os números levantados revelam que 34,23% das matérias trazem dados de pesquisas.

Entre as notícias que mencionam estatística, o IBGE (com 19,30%), outros órgãos governamentais e os institutos privados de pesquisa (ambos com 16,67%) figuram como as principais fontes. O IPEA e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – instituições que, tradicionalmente, pesquisam o tema Trabalho – aparecem de forma pouco expressiva (3,51% e 4,39%, respectivamente).

Esse dado chama atenção, já que, nos últimos seis anos, o IPEA tem apresentado análises com a preocupação de diagnosticar também a situação das mulheres. Entretanto, essa ausência pode ser justificada pelo fato de caber ao IBGE os créditos dessas informações, já que a entidade é responsável pela coleta e divulgação dos dados primários. O Ministério do Trabalho também não aparece, embora publique regularmente dados sobre emprego e desemprego do trabalho formal.

TABELA 14 – DADOS ESTATÍSTICOS

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

ESTATÍSTICAS	%
Sim	34,23%
Não	65,77%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, que totalizaram 117 textos.

Há também pouca referência a dados estatísticos formulados por organismos internacionais, o que permitiria comparações com a realidade de outros países. A OIT e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) são citados apenas em 1,75% e 0,88% dos textos, respectivamente, e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) não é sequer mencionada. No entanto, todas essas agências produzem análises com foco em gênero no mundo do trabalho. Vale notar que a XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, órgão subsidiário da Comissão, aconteceu no Brasil dentro do período de análise (julho), o que poderia ter impulsionado a divulgação de dados produzidos por esta instituição. Uma ressalva deve ser feita, porém: a decisão metodológica de operar uma classifi-

cação apenas parcial dos textos com enfoque internacional pode ter alterado esses resultados, além disso, é importante ter em perspectiva que se trata de uma pesquisa amostral.

Vale registrar, também, que não são mencionados indicadores de organizações como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem/ONU Mulheres), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

TABELA 15 – FONTES ESTATÍSTICAS

(% sobre o total de notícias que mencionam estatísticas, janeiro a dezembro de 2010)

FONTES ESTATÍSTICAS	%
IBGE	19,30%
Órgãos governamentais em geral	16,67%
Institutos privados de pesquisa	16,67%
Universidades	4,39%
Dieese	4,39%
IPEA	3,51%
Organizações do setor privado	3,51%
Organismos internacionais em geral	2,63%
OIT	1,75%
SPM	0,88%
Ministério do Trabalho	0,88%
Ministério Público	0,88%
PNUD	0,88%
ONGs	0,88%
Outros	22,81%
Não foi possível identificar	15,79%

* Percentual calculado com base no total de notícias que mencionam estatísticas, correspondente a 114 textos. A variável permitia marcação múltipla.

FONTES DE INFORMAÇÃO

A pluralidade das vozes ouvidas para a construção do texto jornalístico é um indicativo importante da qualidade da informação divulgada. Conforme destacado no capítulo sobre os Aspectos Conceituais e Metodológicos, a imprensa promove uma participação pública, crítica e consistente na medida em que se estabelece como fórum para a discussão ampla de importantes questões. Desse modo, o repórter, ao construir sua matéria, deveria consultar o maior número possível de fontes – atores que reflitam diferentes posições, ideologias e interesses presentes no tecido social.

A identificação das fontes de informação ouvidas é uma tendência observada na cobertura do tema Mulher e Trabalho: elas estão presentes em quase 90,69% das notícias. Vale ressaltar, contudo, que parte significativa desses textos (41,06%) conta com apenas uma fonte e que somente 4,30% trazem opiniões divergentes (bem abaixo do verificado para o tema Mulher, Poder e Decisão: 12,38%), o que não contribui para a disseminação de informação de maior qualidade, com contexto e debate.

TABELA 16 – FONTES OUVIDAS

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

FONTES OUVIDAS	%
Sim	90,69%
Não	9,31%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, que totalizaram 117 textos.

TABELA 17 – OPINIÕES DIVERGENTES

(% sobre o total de notícias que mencionam fontes, janeiro a dezembro de 2010)

OPINIÕES DIVERGENTES	%
Sim	4,30%
Não	54,64%
A matéria apresenta apenas uma fonte	41,06%
TOTAL	100%

* Percentual calculado com base no total de notícias que mencionam fontes, correspondente a 302 textos.

O monitoramento aponta ainda uma presença significativa de vozes femininas (média de 1,5 mulher ouvida por notícia analisada, ante 0,6 dos homens). Essas participações podem representar tanto a perspectiva das trabalhadoras que relatam suas trajetórias ou fazem reivindicações, quanto o parecer de especialistas no tema do trabalho. É um dado positivo no sentido de que os jornais monitorados parecem ouvir aquelas que de fato estão envolvidas com as questões apresentadas, ainda que tantas outras falas deixem de estar nos textos, conforme indica o percentual alto de matérias sem opiniões discordantes (95,70%).

TABELA 18 – MÉDIA DE FONTES OUVIDAS POR NOTÍCIA, SEGUNDO SEXO E TIPO DE JORNAL

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

SEXO DAS FONTES OUVIDAS	MÉDIA/NOTÍCIA
Femininas	1,5
Masculinas	0,6

* O cálculo exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, que totalizaram 117 textos.

TABELA 19 – TIPO DE FONTES OUVIDAS

(% sobre o total de notícias sobre as notícias que mencionam fontes, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE FONTES OUVIDAS	%
PODERES PÚBLICOS	23,84%
Executivo Federal	7,95%
Legislativo Federal	3,97%
Judiciário	1,66%
Executivo Estadual	1,66%
Legislativo Estadual ou Distrital	0,00%
Executivo Municipal	2,65%
Legislativo Municipal	0,00%
Defensorias	0,33%
Ministério Público	0,66%
Ministério da Saúde	0,33%
Ministério do Trabalho	0,33%
SEPPIR	0,33%
SPM	0,99%
Polícia (Militar ou civil)	2,98%
SOCIEDADE CIVIL	50,00%
Cidadãos comuns	38,41%
Fundações/Institutos	5,96%
Organizações da Sociedade Civil (nac/int)	5,63%
SETOR EMPRESARIAL	21,19%
Empresas	19,21%
Confederações de empregadores	1,99%
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	0,66%
OIT	0,33%
UNIFEM/ONU Mulheres	0,00%
UNFPA	0,00%
OMS	0,00%
Outros Organismos Internacionais	0,33%
ESPECIALISTAS/TÉCNICOS	28,15%
UNIVERSIDADE	7,28%
NÚCLEOS UNIVERSITÁRIOS DE ESTUDOS DE GÊNERO	0,99%
CENTRAIS SINDICAIS/SINDICATOS	3,64%
MÍDIA	6,29%
NÃO FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR	2,98%

* Percentual calculado com base no total de notícias que mencionam fontes, correspondente a 302 textos. A variável permitia marcação múltipla.

A análise dos principais atores consultados aponta que as cidadãs e os cidadãos comuns são os que mais aparecem: eles estão em 38,41% das matérias. Esses “personagens”, para usar o jargão jornalístico, relatam suas histórias, contam seus problemas ou dão opiniões sobre o assunto que rege a pauta. O número

elevado não é necessariamente um problema, já que é esperado que os jornalistas ouçam a população para construir relatos sobre o cotidiano. Além disso, a citação não é exclusiva; ou seja, um mesmo texto pode trazer vozes de diferentes setores ou organizações. No entanto, a sociedade civil organizada, formada por entidades que podem se posicionar em nome de um número maior de pessoas, só está presente como fonte de informação em 5,63% dos casos. Isso pode indicar que as redações estão deixando de ouvir atores com maior capacidade de incidência política, atendo-se a casos mais particulares.

O poder público é ouvido em 23,84% dos textos (ainda que apenas 7,51% das notícias abordem centralmente políticas públicas, como mostrado anteriormente). As fontes mais procuradas nas esferas governamentais estão no Executivo Federal (7,95%) e no Legislativo Federal (3,97%). É preciso notar, no entanto, que dois órgãos públicos essenciais no debate do tema aparecem muito pouco: o Ministério do Trabalho e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. É uma ausência importante, que empobrece as discussões, já que exclui da cobertura duas entidades cujas responsabilidades envolvem formulação de políticas e fiscalização. Já o setor empresarial – fundamental em debates econômicos – tem presença significativa, com 21,19%.

As vozes coletivas das mulheres e das trabalhadoras, representadas e atuantes nas centrais sindicais, quase não são ouvidas. Essas fontes não aparecem nem mesmo nas repercussões sobre o Programa Empresa Cidadã – as quais, conforme já assinalado, foram recorrentes nas matérias estudadas. Nesse contexto, vale assinalar que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) centra o debate sobre as questões relacionadas às mulheres em sua Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora, órgão que, em diversas ocasiões, criticou o que via como limitações do programa. Reproduzimos aqui, em parte, pronunciamento da secretaria sobre a questão, para exemplificar como a imprensa poderia ter ampliado e problematizado o debate, ao ouvir mais propostas e sugestões (Silva, 2001):

“Defendemos a ampliação de direitos para a classe trabalhadora, e neste sentido consideramos uma conquista a ampliação para seis meses da licença-maternidade. No entanto, questionamos alguns pontos deste Programa. A adesão ao Programa é facultativa, ficando a cargo das empresas esta decisão. Além disso, mantém a responsabilidade pelo cuidado com a criança recém-nascida apenas com as mulheres ao não ampliar os cinco dias de licença-paternidade e impossibilitar a utilização de creches durante o período da licença (...)”⁶

⁶ No link a seguir pode ser acessada uma apresentação mais ampla da posição da CUT: http://mulheresemmarcha.blogspot.com/2010_01_01_archive.html.

QUESTÕES ESPECÍFICAS SOBRE DESIGUALDADE

Certos estereótipos da imagem feminina parecem estar sendo abandonados pela imprensa nacional. Dos textos analisados, nenhum mostrou as mulheres como consumistas compulsivas, menos inteligentes e capazes que os homens ou nervosas e emocionalmente instáveis. No entanto, cerca de 21% das matérias associam a mulher à maternidade: esse resultado pode estar ligado ao espaço ocupado pelas notícias sobre a possibilidade de extensão da licença maternidade para seis meses, conforme já ressaltado neste documento, mas, ainda assim, é preciso destacar que essa representação aparece em quase um quarto dos textos.

Chama atenção, também, que 9,31% das matérias liguem os trabalhos domésticos à figura feminina. Isso tende a reforçar o papel socialmente imposto às mulheres, durante décadas, de que elas são responsáveis pelo cuidado da casa, conforme já foi argumentado neste capítulo. Ainda que em baixas proporções, persistem as representações da mulher ligadas a padrões de beleza e magreza (2,40%), como objeto sexual ou de desejo (1,20%), ou como sendo emotivas ou frágeis/vulneráveis (ambas com 1,20%).

Num cenário ideal, a imprensa já teria eliminado totalmente essas visões estereotipadas da cobertura, avançando para um cenário de valorização do tratamento igualitário entre os gêneros.

TABELA 20 - REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DA MULHER	%
Ligada à maternidade	21,02%
Ligada a trabalhos domésticos	9,31%
Ligada a padrões de beleza relacionados à magreza ou dietas	2,40%
Como objeto sexual ou de desejo	1,20%
Emotiva	1,20%
Frágil e vulnerável	1,20%
Nervosa e emocionalmente instável	0,00%
Consumista compulsiva	0,00%
Menos inteligente e capaz que os homens	0,00%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, que totalizaram 117 textos. A variável permitia marcação múltipla.

FOCO NO TRABALHO DAS MULHERES

Em relação ao foco central da notícia, o noticiário que trata do assunto Mulher e Trabalho costuma dar visibilidade a trajetórias profissionais, dado computado em 28,54% dos textos: 18,94% falam de histórias de trabalhadoras em geral e 9,60% tratam de esportistas e personagens da área cultural. São notícias que mostram mulheres de destaque em seus ramos de atuação, cujas trajetórias estão ligadas ao gênero: ou seja, o fato de ser mulher criou obstáculos a serem vencidos ou, ao contrário, abriu oportunidades de atuação.

A razão para esse cenário pode estar na “personificação”, recurso muito usado na produção jornalística. O repórter entende que seu leitor tem curiosidade em conhecer histórias humanas interessantes – não apenas quando são casos excepcionais, mas também (e principalmente) quando refletem sua realidade pessoal. No entanto, para a discussão ampla e contextualizada das questões do mundo do trabalho, é preciso que o jornalista busque expandir os casos narrados, trazendo a campo, sobretudo, propostas de políticas públicas e legislações que possam minimizar os obstáculos apresentados ou expandir as boas ideias relatadas. Esses dados, no entanto, nem sempre estão presentes nos textos analisados, como visto anteriormente.

TABELA 21 - FOCO CENTRAL DA NOTÍCIA

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

FOCO CENTRAL DA DISCUSSÃO SOBRE TRABALHO	%
Trajetórias profissionais	28,54%
Trajetórias profissionais em geral	18,94%
Trajetórias profissionais de esportistas e profissionais da área cultural	9,60%
Mercado de trabalho	24,94%
Tipificação de tarefas femininas e masculinas	10,86%
Licença maternidade	10,10%
Direito ao trabalho (legislação etc.)	3,03%
Trabalho doméstico remunerado	2,78%
Divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres	2,27%
Assédio moral e/ou sexual no ambiente de trabalho	1,77%
Ações desenvolvidas por empresas	1,52%
Trabalho doméstico não remunerado	1,26%
Greves e reivindicações	0,76%
Discriminação no ambiente de trabalho	0,76%
Creches nos espaços de trabalho	0,25%
Outro	11,62%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 54 textos.

O mercado de trabalho é foco central de 24,94% do material. Em complemento a esse assunto, a tipificação das tarefas femininas e masculinas (discussões sobre atividades tradicionalmente associadas a homens e mulheres) aparece com 10,86%. Esse número é bastante positivo já que, como ressaltado anteriormente, há certa naturalização da ideia de que cabem às mulheres trabalhos relacionados ao papel de “cuidadoras”, como empregadas domésticas ou secretárias, enquanto os homens devem se dedicar a atividades de liderança. Produzir matérias sobre esse assunto pode ajudar diretamente a sociedade a rever esse conceito.

A licença-maternidade aparece em 40 textos (10,10%), fato justificado, conforme já demonstrado, pelo debate em torno da regulação de lei que estende em dois meses o prazo do benefício. Nessa área, vale ressaltar que a existência de creches no local de trabalho não é abordada centralmente pela imprensa escrita quando cobre as temáticas da agenda Mulher e Trabalho.

No que se refere à menção aos cargos ocupados pelas mulheres (conforme Tabela 22), a análise detecta que a mídia tende a retratar mais profissionais em posições de chefia (ou cargo mais importante do órgão ou da empresa) – presentes em 23,48% do noticiário –, o que pode estar ligado ao predomínio de histórias de superação profissional. Outros 8,84% dos textos fazem referência a postos executivos ou de supervisão. As empregadas domésticas aparecem com menor destaque, apesar da precariedade desse tipo de trabalho: apenas 4,29% das notícias mencionam a função remunerada e 3,54% falam da não-remunerada. Entretanto, mais de um terço (36,36%) das notícias não mencionam cargo algum, o que tende a reforçar a imagem da mulher como trabalhadora de segunda categoria, que não ocupa função de importância dentro das empresas.

TABELA 22 – CARGO OCUPADO

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

CARGO OU FUNÇÃO	%
Chefia (ou cargo mais importante do órgão/empresa)	23,48%
Cargo executivo ou de supervisão	8,84%
Cargos técnicos	5,30%
Autônoma	4,29%
Trabalhadora doméstica remunerada	4,29%
Trabalhadora doméstica não remunerada (dona de casa)	3,54%
Cargos de assistentes	3,28%
Voluntárias	1,01%
Outra	11,62%
Não foi possível identificar	5,30%
Não há mulheres associadas a um cargo ou função específica	36,36%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 54 textos.

O trabalho doméstico fora da pauta

A lei brasileira define o trabalho doméstico como aquele realizado por pessoa “maior de 16 anos, que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”. Os empregadores são pessoas físicas e não empresas como nas demais formas de assalariamento. No Brasil, são cerca de oito milhões de mulheres no trabalho doméstico.

Atualmente, essa categoria tem direitos trabalhistas diferentes de todas as outras. O Artigo 7º da Constituição Federal brasileira expressa essa diferenciação: dos 34 direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais, apenas nove foram estendidos também aos domésticos⁷. A OIT, no entanto, aprovou, em junho de 2011, Convenção que visa a ampliar as condições de trabalho do empregado doméstico. Os países que a ratificarem terão de garantir que essa categoria profissional tenha direitos similares aos de outros grupos de trabalhadores, como jornada de trabalho regulada, descanso semanal de pelo menos 24 horas e informações claras sobre os termos e condições de emprego. O Brasil, segundo já assinalou o Ministério do Trabalho e Emprego, deve ratificar a convenção.

A recomendação vem ao encontro da percepção de que o emprego doméstico é, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, “uma das ocupações com pior qualidade de trabalho: extensas jornadas, baixas remunerações, escassa cobertura de proteção social e um alto nível de descumprimento das normas do trabalho” (OIT, 2010). Diante de um contexto tão problemático, é difícil entender porque o tema acaba ocupando tão pouco espaço na imprensa. Nos textos coletados, apenas 2,78% do total apresentam o trabalho doméstico remunerado como foco central da discussão, conforme evidenciado pela Tabela 21 (veja na *pág. 126*).

⁷ Os direitos das trabalhadoras domésticas são:

- a) salário mínimo, fixado em lei e nacionalmente unificado, capaz de atender suas necessidades vitais básicas e às de sua família, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo;
- b) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- c) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- d) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- e) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- f) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- g) licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
- h) aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de no mínimo trinta dias, nos termos da lei;
- i) aposentadoria.

Embora a Constituição tenha garantido esses direitos, outros ainda ficaram excluídos, como a proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, com indenização compensatória, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em caráter compulsório, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, salário-família, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turno ininterrupto e remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (OIT, 2009).

Analisando ainda a cobertura sobre as tarefas domésticas no âmbito familiar (sem remuneração), nota-se que as matérias não têm a preocupação de falar sobre a responsabilidade masculina nessas atividades, o que corrobora a ideia de que esse é um trabalho tradicionalmente feminino. Apenas 16,67% dos textos mencionam obrigações domésticas, sendo que mais da metade deles (10,10% do total) não faz qualquer referência ao envolvimento dos homens. Veja os dados:

- A participação masculina aparece como forma de “ajuda” em 4,04% dos casos;
- A divisão de tarefas de forma igualitária é apresentada em apenas 1,77% das notícias analisadas; e
- O homem quase não aparece como principal responsável por trabalhos domésticos (somente 0,76% dos textos).

TABELA 23 – NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO MASCULINA NOS TRABALHOS DOMÉSTICOS
(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

PARTICIPAÇÃO MASCULINA	%
Sim, como “ajuda”	4,04%
Sim, em nível de igualdade	1,77%
Sim, como principal responsável	0,76%
Não menciona a participação masculina	10,10%
A matéria não faz menção ao trabalho doméstico	83,33%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 54 textos.

Outras questões sobre a desigualdade

Duas situações relacionadas ao mercado de trabalho ganharam pouco espaço nos jornais, apesar de sua interferência direta nas condições de vida da mulher profissional: a dupla jornada (trabalho remunerado dividido com tarefas de casa) e a chefia da família.

Como já observado nesta pesquisa, o acúmulo de atividades costuma ser uma realidade feminina, em razão da divisão culturalmente sedimentada de que cabe à mulher o zelo pelo lar e pela família. Assim, as trabalhadoras ficam submetidas a rotinas duras e, em alguns casos, não podem se dedicar ao trabalho da forma considerada adequada, o que termina por justificar sua menor ascensão a cargos de chefia. No entanto, o tema não aparece, mesmo que de forma lateral em 83,59% dos textos. As poucas matérias que tratam da questão assumem um viés que acentua a visão naturalizada pela sociedade, de que a casa é responsabilidade da mulher.

- Dos 60 textos (15,15%) que falam da mulher envolvida em dupla jornada, apenas um (0,25%) mostra os homens nessa situação. O assunto é associado a ambos os sexos só em quatro casos (1,01%).

TABELA 24 - DUPLA JORNADA

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

DUPLA JORNADA	%
Feminina	15,15%
Masculina	0,25%
Ambas	1,01%
Não menciona dupla jornada	83,59%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 54 textos.

Discussões sobre a chefia da família estão ausentes em quase 96% das matérias analisadas – e, quando aparecem, tratam da mulher como provedora: 17 notícias (4,29%), contra uma (0,25%) dos homens. Não há menção a casos em que o casal compartilha a figura de chefe. Se o tema fosse mais explorado, poderia mostrar que uma série de violações de direitos, como violência doméstica e o não pagamento de pensões alimentícias, faz com que mulheres tenham de sustentar seus filhos sozinhas, às vezes, trabalhando em mais de um emprego.

TABELA 25 – CHEFIA DE FAMÍLIA

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

CHEFES DE FAMÍLIA	%
Homem	4,29%
Mulher	0,25%
Ambos	0,00%
Não faz menção a chefia de família	95,45%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 54 textos.

Vale lembrar ainda que o filtro estabelecido para a seleção de notícias ajuda a explicar as diferenças nos percentuais encontrados entre homens e mulheres nestes dois casos específicos. Para a presente pesquisa, foram consideradas apenas notícias que enfatizam aspectos característicos da condição e da atuação feminina em relação ao trabalho. O que se pode dizer, portanto, é que, nesse contexto, a divisão igualitária das responsabilidades domésticas, seja a chefia da família sejam as tarefas do cotidiano, é pouco discutida pela imprensa.

Outro ponto que merece ser destacado é a falta de debates sobre a desigualdade salarial: mais de 90% dos textos não têm o tema como pauta. A razão para o debate urgente dessa questão está nos números: a renda laboral das mulheres equivale a 70% da renda dos homens. E, nos últimos dez anos, as disparidades pouco se reduziram, mesmo com as grandes alterações que ocorreram no mercado de trabalho – principalmente após 2003, com a recuperação do poder aquisitivo dos salários e o aumento do número de empregos, em particular, os empregos formais.

TABELA 26 - IGUALDADE SALARIAL

(% sobre o total de notícias sobre Mulher e Trabalho, janeiro a dezembro de 2010)

IGUALDADE/DESIGUALDADE SALARIAL	N	%
Sim	27	9,09%
Não	297	90,91%
TOTAL	324	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 54 textos.

COMENTÁRIOS FINAIS

Há mais de duas décadas, economistas e estudiosos vêm destacando o significado do aumento maciço e acelerado da participação das mulheres no mercado de trabalho (Nações Unidas, 2005). Na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizado em Pequim (China), no ano de 1995, os atores presentes, entre eles chefes de governo e seus representantes, reconheceram que as mulheres contribuem decisivamente para a economia e para a luta contra a pobreza, “seja com o trabalho remunerado ou com as tarefas não remuneradas que desempenham no lar, na comunidade ou no lugar de trabalho”.

Em vez de debater os fatores que auxiliam ou dificultam esse crescimento da mulher no mercado laboral, a cobertura sobre trabalho e gênero, segundo a amostra analisada neste documento, tende a se deter ao factual e à narração de situações. Em cerca de 90% do material encontrado, não havia discussões sobre denúncias, causas ou soluções de problemas. E a discussão de políticas públicas está ausente em aproximadamente 93% das matérias.

Esses tipos de pauta são de importância vital para o País, pois refletem o efetivo empenho, por parte da imprensa, em fiscalizar e cobrar medidas do poder público, estimular a continuidade de boas práticas e apontar irregularidades a serem sanadas. Esse quadro é agravado pelo persistente desencontro

entre as políticas públicas do País e as necessidades das mulheres, embora recentemente tenha ocorrido um avanço, com a maior integração de organismos destinados a implementar e coordenar propostas dessa natureza na estrutura do Estado brasileiro.

Entre os temas que ainda precisam ser objeto de ações mais contundentes do poder público estão a forma natural com que a sociedade aceita a responsabilização da mulher por tarefas domésticas; a desigualdade salarial, que faz com que elas ganhem menos que os homens, mesmo quando têm mais anos de estudo; e a predominância das mulheres em trabalhos precários (não-remunerados ou informais). Como tais assuntos não aparecem com suficiente densidade nas páginas dos jornais monitorados, conclui-se que a falta de pressão da imprensa colabora para que tampouco alcancem o topo das prioridades governamentais. A ausência dessas pautas também esvazia e elimina o escopo de debate público em torno da temática, pois a população não se sente estimulada a refletir sobre esses problemas e a exigir soluções.

Há, no entanto, indicadores positivos, que devem ser ressaltados, porque mostram elementos de progresso na contextualização das pautas: 15% do noticiário cita a legislação referente ao tema e 34% usa dados estatísticos; e o poder público foi ouvido em cerca de 24% dos casos. São números que podem evoluir, mas certamente registram a incorporação de aspectos relevantes à cobertura cotidiana do tema. Outro ponto de relevo é certa predominância da cobertura temática (cerca de 39%), que tenta abordar as questões da mulher no trabalho em aspectos mais gerais. Ou seja, não são textos que se fixam em casos específicos, mas falam de questões amplas, que podem afetar muitas mulheres e, assim, enriquecem o debate social.

O fato de que em quase 91% da amostra foram ouvidas fontes para a produção da matéria também merece destaque, ainda que com a importante ressalva de que, em 41% dos textos, apenas um ator social foi consultado. No entanto, esses dados podem estar ligados não apenas à deficiência da imprensa, mas, também, à falta de estrutura organizacional de instituições fundamentais para a promoção da equidade de gênero. Universidades, organizações da sociedade civil, órgãos de cooperação internacional, o poder executivo e os conselhos de políticas públicas e de direitos, por exemplo, nem sempre estão dispostos a cooperar com a imprensa (compreendendo, por exemplo, que os prazos apertados são inerentes ao processo diário de produção jornalística). Isso ajuda a explicar porque os mesmos acadêmicos ou porta-vozes de entidades aparecem repetidas vezes nas páginas dos jornais brasileiros. São atores que, em geral, en-

tendem o papel estratégico da comunicação e desenvolvem atividades ou têm posturas que facilitam o contato com os jornalistas.

A ainda precária obtenção de informações públicas no Brasil é outro complicador. O Projeto de Lei de Acesso a Informação (PLC 41/2010), que tende a garantir mais transparência na divulgação desses dados, está em tramitação no Congresso Nacional. Por hora, a imprensa tem de enfrentar obstáculos para conseguir algumas informações de que necessita ou contar com a “boa vontade” de alguns agentes públicos, que se dispõem a disseminar certos documentos e estatísticas.

Por fim, vale ressaltar que as mulheres têm se organizado e mostrado a necessidade da construção de uma nova ordem de gênero, baseada na equidade e que enfrentam também os preconceitos de raça e etnia, como parte substantiva dos esforços por uma ordem social mais plural e democrática. Nesse contexto, é importante reconhecer que o progresso no mercado de trabalho vem ocorrendo, ainda que de forma mais lenta que a desejada – posto que o cuidado dos filhos, de outros membros da família, dos doentes e dos idosos é, ainda, uma responsabilidade que recai desproporcionalmente sobre as mulheres.

Não há uma solução única que possa destruir esses obstáculos e fazer com que o mercado de trabalho passe a oferecer, de forma integral, oportunidades iguais de desenvolvimento para homens e mulheres. Mas, a imprensa é um ator importante nessa trajetória de mudança, estimulando a troca de ideias, informando a população sobre seus direitos e sobre as questões importantes da realidade nacional e sensibilizando agentes públicos a tomar medidas para a equidade de gênero. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís (2007). “A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?” Tese de Doutorado em Sociologia, USP, mimeo.

ARAÚJO, Clara; GUEDES, Moema (2010). “Igualdade de oportunidades: a distância entre proposições e ações”. In: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

ARRIAGADA, Irma (2007). “Gestión y financiamiento de las políticas que afectan a las familias”. In: *Serie Seminarios y conferencias*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), n. 49 (LC/L.2648-P/E).

BANDEIRA, Lourdes Maria; MELO, Hildete Pereira de; PINHEIRO, Luana Simões (2009). “Mulheres em dados: o que informa a PNAD/IBGE, 2008”. In: *Edição especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

DEDECCA, Cláudio (2005). “O trabalho da mulher e sua contribuição para a renda da família”. Brasília: UNIFEM.

GODINHO, Tatau (2008). “Estado, desigualdades e relações sociais de sexo”. Trabalho apresentado na 32ª edição da ANPOCS. Caxambu, MG.

HIRATA, Helena (2010). “Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia”. In: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

IBGE (2010). “O sistema de indicadores sociais, em 2010, com dados da PNAD de 2009”. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), n. 27. Rio de Janeiro.

IPEA (2009). “Comunicado da Presidência”. Brasília: IPEA, n. 31.

KOTSCHO, Ricardo (2009). “A prática da reportagem”. São Paulo: Ática.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom (2003). “Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir”. São Paulo: Geração Editorial.

NAÇÕES UNIDAS (1995). IV Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Beijing.

OIT (2009). “Mais trabalho decente para trabalhadoras e trabalhadores domésticos no Brasil”. Brasília.

PALMER, Ingrid (1992). “Gender equity and economic efficiency in adjustment of programmes”. In: *Women and adjustment policies in the Third World*. H. Afshar y C. Denis (eds.), Basingstoke, Macmillan.

PICCHIO, Antonella (2001). “Un enfoque macroeconómico ‘ampliado’ de las condiciones de vida. Documento apresentado na oficina internacional Contas nacionais de saúde e gênero”. Santiago de Chile: Organización Panamericana de la Salud (OPS)/Fondo Nacional de Salud (FONASA).

PROYECTO DE MONITOREO GLOBAL DE MEDIOS (2010). “Quien figura en las noticias. Informe 2010”. Disponível em: www.genderit.org/sites/default/upload/Informe_GMMP_2010.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2011.

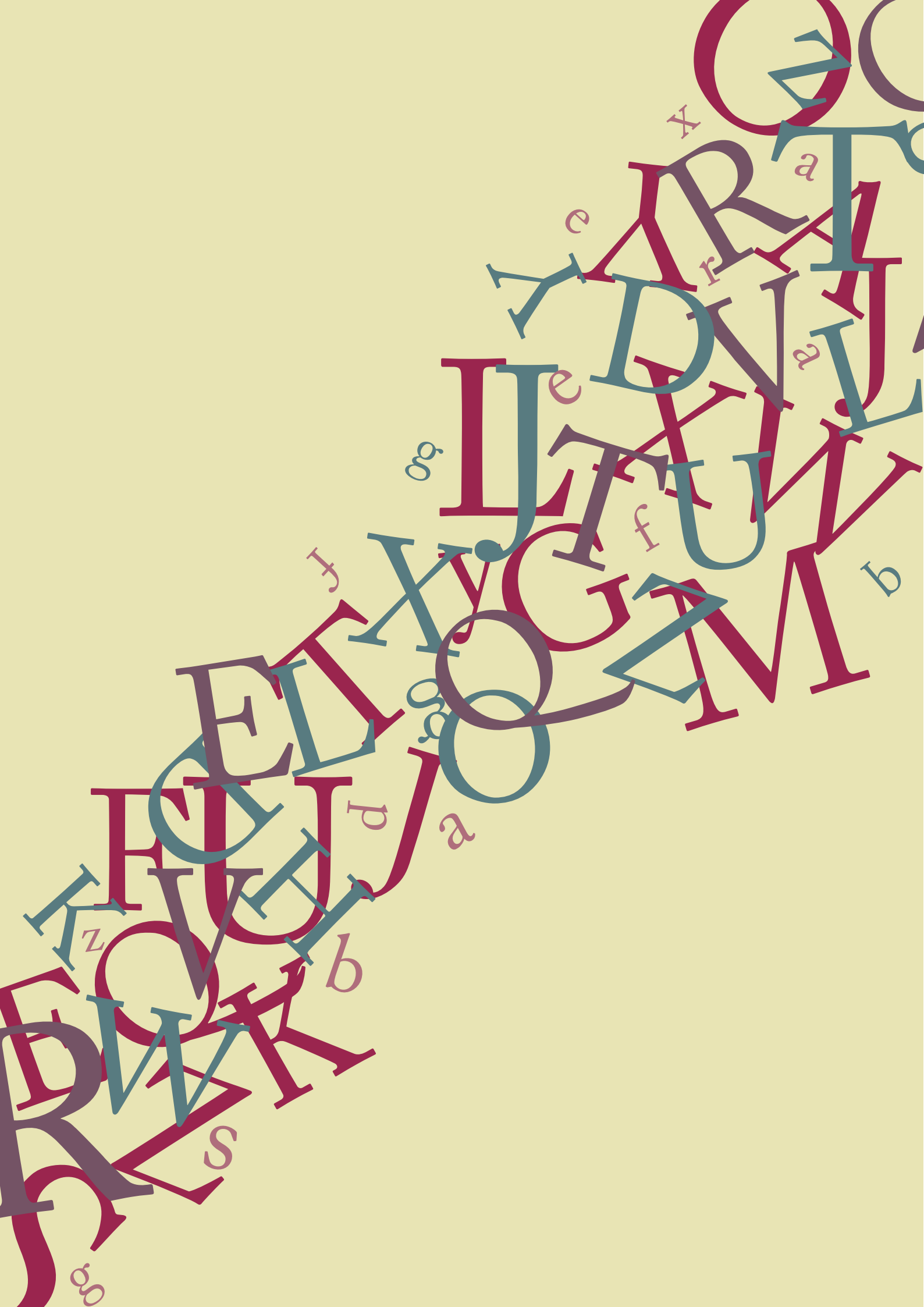
RODRIGUES, Almira; RAMALHO, Iaris (2010). “Legislação sobre trabalho e gênero – período 1988-2010”. In: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

SILVA, Rosane (2001). "Mobilização garante regulamentação do Programa Empresa Cidadã". Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: http://mulheresemmarcha.blogspot.com/2010_01_01_archive.html. Acesso em 15 de março de 2011.

SOARES, Vera (2003). "A longa caminhada: a construção de políticas públicas para a igualdade entre homens e mulheres". In: BITTAR, J. (org.). *Governos estaduais: desafios e avanços*. São Paulo: Perseu Abramo.

SOARES, Vera (2010). "Práticas discriminatórias e segregação no mercado de trabalho". In: *Igualdade de remuneração entre homens e mulheres - experiências e desafios*. São Paulo: CUT e FES.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Daniele Carusi (2007). "Políticas e práticas de conciliação entre trabalho e família, no Brasil". In: *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: 37, n. 132.





ANÁLISE DA COBERTURA DA IMPRENSA sobre Mulheres na Política e Espaços de Poder

Albertina de Oliveira Costa* e Jacira Vieira de Melo**

*Socióloga, pesquisadora sênior da Fundação Carlos Chagas (FCC/SP) e editora executiva da revista Cadernos de Pesquisa, da FCC. Foi por vários anos integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Sua principal área de atuação são os estudos de Gênero, com interesse nos temas: movimentos sociais, políticas públicas, direitos humanos e direitos das mulheres. Atualmente, é presidenta do Conselho Deliberativo do Instituto Patrícia Galvão – Comunicação e Mídia.

**Especialista em comunicação social e política na perspectiva de gênero e raça. Graduiu-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo e fez mestrado em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da USP. Como diretora de vídeo e TV, dirigiu mais de 40 produções, tendo produzido em 1986 a série “Feminino Plural” para a TV Cultura e a rede de TVs educativas. Entre 1995 e 2001 foi coordenadora de comunicação da Rede Nacional Feminista de Saúde. Na década de 1990, foi bolsista da Fundação Carlos Chagas e da Fundação MacArthur, com pesquisas sobre comunicação, mídia e direitos das mulheres. É empreendedora social da Rede Mundial Ashoka. Atualmente, é diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão – Comunicação e Mídia.

MULHERES NA POLÍTICA E EM ESPAÇOS DE PODER

2010: um ano excepcionalmente singular

O Brasil ocupa uma posição vergonhosa no *ranking* mundial relativo à participação de mulheres no Parlamento, figurando em 112º lugar, com apenas 8,80% de presença feminina. Embora as mulheres representem mais da metade da população brasileira e do eleitorado, elas não chegam a 20% nos cargos de maior nível hierárquico no Parlamento, nos governos municipais e estaduais e nos cargos de primeiro escalão¹.

As eleições presidenciais de 2010 apresentaram, portanto, a singularidade – ou “anomalia” – de contar com duas mulheres em posição de destaque na disputa pelo cargo. Essa novidade por si só justifica amplamente o interesse jornalístico mais vivo pelo tema Mulheres na Política.

Outra “anomalia” vem corroborar esse interesse: no quadro internacional, o Brasil está na retaguarda no que concerne à participação feminina em postos de decisão, posicionamento pouco compatível com o já alcançado pelo País em outras áreas. Fato que, isolado, não atrairia atenção da mídia, a sub-representação feminina na esfera política, que pouco mobilizou debates na última década, no ano de 2010 ganhou destaque por seu caráter de contraste e mesmo de contradição com a forte probabilidade de eleição, pela primeira vez na história do País, de uma mulher para o cargo de presidente da República.

No entanto, o presente estudo revela que, ao cobrir o tema da sub-representação política das mulheres no Brasil, a imprensa raramente dirige seu olhar para a questão dos partidos, por exemplo. Do ponto de vista eleitoral, seria possível imaginar diferentes ganchos para trabalhar pautas jornalísticas de interesse público junto à área, tais como:

- Qual a engenharia adotada pelos partidos com vistas à disputa eleitoral de 2010 e à definição de suas candidaturas proporcionais, considerando a determinação vigente para o preenchimento mínimo de 30% para cada sexo?
- Como explicar o paradoxo na participação político-partidária feminina, com a maioria dos partidos contando com um percentual elevado de mu-

¹ Fontes: IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf e www.maismulheresnopoloderbrasil.com.br, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral. Acesso em 20 de julho de 2011.

lheres no total de filiados e, ao mesmo tempo, com uma presença mínima de mulheres na direção partidária?

- Quais são as políticas partidárias de promoção da participação feminina no jogo eleitoral?
- Quais são os estímulos ou desestímulos para que as mulheres entrem na disputa eleitoral?
- Como as direções partidárias reagem aos números do demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, que indicam que, no ritmo atual, as mulheres brasileiras levariam 207 anos para alcançar presença em número igualitário nos legislativos?

A sub-representação feminina

Os dados estatísticos referentes à participação da mulher na política e nos espaços de poder são contundentes por si só, e se mostram essenciais para uma compreensão mais ampla do problema. Basta olhar algumas séries históricas de fontes diversas para verificar que o incremento da participação feminina tem ocorrido de forma lenta.

O que se verifica, portanto, é que o Brasil – na contramão do consenso internacional de buscar a equidade de gênero na esfera pública – não tem se preocupado em implementar medidas que corrijam esta distorção, considerada um sintoma de déficit democrático.

Assim, o foco midiático na pauta sobre Mulheres na Política quase sempre justifica-se, no Brasil e no mundo, por sua excepcionalidade. Como as mulheres têm, via de regra, sido excluídas da esfera pública, o acesso a cargos de poder político aparece como conquista, como outrora foi o acesso ao ensino superior e a profissões tidas como essencialmente masculinas. Desse modo, as pioneiras são mencionadas pela imprensa como: a primeira prefeita, governadora, senadora, ministra do Supremo Tribunal Federal, superintendente da Receita Federal, e assim por diante.

INVESTIGANDO COMO AS REDAÇÕES TRATAM O TEMA

Uma pauta presente em todos os veículos pesquisados

Os jornais impressos brasileiros publicaram 425 notícias sobre o tema Mulheres na Política nos 84 dias do ano de 2010 selecionados para análise pela ANDI e pelo Instituto Patrícia Galvão, conforme destacado no capítulo sobre os Aspectos Conceituais e Metodológicos. Cada um dos 16 diários avaliados para o presente estudo publicou, em média, portanto, 26,5 textos sobre o assunto no âmbito do conjunto amostral monitorado.

- O levantamento aponta que esse debate está mais presente nos jornais de circulação nacional. Juntos, *Correio Braziliense/DF*, *Folha de S.Paulo/SP*, *O Estado de S.Paulo/SP*, *O Globo/RJ* e *Valor Econômico/SP* respondem por 43,50% da cobertura.

O principal fator que contribuiu para um olhar mais atento da mídia impressa para o tema Mulheres na Política e em Espaços de Poder foi, como já observamos, a presença de duas candidatas com densidade política e com forte expressão eleitoral na campanha presidencial de 2010. Aqui é preciso ainda ter em perspectiva que a eleição presidencial esteve em primeiro plano na cobertura política dos jornais, tanto nos de circulação nacional como nos de veiculação regional e local.

- Dentre os 11 veículos de circulação regional analisados, destaca-se o desempenho dos diários da região Sul, especialmente o noticiário do *Zero Hora/RS* – responsável por 9,90% dos textos publicados em todo o país.
- Em posição intermediária estão os veículos das regiões Norte e Nordeste, que no histórico de análises de mídia realizadas pela ANDI sobre outros temas apresentam as menores médias de número de notícias.
- Os veículos das regiões Centro-Oeste e Sudeste que não estão alocados na categoria “abrangência nacional” possuem o menor número de notícias veiculadas sobre o tema.

Por outro lado, devemos levar em consideração que a região Sudeste concentra as sedes de três jornais de circulação nacional, e que na região Centro-Oeste está a redação do jornal *Correio Braziliense*, com significativa influência em Brasília, centro do poder político do País.

Conforme apontado no capítulo sobre Metodologia, diversos estudos identificam os jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e *O Globo* como im-

portante referência diária para os diferentes veículos de mídia e para o debate público no País, em especial, no que se refere aos processos de definição da agenda política. A cobertura destes jornais é referência para a construção das pautas nas redações de tevê, rádio e sites noticiosos de todo o Brasil.

Pelo ineditismo de nosso estudo, não é possível estabelecer comparação com períodos anteriores. Contudo, a presente pesquisa já permite observar e avaliar as ênfases e o volume da cobertura sobre as Mulheres na Política no ano eleitoral de 2010.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE NOTÍCIAS POR JORNAL

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

JORNAL	%
JORNAIS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL	43,50%
Folha de S. Paulo/SP	11,80%
Correio Braziliense/DF	9,40%
O Estado de S.Paulo/SP	8,90%
O Globo/RJ	8,70%
Valor Econômico/SP	4,70%
JORNAIS REGIONAIS	56,50%
SUL	15,30%
Zero Hora/RS	9,90%
Gazeta do Povo/PR	5,40%
SUDESTE	7,60%
A Gazeta/ES	4,50%
Hoje em Dia/MG	3,10%
NORTE	10,10%
A Crítica/AM	6,10%
O Liberal/PA	4,00%
NORDESTE	16,00%
Diário de Pernambuco/PE	6,40%
O Povo/CE	6,10%
A Tarde/BA	3,50%
CENTRO-OESTE	7,50%
O Popular/GO	4,20%
Folha do Povo/MS	3,30%
TOTAL	100%

Dentre os veículos de abrangência nacional, destacam-se na cobertura sobre Mulheres na Política a *Folha de S.Paulo* e o *Correio Braziliense*. Ao mesmo tempo, chama atenção a menor participação de *O Estado de S.Paulo* e *O Globo*, por se tratarem de diários que dispõem de robustas editorias com foco na política, contando, inclusive, com sucursais bem equipadas em Brasília.

Mesmo considerando que a análise da cobertura do *Valor Econômico*, por sua vocação específica, não deve ser comparada com outros jornais não especializados, é interessante notar que o “sisudo” (segundo Alberto Dines/Observatório da Imprensa) diário se destaca, entre os veículos de circulação nacional, como aquele que menos publicou notícias sobre a agenda de Mulheres na Política.

O que chama atenção é que o *Valor* visa um público diferenciado, altamente escolarizado e informado (em geral, leitores de mais de um jornal), que inclui gestores, tomadores de decisão e formadores de opinião – e no qual provavelmente estão inseridas justamente as poucas mulheres que ascenderam a postos de chefia e decisão. Aparentemente, é um contra-senso que ao público mais exigente sejam oferecidas menos informações sobre o tema em questão.

A COBERTURA SOBRE MULHERES NA POLÍTICA INTEGRA TODAS AS EDITORIAS NOBRES VOLTADAS AO DEBATE POLÍTICO

No que se refere aos espaços ocupados pelo tema nos veículos impressos, a pesquisa aponta, como esperado, que o debate sobre Mulheres na Política está presente com maior intensidade nas editorias de Política e Nacional/Brasil. A seção de Política se sobressai com 35,30% da cobertura entre os veículos pesquisados. As seções Nacional/Brasil e suplementos especiais respondem por 13,90% e 11,10%, respectivamente.

O estudo revela, ainda, uma importante presença do assunto nas páginas de Opinião: 9,60% dos textos estudados ocupam essa área nobre dos veículos, dedicada ao debate de questões de interesse público.

- 16,60% das notícias estão distribuídas nas páginas de Cidade/local, Sociedade, Cultura/artes/espetáculos, e Economia/negócios. A presença nesses espaços é importante para uma discussão sobre o tema de maneira mais transversal.
- O debate também aparece de maneira consistente na seção de assuntos internacionais: 9,40% do total de notícias sobre o tema foram publicadas nas editorias de Internacional/mundo. Como esperado, esses textos abordam majoritariamente (64,50% dos casos) questões relativas a mulheres em espaços de poder e decisão fora do País.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DE NOTÍCIAS POR EDITORIA

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

EDITORIA	%
Política	35,30%
Nacional/Brasil	13,90%
Suplementos especiais	11,10%
Opinião	9,60%
Internacional/Mundo	9,40%
Cidade/local	7,50%
Cultura/artes/espetáculos	4,20%
Sociedade	3,50%
Economia/negócios	1,40%
Outra	3,30%
Não foi possível identificar	0,70%
TOTAL	100%

Ainda sobre o lugar ocupado pelas notícias sobre as Mulheres na Política em cada jornal, vale notar que 8,50% delas foram destacadas em chamadas de capa – espaços de valorização da notícia.

FORMATO DA NOTÍCIA

Há uma significativa produção de textos nos espaços de opinião

Embora não seja possível avaliar o conteúdo de uma notícia a partir de seu formato, esse elemento pode oferecer um indicativo do enfoque e da prioridade dados pela imprensa a um determinado assunto. Percentuais mais elevados de entrevistas, por exemplo, sugerem que os atores sociais e políticos envolvidos em um determinado tema conquistaram espaço para aprofundar sua visão. Artigos e editoriais, por sua vez, costumam ocupar as principais páginas dos jornais. Um volume considerável desse tipo de texto tende a denotar a relevância do assunto na agenda dos veículos de comunicação.

- No que se refere ao formato da notícia, 72,20% dos textos sobre o tema Mulheres na Política são reportagens. As notas (textos com menos de 500 caracteres) representam 6,10% do total de matérias analisadas.
- 21,40% dos textos sobre o assunto estão no formato opinativo – artigos, entrevistas, cartas de leitor e editoriais. O percentual é bastante significativo se comparado, por exemplo, à presença do tema Infância & Adolescência nesses espaços, que, em 2009, não ultrapassou 10%, segundo estudo realizado pela ANDI (Vivarta, 2009).

Os dados indicam que as reportagens são ampla maioria na cobertura, ao mesmo tempo em que revelam uma reserva menor de espaço a outros formatos, especialmente às entrevistas, que ocupam apenas 2,80% do noticiário. Isso confirma uma tendência dos jornais impressos de limitar o espaço dedicado a esse tipo de texto. Cabe destacar que entrevistas com especialistas e lideranças políticas femininas, por exemplo, têm o potencial de oferecer contrapontos e revelar contradições nas relações partidárias com a questão da Mulher na Política, bem como na aplicação dos escassos mecanismos legais disponíveis para garantir o mínimo de igualdade de condições para as mulheres na disputa eleitoral.

TABELA 3 – TIPO DE TEXTO

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE TEXTO	%
Reportagem	72,20%
Artigo de opinião	16,70%
Nota	6,10%
Entrevista	2,80%
Carta do leitor	1,20%
Editorial	0,70%
Coluna Social	0,20%
TOTAL	100%

O ENQUADRAMENTO DA NOTÍCIA

No que se refere ao enquadramento institucional da notícia – ou seja, à perspectiva sob a qual se dá a discussão – é possível identificar que a maioria dos textos sobre Mulheres na Política coloca o debate a partir de um enquadramento desvinculado da atuação imediata de instituições dos setores público, privado e não-governamental.

- De acordo com os dados coletados, 63,20% das notícias trazem como principal enquadramento aspectos temáticos ou individuais – menos focado, portanto, no poder público (31,60%).

O enquadramento individual foi adotado na classificação das notícias para textos que abordaram uma liderança política feminina a partir de suas características pessoais. Já o enquadramento temático refere-se a uma discussão mais geral sobre as possibilidades de acesso das mulheres aos cargos de poder e decisão. Ou seja, na maioria das matérias esteve em destaque a figura política e o contexto das mulheres nos espaços de poder, em detrimento das abordagens com relação a propostas de políticas e programas de governo.

- Quando o poder público está no enquadramento central da notícia, é o Executivo o mais referenciado (19,91%).
- Também merece destaque o enfoque no Legislativo, presente em 11,69% dos casos.

Com relação ao enquadramento, este conjunto de informações revela que a candidatura de uma mulher oriunda do Executivo (a ex-ministra Dilma Rousseff) e os debates sobre cotas eleitorais para mulheres foram determinantes para os espaços ocupados na cobertura pelo Legislativo e pelo Executivo, em 2010.

TABELA 4 – ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

ENQUADRAMENTO	%*
Individual	36,80%
Temático	26,41%
Poder público - Executivo	19,91%
Poder público - Legislativo	11,69%
Poder público - Judiciário	0,00%
Poder público - Segurança Pública	0,00%
Poder público - Ministério Público	0,00%
Poder público - Defensoria Pública	0,00%
Setor privado	0,43%
Sociedade em geral	2,16%
Entidades de classe	1,73%
Terceiro setor	0,87%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 194 textos.

ENQUADRAMENTO DO SETOR PÚBLICO: ESFERA FEDERAL EM DESTAQUE

Os dados coletados indicam, ainda, que o debate sobre Mulheres na Política nos veículos pesquisados se dá majoritariamente no âmbito federal: 83,56% do noticiário com enquadramento no Setor Público traz esse enfoque, enquanto o nível estadual/distrital representa 10,96% e o municipal, 8,22%.

A concentração da cobertura na esfera federal vem mais uma vez confirmar a forte influência da eleição presidencial sobre a abordagem das Mulheres na Política. Para além da excepcionalidade de duas candidatas figurarem no centro da disputa ao cargo de presidente, é possível dizer, também, que se trata de um reflexo do modelo do sistema político do País, no qual a grande maioria das deci-

sões importantes dos âmbitos político, econômico e social está centralizada no Executivo Federal, o que costuma colocar em situação de grande dependência os Executivos estaduais.

TABELA 5 – NÍVEL DE GOVERNO

(% sobre o total de notícias acerca da Mulher na Política, janeiro a dezembro de 2010)

NÍVEL DE GOVERNO	%*
Federal	83,56%
Estadual/Distrital	10,96%
Municipal	8,22%
TOTAL	100%

* Percentual calculado com base no total de notícias com enquadramento no poder público, 73 textos.

ASPECTOS QUALITATIVOS

Enfoque de políticas públicas

Ao analisar o noticiário sob o enfoque das políticas públicas, observa-se que os veículos quase não mencionam as iniciativas governamentais para a promoção da igualdade entre homens e mulheres. De acordo com os dados da amostra selecionada, apenas 2,16% das matérias (cinco textos) mencionam políticas públicas.

Os meios de comunicação desempenham um importante papel no monitoramento das políticas públicas – instrumento por meio do qual os estados traduzem os esforços para atender demandas e gerar soluções às violações de direitos a que está sujeita uma determinada população. Mas, em período eleitoral, programas de governo e políticas públicas tendem a receber tratamento diferenciado e cuidadoso na cobertura da imprensa, na busca de manter-se neutra e apartidária.

Dada a configuração das disputas eleitorais entre candidatos/as da situação e da oposição, jornalistas tendem a abordar, essencialmente, propostas e programas de candidaturas. Nesta busca do equilíbrio para a cobertura, priorizam questões temáticas – saúde, educação, violência, moradia etc. – em detrimento de programas específicos (são notáveis as exceções, entre as quais se destaca o Bolsa Família). Assim, por exemplo, programas como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres ou o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial não foram objeto de debate ou de referência para a cobertura analisada.

No entanto, compreender a lógica da imprensa não significa concordar com ela. Pautar no processo eleitoral debates sobre programas e políticas de governo para as mulheres poderia permitir, por exemplo, a abertura de espaço para a discussão sobre o que o governo fez em sua gestão, qual a proposta de continuidade de seus candidatos e em que a oposição promete melhorar e/ou inovar.

Em período não eleitoral, por exemplo, de acordo com o acompanhamento de mídia realizado pelo Instituto Patrícia Galvão, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem recebido atenção, mesmo que episódica, da imprensa local, regional e nacional.

Contextualização do debate sobre mulheres na política

De acordo com os dados, a apresentação de denúncias – fundamental para o papel de cobrança exercido pela imprensa – ocupou apenas 7,79% da amostra em foco. A grande maioria dessas notícias avança para a discussão das causas da baixa participação política das mulheres, chegando a 5,19% do total de textos analisados.

Mesmo diante de indicadores considerados baixos, esse resultado aponta a existência de um debate focado no diagnóstico, especialmente quando comparado ao percentual de textos que apresentam e/ou discutem possíveis soluções para a questão em debate (3,03%).

TABELA 6 – DENÚNCIA

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

MENCIONA DENÚNCIA	%*
Sim	7,79%
Não	92,21%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 194 textos.

TABELA 7 – CAUSAS

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

MENCIONA CAUSAS	%*
Sim	5,19%
Não	94,81%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 194 textos.

TABELA 8 – SOLUÇÕES

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

BUSCA SOLUÇÕES	%*
Sim	3,03%
Não	96,97%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 194 textos.

Se por um lado, o contexto de baixa mobilização para este debate nos últimos anos revela que a tendência de enfatizar as causas se mostra positiva, por outro, ainda é tímida a cobertura sobre os significados dos fatos para o aprofundamento da reflexão sobre a democracia no País. Ou seja, faltam investimentos para uma ótica investigativa mais abrangente sobre o problema, que paute a busca por soluções.

Com a escassez de investigação jornalística e contextualização do debate, a imprensa limitou-se apenas a constatar, e de forma bem modesta, a existência de uma sub-representação feminina no Parlamento. Sabe-se que o jornalismo não deve ficar restrito às causas do problema. Neste sentido, o monitoramento permite identificar que, em linhas gerais, estamos diante de uma cobertura limitada sobre denúncia/alerta, causas e busca de soluções.

Legislação

Ao abordar um tema não somente com um viés informativo, mas, a partir de um enfoque de direitos, os veículos de comunicação dão um importante passo para a qualificação da notícia. Isso porque esse enfoque possibilita a interpretação dos fatos no âmbito de uma ordem normativa, ou seja, de cumprimento ou negligência de leis.

- Segundo os dados coletados, 11,69% dos textos sobre Mulheres na Política trazem referência a mecanismos legais – percentual bem acima do verificado, por exemplo, nas análises de mídia realizadas pela ANDI sobre o tema Infância & Adolescência, no qual a média é de 5,90% (Vivarta, 2009).
- De acordo com o levantamento, a Lei Eleitoral é a mais mencionada no noticiário sobre o tema: presente em 12 (44,44%) das 27 notícias da amostra que mencionam legislação.

É importante lembrar que, no cenário das eleições de 2010, além de duas candidaturas competitivas de mulheres à Presidência, havia uma importante mudança na Lei Eleitoral (Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009) – a qual,

se fosse seguida pelos partidos, poderia se refletir em um aumento no número de candidaturas femininas. Originalmente, a lei previa que os partidos deveriam reservar 30% das vagas a mulheres. O texto reformulado, além de garantir uma parcela do tempo de propaganda no horário político eleitoral e um percentual do fundo partidário para as mulheres, inovava com a seguinte redação: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”.

Assim, para as eleições proporcionais, era de se esperar um maior número de mulheres candidatas como consequência da chamada “lei de cotas”. Ao mesmo tempo, esta alteração na Lei Eleitoral continha vários elementos capazes de chamar atenção da imprensa para a lógica eleitoral dos partidos, que passavam a ser obrigados a preencher a cota mínima de 30% das candidaturas para cada sexo.

Um caso específico merece reflexão: em 12 de agosto de 2010, em análise de recurso do Ministério Público Federal, o Tribunal Superior Eleitoral entendeu que os partidos deveriam ter pelo menos 30% de mulheres nas listas de seus candidatos, conforme definido na legislação eleitoral. Esta notícia foi amplamente divulgada pelos jornais do País. Contudo, a imprensa não acompanhou os desdobramentos da decisão na cobertura eleitoral. Ao contrário, os diários ficaram devendo matérias sobre alguns aspectos extremamente relevantes:

- Como os partidos estavam reagindo à decisão do TSE de exigir o cumprimento da lei de cotas eleitorais? Saíram em busca de mulheres para aumentar as candidaturas ou pretendiam retirar algumas candidaturas masculinas?
- O TSE deixou aberta a possibilidade de que os partidos justificassem o não preenchimento da cota. Que argumentos poderiam ser aceitos pela Justiça Eleitoral?
- Para justificar o não preenchimento da cota, os partidos apontavam não ser possível encontrar número suficiente de candidatas mulheres. O que vinha sendo feito para cumprir a Lei nº 12.034/2009 que determina a destinação de 5% dos recursos do fundo partidário para a promoção da participação das mulheres na política?
- Os partidos pretendiam cumprir a Lei nº 12.034/2009 que determina a reserva de um mínimo de 10% do tempo da propaganda partidária em anos sem eleição para a promoção das candidaturas femininas?

Ao se observarem as tendências da cobertura jornalística sobre mulheres na política e legislação eleitoral em 2010, constata-se que esta pauta, apesar da sua relevância, ainda não se tornou uma agenda consolidada nas editorias de Política. O monitoramento realizado permite afirmar que os diários de alcance nacional concentraram suas atenções sobre o tema das cotas por sexo no período pré-eleitoral (junho e julho), enquanto os jornais regionais, que também cobriram o assunto nos meses pré-eleitorais, destinaram maior espaço para essa pauta no período propriamente eleitoral (agosto a outubro).

Chama especialmente atenção a baixa cobertura sobre o tema reservada pelos jornais de circulação nacional ao longo de outubro, pois os resultados das eleições proporcionais foram conhecidos ainda na primeira semana do mês. Com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral, que foram amplamente divulgados pela imprensa, soube-se que a bancada feminina no Congresso Nacional permaneceu inalterada, contrariando a tendência de crescimento gradual que vinha sendo observada até então: uma média de acréscimo de quatro novas parlamentares a cada legislatura. Soma-se a este fato a informação de que, em 2010, o número de candidatas à Câmara dos Deputados quase dobrou em relação à disputa de 2006².

As análises de diferentes especialistas são convergentes: o preenchimento de vagas por mulheres foi apenas uma tentativa de cumprir a exigência da legislação sobre a cota mínima de candidaturas para cada sexo. A eleição de 2010 mostrou, mais uma vez, que a arregimentação de um maior número de mulheres candidatas tem se revelado insuficiente para aumentar o número de eleitas. Para que isso se concretize de fato, apontam os estudiosos, é preciso que a competição eleitoral seja mais igualitária, o que impõe mudanças significativas, por exemplo, na estrutura e no financiamento das campanhas das candidatas mulheres.

A partir dos dados do presente monitoramento nota-se, em síntese, que a Lei Eleitoral não recebeu a devida atenção da imprensa, mesmo se tratando do único mecanismo legal disponível para garantir o mínimo de igualdade de condições para as mulheres nas disputas eleitorais frente à vergonhosa sub-representação na política institucional.

2 Congresso em foco: “Bancada feminina do congresso após as eleições”. Disponível em: www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/noticias/not_politica/congressoemfoco061010_bancadafeminina.pdf. Acesso em 6 de outubro de 2010.

INSTITUTOS DE PESQUISA DE OPINIÃO E IBGE SÃO AS PRINCIPAIS FONTES DE DADOS

O estudo realizado com foco em 2010 mostra que a utilização de indicadores estatísticos é recorrente na construção de parte considerável das matérias. Observa-se que há citação de dados em 26,84% delas.

- Entre as fontes estatísticas mais consultadas estão os institutos privados de pesquisa (19,35%), tais como Vox Populi, Ibope, Datafolha e Sensus.
- Também é relevante a apresentação de dados estatísticos oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (6,45%) e outros órgãos governamentais (8,06%).

Vale observar, no entanto, que as diferenças percentuais tão expressivas se devem aos baixos números de respostas válidas para esta questão, já que foram consideradas apenas as notícias que mencionam dados estatísticos, o equivalente a 62 casos.

TABELA 9 – FONTES ESTATÍSTICAS

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

FONTES ESTATÍSTICAS**	%*
Institutos privados de pesquisa	19,35%
Órgãos governamentais em geral	8,06%
IBGE	6,45%
Universidades	3,23%
IPEA	1,61%
ONGs	1,61%
Organizações do setor privado em geral	1,61%
Não foi possível identificar	32,26%

*Percentual calculado com base no total de notícias que mencionam estatísticas, 62 textos. A variável permitia marcação múltipla.

** Não foram mencionados como fonte estatística: SPM; Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho; Ministério Público; Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social; SEDH; SEPPIR; ONGs; UNIFEM; OIT; OMS; PNUD; UNESCO; UNICEF; CEPAL; Outros organismos internacionais; Instituto Ethos; Dieese.

Vale registrar que, ao longo da última década, o tema Mulheres na Política tem sido objeto de estudo de especialistas que atuam em centros de pesquisa de conceituadas instituições do País. São profissionais que articulam informações e análises de dados nacionais e internacionais, tendo capacidade de sobra, portanto, para contribuir na contextualização e aprofundamento do debate público sobre o tema. Mas, em 2010, ano eleitoral, a principal fonte estatística das matérias jornalísticas foram mesmo os institutos de pesquisa de opinião, com suas sondagens de

intenção de voto. É possível dizer, em relação a este aspecto, que a imprensa não soube explorar o conjunto mais amplo de informações disponíveis sobre o tema.

A DIVERSIDADE DAS FONTES OUVIDAS

Os dados coletados apontam que os/as jornalistas que cobrem o tema Mulheres na Política buscam com frequência diferentes fontes de informação para a construção da notícia. Entre as matérias que mencionam fontes, as quais representam 90,91% do material analisado, podem ser destacados os seguintes dados:

- As notícias sobre o tema contam com um total de 531 fontes ouvidas, o que equivale a uma média de 2,3 por notícia³. A maior parte dessas fontes é do sexo feminino (293), contra 218 do sexo masculino – o que representa uma média de 1,3 fontes femininas por notícia e 1 masculina.

No quesito multiplicidade de pontos de vista e divergências, a cobertura deixa a desejar: apenas 12,38% dos textos em que há referência às fontes de informação trazem opiniões discordantes. Levando em conta que a maior participação das mulheres na política, o cumprimento dos dispositivos legais ou a regulação de novos mecanismos são temas controversos no Parlamento, nos partidos e no Executivo, seria esperado que a imprensa abordasse com ênfase os aspectos polêmicos desta discussão na cobertura eleitoral, para oferecer contribuições de maior alcance ao debate público.

Destacam-se fontes de informação oficiais e da esfera federal

A análise dos dados indica que os poderes públicos são ouvidos em 48,57% das notícias, constituindo as fontes de informação mais consultadas sobre o tema.

No que se refere aos demais atores ouvidos, os partidos políticos e a sociedade civil se destacam. Esta está presente especialmente na voz de cidadãos comuns (22,86%), enquanto as entidades organizadas aparecem de forma limitada (4,29%). Já entre os partidos políticos, predomina a voz de candidatos a eleições federais (26,19% do total).

De modo geral, as fontes da esfera federal são as mais frequentes (56,67%) – Executivo e Legislativo Federal, além de candidatas/os ao Congresso Nacional.

³ O cálculo da média considera apenas as notícias classificadas na íntegra (231 textos). Excluem-se, portanto, as notas e as notícias com dimensão mínima ou com foco internacional.

Estes dados confirmam, mais uma vez, a predominância de focalização da cobertura na eleição presidencial e nas eleições para o Senado e a Câmara Federal.

Vale destacar a importante participação de especialistas/técnicos (19,05%) no debate sobre a questão, embora seja baixa a citação de atores vinculados a universidades (1,43%).

TABELA 10 – TIPO DE FONTES OUVIDAS

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE FONTES OUVIDAS	% *
PODERES PÚBLICOS	48,57%
Executivo Federal	17,62%
Legislativo Federal	12,86%
Judiciário	3,81%
Executivo Estadual	3,81%
Legislativo Estadual ou Distrital	2,86%
Executivo Municipal	3,33%
Legislativo Municipal	2,38%
Ministério da Justiça	0,48%
SPM	0,48%
Ministério Público	0,48%
Polícia (Militar ou civil)	0,48%
PARTIDOS POLÍTICOS	34,29%
Candidata(o) a eleições federais	26,19%
Candidata(o) a eleições estaduais	6,67%
Candidata(o) a eleições municipais	1,43%
SOCIEDADE CIVIL	30,95%
Cidadãos comuns	22,86%
Organizações da Sociedade Civil (nac/int)	4,29%
Fundações/Institutos	3,81%
SETOR EMPRESARIAL	3,81%
Empresas	3,33%
Confederações de empregadores	0,48%
ESPECIALISTAS/TÉCNICOS	19,05%
MÍDIA	12,86%
IGREJAS/ENTIDADES RELIGIOSAS	1,90%
UNIVERSIDADE	1,43%
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	0,95%
DIPLOMATAS/REPRESENTANTES DE OUTROS PAÍSES	0,48%
NÃO FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR	2,38%

* Percentual calculado com base no total de notícias que mencionam fontes, 210 casos. A variável permitia marcação múltipla.

A MAIORIA DAS MATÉRIAS NÃO TRAZ ESTEREÓTIPOS RELATIVOS À FIGURA FEMININA

A cobertura da imprensa praticamente não recorreu a representações da figura feminina. Apenas 8% das matérias incorporam referências a essas representações, tendo sido encontradas no total 22 menções em um quesito que permite múltipla escolha.

Os dados da pesquisa indicam que alguns estereótipos tradicionais podem ter sido banidos da cobertura jornalística em 2010. As mulheres não são mostradas como emotivas, nervosas e emocionalmente instáveis, consumidoras ou menos inteligentes. Com base nesta informação, é possível dizer que os estereótipos mais caricatos e extremos não figuraram na cobertura jornalística dos 16 jornais analisados. Trata-se de um indicador relevante para avaliar, no futuro, se este dado aponta para uma mudança da cobertura.

TABELA 11 – REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA	%*
Ligado à maternidade	3,46%
Frágeis e vulneráveis	3,46%
Emotivas	0,87%
Ligado a padrões de beleza relacionados à magreza ou dietas	0,87%
Como objeto sexual ou de desejo	0,43%
Ligada a trabalhos domésticos	0,43%
Nervosa e emocionalmente instável	0,00%
Consumistas compulsivas	0,00%
Menos inteligentes e capazes que os homens	0,00%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas, as notícias com dimensão mínima e com foco internacional, correspondentes a 194 textos.

MULHERES NA POLÍTICA

As eleições no foco central da cobertura

Os dados levantados indicam o maior espaço dedicado ao tema das eleições em geral (40,99%) no noticiário sobre Mulheres na Política. Mulheres como Eleitoras (5,65%) e Legislação Eleitoral (4,24%) receberam a menor cobertura.

Estes dados permitem observar que a imprensa ainda está distante de abordagens mais amplas e aprofundadas quando entra em pauta o tema das Mulhe-

res na Política. A Lei Eleitoral que prevê cotas para ambos os sexos é de 1997, isto é, trata-se de uma legislação vigente no País há pelo menos 15 anos e que não tem sido cumprida. Além disso, conforme apontado anteriormente, no ano de 2009 houve uma grande mobilização de diferentes atores sociais e políticos para mudar a palavra “reserva” pelo verbo “preencher”, no item referente à cota mínima de 30% para candidaturas de ambos os sexos. Era de se esperar um olhar atento das redações sobre o tema, em especial no período pré-eleições (Alves, 2010).

Estudos apontam que um dos obstáculos de maior importância para a entrada de mulheres na política é o sistema eleitoral vigente no País. Desta perspectiva, é importante reiterar que a cobertura sobre Mulheres na Política em 2010 foi mais uma vez superficial ao abordar a Legislação Eleitoral e a dimensão institucional do processo – partidos, financiamento, estrutura de campanha, espaço na propaganda –, que dizem respeito à lógica de poder masculino que rege os espaços da política institucional⁴. Afinal, a imprensa tem o dever de monitorar o cumprimento da legislação e investigar como os partidos, que não haviam adotado este dispositivo da Lei, iriam se pronunciar.

O recorte temporal demonstra que a cobertura de aspectos relacionados a Mulheres na Política ao longo de 2010 apresenta dois momentos de maior intensidade e que merecem ser ressaltados. O primeiro acontece de janeiro a maio, isto é, no período anterior às convenções partidárias e homologações de candidaturas, enquanto o segundo se dá no período pós-eleitoral, com a escolha da primeira presidente mulher no Brasil. Na etapa mais dura da disputa política, quando o debate público eleitoral se encontra fortemente aquecido, o tema Mulheres na Política paradoxalmente perde espaço nas editorias de Política e só será retomado com vigor pela excepcionalidade da eleição de uma presidenta.

Já em relação à cobertura ainda pouco expressiva de aspectos relativos às mulheres como eleitoras, é inescapável observar que se trata de um problema sério, antigo e crônico da mídia. Mesmo as mulheres sendo a maioria do eleitorado do País e já tendo demonstrado em diversos pleitos que têm expectativas e necessidades diferentes da dos homens, bem como visões distintas do processo eleitoral (Jordão, 2010), a imprensa ainda persiste em manter esta lacuna na cobertura.

4 Clara Araújo debate este tema em exposição no Seminário Nacional “A Mulher e a Mídia 7”, realizado de 2 a 4 de dezembro de 2010 no Rio de Janeiro.

Contudo, a partir da consolidação das candidaturas de Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva, o voto feminino passou a receber destaque nas pesquisas de sondagem de intenção de voto. Dessa forma, nota-se também um movimento crescente da cobertura sobre a pauta Mulheres como Eleitoras nos períodos pré-eleitoral (junho e julho) e eleitoral (agosto a outubro). Ainda assim, é possível concluir que a imprensa foi pouco sensível ao debate sobre a importância da questão de gênero em relação à visão de leitoras e eleitoras.

TABELA 12 – FOCO CENTRAL DA NOTÍCIA

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

FOCO CENTRAL DA NOTÍCIA	%*
Eleições	40,99%
Mulheres em espaço de poder e decisão no contexto nacional	31,80%
Mulheres em espaço de poder e decisão no contexto internacional	16,25%
Mulheres como eleitoras	5,65%
Legislação eleitoral	4,24%
Outro	1,06%
TOTAL	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 142 textos.

Todas as notícias que abordam a legislação eleitoral (4,24%) mencionam a cota de 30% para candidaturas de ambos os sexos.

- Por outro lado, o noticiário sobre legislação eleitoral não cita a destinação de 5% dos recursos do fundo partidário para promoção da participação das mulheres na política e nem a reserva de um mínimo de 10% do tempo da propaganda partidária em anos sem eleição para promoção das candidaturas femininas.

ASPECTOS FÍSICOS E VIDA PRIVADA

87% das matérias não fazem menção a aspectos físicos

Com relação à menção a aspectos físicos – cabelo, roupa, peso, maquiagem, cirurgia plástica – parece que os profissionais de imprensa mantêm uma certa discrição e/ou contenção. Contudo, convém ressaltar que, entre as notícias que apresentam este tipo de abordagem, são descritos quase que com exclusividade (10,25%) aspectos físicos das mulheres. Isto é, permanece uma desigualdade de gênero no tratamento jornalístico dessa questão.

TABELA 13 – ASPECTOS FÍSICOS

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

MENCIONA ASPECTOS FÍSICOS	%*
Sim, das mulheres	10,25%
Sim, dos homens	0,00%
Sim, de ambos	2,47%
Não menciona aspectos físicos ou de vestimentas	87,28%
Total	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 142 textos.

69% das notícias não mencionam aspectos da vida privada

Chama atenção que a maioria das matérias não mencione aspectos da vida privada de candidatos e candidatas. De toda forma, as informações relativas à vida privada – estado civil, filhos, netos, prendas domésticas etc. – ainda estão presentes em 31,45% da cobertura analisada. Aqui é interessante destacar que a referência a papéis familiares de homens aparece apenas em 15% das notícias (as quais tratam exclusivamente de homens e de ambos os sexos). Mais uma vez, portanto, os aspectos de relacionamentos familiares e da vida privada das mulheres recebem olhar e tratamento desiguais por parte da imprensa.

TABELA 14 – VIDA PRIVADA

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

MENCIONA ASPECTOS DA VIDA PRIVADA	%*
Sim, das mulheres	16,96%
Sim, dos homens	0,71%
Sim, de ambos	13,78%
Não menciona aspectos da vida privada	68,55%
Total	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 142 textos.

22% das matérias mencionam defeitos das candidatas

Entre as matérias que mencionam defeitos e/ou aspectos dificultadores das candidatas e candidatos a cargos de poder, 19,08% referem-se apenas às mulheres, enquanto 2,83% apontam defeitos de homens e mulheres na mesma matéria.

Os principais defeitos apontados são: características individuais (47,40%) e imagem pública (22,40%).

TABELA 15 – DEFEITOS

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

MENCIONA DEFEITOS	%*
Sim, de homens	0,00%
Sim, de mulheres	19,08%
Sim, de ambos	2,83%
Não menciona defeitos	78,09%
Total	100%

* O cálculo dos percentuais exclui as notas e as notícias com dimensão mínima, correspondentes a 142 textos.

TABELA 16 – TIPO DE DEFEITOS

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

TIPO DE DEFEITOS	%
Características individuais	47,40%
Imagem pública	22,40%
Dependência de padrinhos políticos, financiadores, lobbies	9,20%
Trajetória profissional	3,90%
Outros	17,10%

* % calculado com base no total de notícias que mencionam defeitos, 62 textos. A variável permitia marcação múltipla.

FOCO DO DISCURSO POLÍTICO

Diferentes estudos no campo da participação feminina na política demonstram que mulheres candidatas tendem a priorizar temas sociais em suas campanhas e discursos. Estes mesmos estudos revelam que os homens candidatos, em geral, tendem a usar estratégias combinadas, priorizam temas sociais e também questões econômicas.

Os dados da presente pesquisa confirmam esta tendência com relação ao foco do discurso político das mulheres na cobertura sobre Mulheres na Política. Entre as notícias que mencionaram o foco do discurso (29,68% do total), receberam destaque os seguintes temas: emprego/trabalho/renda; educação; meio ambiente; saúde; e segurança/violência.

- Dentre as 84 notícias da amostra que mencionam o foco dos discursos das candidatas, as questões relativas ao trabalho e à educação (22,62% - 19 matérias, nos dois casos) são predominantes;
- Em posição intermediária estão os debates sobre política econômica/ monetária (16,67% - 14 matérias) e meio ambiente (13,10% - 11 matérias);
- São menos trabalhadas no noticiário temáticas como saúde, segurança/ violência e agricultura/propriedade da terra.

TABELA 17 – FOCO DO DISCURSO POLÍTICO

(% sobre o total de notícias acerca das Mulheres na Política, janeiro a dezembro de 2010)

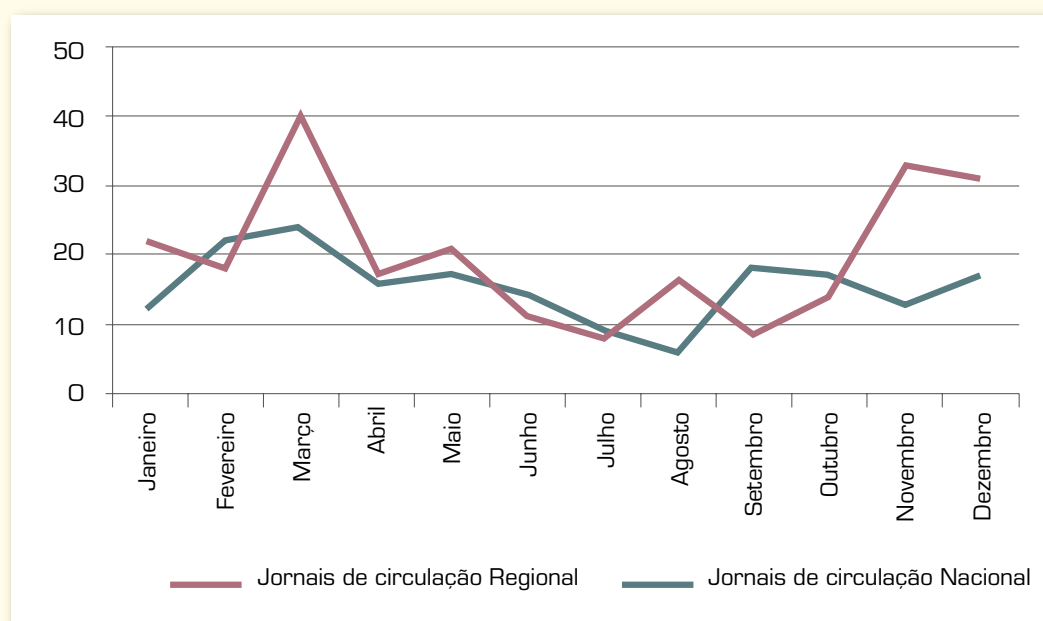
FOCO DO DISCURSO POLÍTICO	%*
Emprego/trabalho/renda	22,62%
Educação	22,62%
Política econômica/monetária	16,67%
Meio ambiente	13,10%
Saúde	8,33%
Segurança/violência	7,14%
Agricultura/propriedade da terra	2,38%
Outro(s)	42,86%

*% calculado com base no total de notícias que menciona o foco do discurso, 84 textos. A variável permitia marcação múltipla.

A FLUTUAÇÃO DA COBERTURA

É notável que a maior presença do tema na mídia impressa acontece em março de 2010, considerado o mês internacional de luta das mulheres. Outro aspecto a ressaltar é que o assunto continua a receber atenção da imprensa no período pré-convenções eleitorais. À medida que o debate sobre eleições fica mais aquecido, isto é, com a definição de candidaturas e estratégias de campanhas, há uma diminuição no volume da cobertura sobre Mulheres na Política. Ou seja, os temas tradicionais da disputa eleitoral passam a predominar na cobertura sobre política.

Gráfico 1 – DISTRIBUIÇÃO MENSAL DAS NOTÍCIAS SOBRE AS MULHERES NA POLÍTICA – JORNAIS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL X JORNAIS REGIONAIS, JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010



A ocorrência de uma maior concentração de matérias no mês de março pode ser explicada, também, pela indicação de Dilma Rousseff como candidata do Partido dos Trabalhadores à Presidência, ocorrida no final de fevereiro; assim, ao longo de março, entrou em destaque a candidatura inédita de uma mulher com forte expressão eleitoral.

A cobertura sobre o tema Mulheres na Política desaquece a partir de abril, com queda ainda mais acentuada entre junho e julho, período em que acontecem outros eventos que concentraram maior atenção da mídia, como a Copa do Mundo de futebol. Além disso, a cobertura sobre eleições passa a concentrar seu foco na formalização de candidaturas presidenciais, nas estratégias de campanha e em pesquisas sobre intenção de voto. Assim, constata-se que, com o jogo político melhor definido, os aspectos de desigualdade na representação política entre homens e mulheres recebem menor espaço na cobertura no período pré-eleitoral.

De agosto a outubro, entre os jornais pesquisados, há um movimento de atenção sobre aspectos relacionados às Mulheres na Política. Essa tendência acompanha a consolidação da liderança da candidatura de Dilma Rousseff e o gradual crescimento de Marina Silva, como fiel da balança para a definição ou não do pleito presidencial no primeiro turno. E, posteriormente, em outubro, com a disputa entre uma mulher e um homem pela primeira vez no turno decisivo, temos outro momento em que o tema mulheres em espaço de poder passa a receber maior visibilidade na mídia.

Em novembro e dezembro, por sua vez, o crescimento da cobertura fica ainda mais acentuado, com a eleição de Dilma e sua tentativa de composição dos ministérios com até 30% de mulheres. Embora essa porcentagem de mulheres tenha sido bem menor quando confirmado o quadro de ministros/as indicados/as, o tema sobre a proporção entre homens e mulheres ministros foi um dos principais fatos políticos do período pós-eleitoral de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem uma das menores taxas de representação de mulheres na política institucional em todo o mundo. Trata-se do penúltimo país da América Latina quando o tema é a presença feminina no Legislativo Federal. O *Relatório Global de Desigualdade de Gênero 2010*, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial a partir de dados de 134 países, classifica o Brasil em 112º lugar no quesito participação política.

Neste contexto, em que estamos na contramão de um consenso internacional, era de se esperar que, nas eleições de 2010 – com duas candidaturas femininas competitivas para a Presidência da República e com a atualização da Lei Eleitoral – a imprensa demonstrasse maior atenção e sensibilidade para pautar, em profundidade e com a devida contextualização, os diversos assuntos vinculados a essa agenda. O que se viu, no entanto, foi uma cobertura caracterizada pela ausência de um olhar investigativo, na qual pouco ou nada se falou sobre as estratégias dos partidos para recrutar candidatos e candidatas. Outros elementos de qualificação do texto jornalístico, como a menção a políticas públicas, também foram negligenciados. Percebe-se assim uma dificuldade da mídia noticiosa em abrir espaço para discutir a forma como as mulheres são abordadas no contexto das regras políticas atuais e da lógica partidária.

A campanha eleitoral para Presidente foi dominante no noticiário. Em um cenário no qual despontavam os nomes de Dilma Rousseff e Marina Silva, o foco foi direcionado para a esfera federal, perdendo de vista os pleitos estaduais. Um aspecto positivo a ser ressaltado, no entanto, é que embora o enquadramento individual tenha sido privilegiado, ele não foi associado à utilização de estereótipos mais caricatos e extremos em relação à mulher, um indicativo de que a imprensa tem avançado neste campo.

É preciso destacar, por certo, que, no ano eleitoral de 2010, o tema foi notícia em todos os veículos pesquisados. Mas, diante da baixa representação política – contrastante com o protagonismo das mulheres na sociedade brasileira em relação às áreas econômica, cultural e social –, a imprensa poderia ter privilegiado abordagens mais amplas e aprofundadas, inclusive, estabelecendo nexos entre a exclusão das mulheres das instâncias formais da política e o desenvolvimento socioeconômico e político do País.

UMA PAUTA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL

A presença das mulheres no Parlamento, embora ainda reduzida, vem crescendo continuamente em todo o mundo e, nesse sentido, deveria estimular o interesse jornalístico em confrontar tal situação com a dinâmica nacional. Nos últimos 15 anos, o Brasil passou de 6,30% para 8,80% na participação de deputadas na Câmara Federal. Segundo a União Interparlamentar, organização internacional que monitora a presença feminina na política institucional, o parlamento brasileiro está abaixo da média internacional, que registra um aumento de 11,60% para 19% na presença de mulheres nos diversos parlamentos do mundo (Alves, 2010).

A presente pesquisa demonstra que quando o foco internacional é conferido à pauta das Mulheres em Espaços de Poder nos diários brasileiros, o noticiário limitou-se a acontecimentos pontuais, que envolvem a presença de mulheres à frente de governos – sem que tenha sido estabelecida qualquer relação ou comparação entre a nossa realidade e a de outros países. Este é um dado significativo, pois revela, entre outros fatores, que estamos diante de uma cobertura jornalística distante e desinformada sobre a agenda internacional de debate sobre o tema.

Desde 1995, com a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, promovida pelas Nações Unidas em Pequim, na China, o tema da representação das mulheres nos processos de tomada de decisão política passou a ser um indicador de desenvolvimento democrático, econômico, social e cultural de um país. Tal perspectiva vem sendo adotada por diferentes estudos e diagnósticos internacionais, com larga aceitação pelo conjunto das nações democráticas e, vale ressaltar, com importante contribuição da própria mídia para a qualificação do debate sobre a questão na esfera pública. Este é mais um elemento a configurar uma cobertura superficial das “editorias de mundo”, nos diários analisados, em relação à crescente mobilização internacional que tem articulado a avaliação dos avanços democráticos com os índices de participação das mulheres no parlamento de cada país.

A partir destas considerações finais, sobressai uma questão que merece atenção e reflexão: por que enfoques relevantes para a compreensão da expressiva sub-representação das mulheres na política foram, de maneira geral, negligenciados pela cobertura? Parece claro que 2010 poderia ter sido um ano excepcional para a abordagem jornalística sobre a problemática das Mulheres na Política e em Espaços de Poder no Brasil; contudo, o presente monitoramento demonstra que, apesar de alguns avanços, essa pauta ficou muito aquém do seu potencial de debate. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz (2010). “Uma guerra invertida entre os sexos”. Disponível em: www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=928:uma-guerra-invertida-entre-os-sexos-por-jose-eustaquio-diniz-alves&catid=80:opinioao. Acesso em 06 de março de 2011.

ALVES, José Eustáquio Diniz (2010). “O número de deputadas deve crescer 30%”. Folha de S.Paulo, 16/07/2010. Disponível em: www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=522:16072010-numero-de-deputadas-deve-crescer-30-folha&catid=35. Acesso em 17 de julho de 2011.

JORDÃO, Fátima Pacheco (2010). “Homens e mulheres têm visões diferentes do processo eleitoral”. Disponível em: www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=541:homens-e-mulheres-tem-visoes-diferentes-do-processo-eleitoral&catid=80:opinioao. Acesso em 24 de julho de 2011.

VIVARTA, Veet (Coord.) (2009). “Direitos, infância e agenda pública 2005 – 2007: uma análise da cobertura jornalística latino-americana”. Brasília: Rede ANDI América Latina.



A ANDI - Comunicação e Direitos é uma organização social sem fins de lucro e apartidária, fundada em 1993. Suas estratégias estão fundamentadas no entendimento de que a informação de qualidade é um bem público essencial para a consolidação dos sistemas democráticos, a garantia dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Com esse foco, a ANDI investe no fortalecimento de um diálogo profissional e ético entre as redações, associações da imprensa, faculdades de comunicação, poderes públicos, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil. A realização de análises quanti-qualitativas da cobertura noticiosa sobre os temas da agenda sócio-ambiental e iniciativas de mobilização e capacitação dos profissionais de jornalismo integram o conjunto de ferramentas desenvolvido pela organização. Essas metodologias são atualmente reaplicadas no âmbito da Rede ANDI Brasil (presente em dez estados) e da Red ANDI América Latina (que reúne entidades de 12 países).



O Instituto Patrícia Galvão é uma organização feminista que tem como missão contribuir para a qualificação da cobertura jornalística sobre questões críticas que envolvam violações dos direitos das mulheres brasileiras, a fim de influenciar o debate público para demandar respostas do Estado e mudanças na sociedade e na própria mídia.

E, por considerar que o jornalismo tem um papel fundamental na ampliação e no aprofundamento do debate sobre questões-chave das mulheres brasileiras, o Instituto Patrícia Galvão tem construído canais de diálogo com diferentes interlocutores da área da comunicação, com o objetivo de assegurar que a imprensa cumpra sua função na esfera pública, que inclui: fiscalizar os poderes constituídos, explicar os fatos, informar sobre os direitos dos cidadãos e cidadãs e promover o debate de idéias para provocar mudanças de atitudes e mentalidades. E tudo isso com uma abordagem que contemple os direitos das mulheres, em especial no âmbito das políticas públicas.

Esta publicação apresenta os resultados de estudo conduzido com base em uma amostra de 2.381 textos jornalísticos, publicados por 16 diários das diferentes regiões do Brasil entre janeiro e dezembro de 2010. O foco das matérias selecionadas concentra-se em aspectos específicos da condição e/ou da atuação feminina em três áreas temáticas:

- Poder Político e Decisão;
- Trabalho;
- Violência contra a Mulher.

Adicionalmente, um capítulo oferece visão comparativa dos dados referentes aos três estudos temáticos. Outra seção especifica os aspectos conceituais e metodológicos utilizados. Especialistas nos tópicos priorizados pela pesquisa foram convidadas a elaborar os artigos que integram o documento.

Espera-se que essas radiografias detalhadas possam contribuir para uma visão objetiva dos desafios que se colocam para uma maior qualificação do tratamento editorial dedicado à agenda dos direitos das mulheres, estimulando o debate acerca do papel da imprensa na construção de uma nova ordem social, pautada pela equidade de gênero.

Realização



Em parceria com



Secretaria de
Políticas para
as Mulheres

